



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO CEARÁ

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS E APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS
PÚBLICAS

PAULO CÍCERO SOUSA

ENSINO TÉCNICO E EMPREGO: UMA ANÁLISE DOS EGRESSOS DO
CURSO TÉCNICO EM PETROQUÍMICA DO INSTITUTO FEDERAL DO
CEARÁ - CAMPUS CAUCAIA

FORTALEZA – CEARÁ

2016

PAULO CÍCERO SOUSA

**ENSINO TÉCNICO E EMPREGO: UMA ANÁLISE DOS EGRESSOS DO
CURSO TÉCNICO EM PETROQUÍMICA DO INSTITUTO FEDERAL DO
CEARÁ - CAMPUS CAUCAIA**

Dissertação submetida à Coordenação do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Área de Concentração: Políticas Públicas de Emprego e Juventude.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Francisca Rejane Bezerra Andrade.

FORTALEZA – CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Sousa, Paulo Cícero de.

Ensino técnico e emprego: Uma análise dos egressos do Instituto Federal do Ceará - campus Caucaia [recurso eletrônico] / Paulo Cícero de Sousa. 2016.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 113 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Prof.^a Ph.D. Francisca Rejane Bezerra Andrade.

1. Emprego. 2. Juventude. 3. Curso Técnico. 4. Políticas de Educação Profissional. I. Título.

PAULO CÍCERO SOUSA

ENSINO TÉCNICO E EMPREGO: UMA ANÁLISE DOS EGRESSOS DO CURSO
TÉCNICO EM PETRÓQUIMICA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ -
CAMPUS CAUCAIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 04/05/2016

BANCA EXAMINADORA

Francisca Rejane Bezerra Andrade

Profª. Drª. Francisca Rejane Bezerra Andrade
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Helena de Lima Marinho R. Araújo

Profª. Drª. Helena de Lima Marinho Rodrigues
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Geórgia Patrícia Guimarães Dos Santos

Profª. Drª. Geórgia Patrícia Guimarães Dos Santos
Universidade Federal do Ceará - UFC

As conquistas só são adjetivadas de boas, quando são precedidas de perseverança e crença. Nesse caso, elas são comemoradas, sentidas e vivenciadas de forma plena. Aprendi a sonhar, a lutar e a persistir. Vivo de conquistas; logo, vivo de lutas, de sonho e fé.

AGRADECIMENTOS

Em sua música *Prelúdio*, Raul Seixas dizia que “Sonho que se sonha só é um só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade” e é com base na inspiração desse grande compositor que venho agradecer a todas as pessoas que estiveram comigo nessa empreitada e permitiram que essa pesquisa, esse sonho se tornasse realidade.

À minha mãe, que sempre esteve ao meu lado, aconselhando-me desde tenra idade sobre a importância dos estudos e se colocando à disposição para me ajudar.

Ao Professor Me. Emanuel Freitas, a quem tenho como referência na minha atuação no mundo acadêmico e que contribuiu com importantes sugestões desde o momento em que decidi entrar nessa empreitada.

Ao Diretor do Instituto Federal do Ceará - *Campus Caucaia*, Prof. Dr. Rodrigo Freitas Guimarães, aos demais servidores desse *campus*, bem como a todos os servidores que compõem a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPI), que estiveram sempre me apoiando para a realização desse trabalho.

À Prof.^a Dr.^a Francisca Rejane Bezerra Andrade, que me encantou no primeiro dia de aula desse mestrado pela sua didática e sempre foi solícita, abraçando essa ideia.

Por fim, e não menos importante, a todos os ex-alunos do curso de Petroquímica que, mesmo ocupados, dispensaram um pouquinho do seu tempo para responder aos questionários.

Queira

Basta ser sincero e desejar profundo
Você será capaz de sacudir o mundo, vai
Tente outra vez

Tente

E não diga que a vitória está perdida
Se é de batalhas que se vive a vida
Tente outra vez

(Raul Seixas)

RESUMO

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996 propiciou uma nova forma de atuação da Educação Profissional. A partir dos preceitos emanados dessa lei, foi possível fazer um planejamento de expansão dessa modalidade de ensino em todo o país. Sua expansão pode ser visualizada não só em termos qualitativos, a exemplo de sua atuação na educação de nível fundamental, médio, graduação e pós-graduação, mas também em termos quantitativos através da diversidade de grupos atingidos, das mais diferentes faixas etárias que se convergem em estudantes da Educação Profissional. Essa pesquisa teve como objetivo geral analisar os impactos sociais e de inserção no mercado de trabalho dos egressos do curso técnico em Petroquímica do Instituto Federal do Ceará, *campus* Caucaia. Especificamente, esse trabalho buscou verificar possíveis mudanças de ordem social e econômica para esses egressos, caracterizando as dificuldades/facilidades de inserção no mercado de trabalho, bem como identificando o grau de satisfação desses sujeitos com o curso. Por se tratar de uma pesquisa que almeja demonstrar a realidade de um fenômeno social de uma população específica sem, no entanto, interferir e nem modificar a realidade estudada foi feita uma pesquisa descritiva conforme definida por Gil (2008) dentro de uma abordagem qualitativa. A pesquisa descritiva foi realizada na forma de Estudo de Caso que no entender de Godoy (1995) visa ao exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação particular. Iniciamos a aplicação de questionários junto a 64 egressos do curso técnico em petroquímica no dia 11 de janeiro. A pesquisa durou 30 dias e tivemos respostas de 32 egressos. As análises e interpretações dos dados revelaram, a despeito do considerável investimento público, que cerca de um terço dos alunos que terminou o curso continua em busca de inserção no mercado de trabalho e que outro terço de alunos conseguiu se estabilizar financeiramente mesmo com a crise de emprego que o país atravessa. Destacamos ainda os alunos que resolveram dar continuidade aos estudos com expectativa de alçar novos conhecimentos e crescimento profissional.

Palavras-chave: Emprego. Juventude. Curso Técnico. Políticas de Educação Profissional.

ABSTRACT

The approval of the Law of Directives and Bases of Education in 1996 provided a new way of Professional Education of acting. From the precepts emanating from this law, it was possible to make an expansion planning this type of education across the country. Its expansion can be seen not only in qualitative terms, the example of his work in fundamental education level, secondary, undergraduate and graduate, but also in quantitative terms through the diversity of affected groups, from different age groups converge for students of Vocational Education. This research aimed to analyze the social and integration impacts on the technical course graduates of labor market in the Petrochemical Federal do Ceará Instinct, campus Caucaia. Specifically, this study aims to evaluate possible changes in social and economic order for these graduates, featuring the difficulties / insert facilities in the labor market and identifying the degree of satisfaction of these individuals with the course. Because it is a study that aims to demonstrate the reality of a social phenomenon of a specific population without, however, interfering and not change the reality studied was made a descriptive research as defined by Gil (2008) in a qualitative approach. The descriptive research was carried out in the form of case study that in the opinion of Godoy (1995) aims at the examination of an environment, a subject or a particular situation. We started applying questionnaires to 64 graduates of the technical course in petrochemicals on 11 January. The study lasted 30 days and had 32 graduates answers. The analyzes and data interpretation revealed, despite the considerable public investment, that about a third of the students who completed the course continues to pursue integration into the labor market and that another third of students managed to stabilize financially even with the crisis job facing the country. We also highlight the students who decided to continue the studies expected to raise new knowledge and professional growth.

Keywords: Employment. Youth. Technical Course. Professional Education Policy.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Pontos da reforma da Educação Profissional	32
Quadro 2 - Modalidades da Educação Profissional.....	34
Quadro 3 - Objetivos da EPT no PPA	43
Quadro 4 - Metas para alcançar o objetivo 0582	43
Quadro 5 - Iniciativas para o alcance das metas do objetivo 0582	43
Quadro 6 - Metas para alcançar o objetivo 0588	44
Quadro 7 - Iniciativa para o alcance das metas do objetivo 0588	44
Quadro 8 - Objetivos específicos do “Projeto Juventude e Cooperação Agrícola”	69
Quadro 9 - Projetos desenvolvidos por alunos do IFCE	71
Quadro 10 - Atributos pelos quais o curso atende às expectativas do mercado na percepção dos egressos	89

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Cenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica até 2010	41
Gráfico 2 - Distribuição percentual dos alunos matriculados no IFCE em 2013 de acordo com o gênero	61
Gráfico 3 - Situação dos Egressos do Mercado de Trabalho	77
Gráfico 4 - Dificuldades apontadas pelos egressos que estão buscando oportunidade no mercado de trabalho	80
Gráfico 5 - Vínculo empregatício	82
Gráfico 6 - Motivos apontados como justificativa para não estarem atuando na área de Petroquímica.....	83
Gráfico 7 - Avaliação do curso de Petroquímica	84
Gráfico 8 - Aspectos do curso de Petroquímica que devem ser melhorados.....	86
Gráfico 9 - Nível de aprendizado dos alunos.....	87
Gráfico 10 - Expectativa dos alunos em relação ao curso	88
Gráfico 11 - Percepção dos egressos em relação ao atendimento do curso ao mercado de trabalho local	89
Gráfico 12 - Motivos pelos quais o curso não atende ao mercado de trabalho local na percepção dos egressos	90
Gráfico 13 - Impactos sociais decorrentes da formação no curso	91
Gráfico 14 - Fatores de mudanças sociais	92
Gráfico 15 - Impactos Financeiros	93
Gráfico 16 - Fatores percebidos como motivo para não mudança da perspectiva financeira.....	94
Gráfico 17 - Fatores que contribuíram para que não houvesse impactos financeiros	94

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 -	Época de conclusão do curso	23
Tabela 2 -	Matrícula no ensino médio e na educação profissional técnica de nível médio no Brasil por dependência administrativa	35
Tabela 3 -	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio, integrados à educação profissional	47
Tabela 4 -	Ofertas de vagas na Educação Profissional do Ceará	48
Tabela 5 -	Taxa de Desemprego Aberto Segundo os Atributos pessoais	57
Tabela 6 -	Situação dos Egressos desempregados e procurando emprego.....	78
Tabela 9 -	Situação dos Egressos desempregados, mas não procurando emprego	78
Tabela 8 -	Situação geral escolar dos egressos.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS

CCA	Coordenação de Controle Acadêmico
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CIPP	Complexo Industrial Porto do Pecém
CSJ	Consórcios Sociais da Juventude
CSP	Companhia Siderúrgica do Pecém
DEaD	Diretoria de Educação a Distância
DRT	Delegacias regionais do trabalho
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIC	Formação Inicial e Continuada
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IPDC	Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e do Emprego
PEA	População Economicamente Ativa
PED-RMF	Pesquisa de Emprego e Desemprego da região metropolitana de Fortaleza
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A
PIB	Produto Interno Bruto
PLANFOR	Plano Nacional de Formação Profissional
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego de Jovens
PNQ	Programa Nacional de Qualificação
PPA	Plano Plurianual
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional

PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RSC	Reconhecimento de Saberes e Competência
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SM	Salário Mínimo
UECE	Universidade Estadual do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	JUSTIFICATIVA	20
1.2	OBJETIVOS	22
1.2.1	Objetivo Geral	22
1.2.2	Objetivos Específicos.....	22
1.3	METODOLOGIA.....	22
1.4	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	24
2	A POLITICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL PÓS – LDB Nº 9.394/1996.....	30
2.1	A CONFIGURAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (2008 -2015)	37
2.1.1	A Educação Profissional e Tecnológica no Plano Plurianual	42
2.2	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM BASE NAS METAS DO PNE.....	46
2.2.1	O Instituto Federal do Ceará: um Século de Ensino Técnico no Estado	48
3	JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	53
3.1	JUVENTUDES E AS JUVENTUDES DO IFCE	58
3.2	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA E AS JUVENTUDES DO CE ..	65
3.3	AS JUVENTUDES DO IFCE E SUA INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA	70
4	A PESQUISA NO CONTEXTO DA CRISE ECONÔMICA.....	74
4.1	O MERCADO DE TRABALHO E AS PERSPECTIVA SOCIAIS E FINANCEIRAS	77
4.2	AVALIAÇÃO DO CURSO NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS	84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
	REFERÊNCIAS	100
	APÊNDICE	110

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) consolidou-se, na última década, como uma das principais políticas públicas implantadas pelo Governo Federal na área da educação. Um reflexo dessa situação pode ser observado no orçamento destinado nos últimos anos pelo Governo Federal à EPT. De acordo com a Plataforma Mosaico, organizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2004 o orçamento da EPT foi de R\$ 872.692.75, que equivalia a 5,63% de todo o valor destinado à educação; 10 anos depois, passou a receber R\$ 13.258.371.445, representando 12,94% do orçamento público destinado à educação.

Outro exemplo desse crescimento pode ser observado pelo incremento do número de matriculados na educação profissional, de acordo com o Censo da Educação Básica de 2013, considerando-se apenas as matrículas em cursos profissionalizantes da rede pública: o número de matriculados passou de 393.008 em 2003 para 749.675 em 2013.

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE)¹, foi possível estabelecer estratégias, diretrizes e metas bem desafiadoras para a EPT por um período de 10 anos. Merece destaque a articulação entre União, estados e municípios, que passaram a trabalhar a educação de forma alinhada. Dentre as vinte metas previstas, o PNE dedicou duas para a educação profissional: integrar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) à Educação profissional e triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio.

A importância dessa modalidade de ensino é decorrente da possibilidade de inclusão, no processo produtivo, daqueles que estão se iniciando no mercado de trabalho ou daqueles que fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA)², mas que por algum motivo estão fora desse mercado. Além disso, de forma indireta, a

¹ O PNE foi aprovado no dia 25 de junho de 2014 através da Lei 13.005 e tem a vigência de 10 anos a contar da publicação da referida lei no Diário Oficial da União. Sendo assim, as metas estabelecidas pelo PNE deverão ser atingidas até o ano de 2024.

² De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a PEA compreende o potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: população ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias); população desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.)

educação profissional pode ser um vetor de transformações políticas, econômicas, culturais e sociais.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96³ (BRASIL, 1996) propiciou à EPT uma ampla diversificação, seja relacionada ao público abrangido, ou na forma como ele se apresenta. No que concerne ao público, podemos encontrar jovens das mais diversas faixas etárias. Na educação profissional técnica de nível médio, por exemplo, adolescentes de 15 a 17 anos são maioria. O público adulto acima dos 29 anos também está inserido na educação profissional, haja vista a incidência desse público nos mestrados profissionais, como é o caso do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Idosos acima de 65 anos, por exemplo, podem fazer cursos profissionalizantes através da EJA. Pessoas de qualquer idade e que estão fora do mercado de trabalho ou que querem apenas melhorar a sua qualificação podem ter na educação técnica uma forma de atender às suas necessidades.

A EPT pode se apresentar a partir de três modalidades: básica, técnica e tecnológica. Na básica se destacam os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) que são direcionados a trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, independentemente do nível de escolaridade. Na modalidade técnica, os cursos podem se apresentar na forma integrada com o ensino médio⁴, subsequentes⁵ ou concomitantes⁶. A modalidade tecnológica é de nível superior, podendo cursar somente quem já concluiu o ensino médio.

Diante dessa heterogeneidade apresentada pela Educação Profissional, qualquer análise ou pesquisa realizada sobre o tema só se torna viável se for executada de forma estratificada. Nesse sentido, para esta pesquisa, iremos nos deter especificamente ao curso técnico concomitante em Petroquímica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE *Campus* Caucaia.

O IFCE *Campus* Caucaia foi inaugurado no dia 27 de dezembro de 2010 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e entregue oficialmente à comunidade de

³ A primeira LDB foi sancionada em 1961 através da lei nº 4.024/61. Esta foi modificada por emendas e artigos, sendo reformada pelas leis 5.540/68, 5.692/71 e, posteriormente, substituída pela LDB 9.394/96.

⁴ O curso técnico integrado é aquele em que o ensino médio e o curso técnico são oferecidos ao mesmo tempo na mesma escola.

⁵ O curso técnico subsequente é destinado aos egressos do ensino médio que buscam uma qualificação profissional.

⁶ O curso técnico concomitante se assemelha tanto ao integrado como ao subsequente; a diferença é que, embora seja voltado para alunos que estejam cursando o ensino médio, o curso é realizado em uma escola diferente.

Caucaia no dia 26 de agosto de 2011. O município de Caucaia foi escolhido tendo em vista sua proximidade geográfica com o Complexo Industrial Porto do Pecém (CIPP). O objetivo era que o *campus* pudesse atender às demandas de mão de obra do CIPP através dos cursos técnicos concomitantes em Eletroeletrônica, Metalurgia e Petroquímica.

Ressaltamos que os profissionais egressos dos cursos do *Campus* Caucaia poderão atender não só à demanda emergencial do CIPP, mas também a todas as empresas do Polo Industrial de Caucaia e outros setores correlatos que se estabelecerem no entorno da Região.

Os egressos do curso técnico concomitante em Petroquímica serão a nossa fonte de informação; é através deles que pretendemos avaliar a eficácia dessa política pública por meio do levantamento de informações, procurando identificar as possíveis dificuldades ou facilidades de inserção no mercado de trabalho após a conclusão do curso, bem como avaliar os impactos sociais proporcionados por essa política pública.

Optamos realizar a pesquisa com os egressos do curso de Petroquímica por ser o curso mais concorrido nos processos seletivos realizados pelo *campus* desde o seu início. Além disso, segundo informações da Coordenação de Controle Acadêmico (CCA), trata-se do curso com menor índice de evasão e o que possui mais alunos formados. É oportuno ressaltar que, quando se concebeu o curso de Petroquímica, pensou-se em formar técnicos para atuarem na refinaria que seria implantada pela Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras) no CIPP. No entanto, em janeiro de 2015, a Petrobras anunciou que não mais instalaria a refinaria no estado do Ceará, frustrando as expectativas de emprego dos alunos.

O debate sobre a qualidade da educação ofertada, bem como sobre a eficácia e efetividade dessa política pública, embora existente, tem se mostrado reduzido por parte do governo. Os censos realizados pelo Ministério da Educação, e que estão disponíveis nos sítios oficiais, limitam-se apenas aos dados quantitativos, como o número de matrículas, ou então a dados orçamentários, como o valor gasto por ano por cada instituição.

Embora o aumento da quantidade de matrícula seja utilizado por governantes como sinônimo de eficiência na gestão educacional, estudiosos da área educacional como, por exemplo, Marchelli (2010) alertam para a relação entre a expansão das matrículas e a queda de qualidade nos sistemas de ensino, pois esses passariam a competir em maior número pelos recursos limitados do Estado.

O governo não está levando em consideração as dimensões extraescolares, que são as múltiplas determinações e possibilidades de superação de vida das camadas sociais menos favorecidas e assistidas, assim como a existência de um ambiente escolar adequado, que é diretamente relacionado à questão do desempenho dos estudantes; afinal, a educação só pode ser considerada de qualidade se ela contribuir para a diminuição das desigualdades. (DOURADO; SANTOS; OLIVEIRA, 2007)

O conceito de qualidade na educação aqui apresentado está referenciado em Gaddotti (2010), que entende uma educação de qualidade como aquela que melhora o bem viver de todos os autores envolvidos: discentes, docentes e toda a comunidade intra e extraescolar. No caso do curso Técnico em Petroquímica, busca-se formar futuros profissionais com autonomia intelectual, capacidade de pensar e de ser cidadão, ou seja, trata-se de formar um trabalhador polivalente e especializado ao mesmo tempo; não um generalista, mas sim alguém que deve “possuir uma boa base de cultura geral que lhe permita compreender o sentido do que está fazendo” (GADDOTTI, 2010, p.4)

A pesquisa de acompanhamento de egressos é de fundamental importância para que a própria Instituição de Ensino possa “avaliar a eficácia da sua atuação e poder revê-la no que considerar necessário, podendo implementar políticas e estratégias de melhoria da qualidade do ensino, de modo a atender às necessidades da sociedade” (ROCHA *et al*, 2005, p. 49)

O cenário atual de aumento do desemprego e de baixas taxas de crescimento contribui para tornar essa pesquisa mais relevante. Os jovens têm sido os mais afetados com a crise econômica pela qual passa o Brasil. Entender a realidade vivenciada por esses jovens diante dessa conjuntura se torna necessário. Foi imbuído nesse panorama de altas taxas de desocupação e aumento de recursos orçamentários para a educação profissional que se realizou esta pesquisa.

1.1 JUSTIFICATIVA

Até 2001 existiam apenas três unidades de Institutos Federais no estado do Ceará. A partir do plano de expansão do Ministério da Educação iniciado através da Lei 11.195 (Brasil, 2005)⁷, no período de 2006 a 2012 foram construídas mais 20 unidades e outras 5 unidades estão previstas para 2016 e 2017, configurando um acentuado processo de interiorização e a consequente ampliação da oferta de mão de obra qualificada nas mais diversas áreas de formação.

O aumento no quantitativo de *campi* no Ceará é diretamente proporcional ao aumento no valor do crédito orçamentário destinado pelo governo federal ao IFCE. Hoje, o IFCE tem o maior orçamento da rede nacional. Para se ter ideia, entre o período de janeiro de 2014 e julho de 2015, de acordo com o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o IFCE *Campus* Caucaia recebeu recursos orçamentários na ordem de R\$ 4.077.921,83 – que foram divididos em gastos com manutenção, assistência estudantil, investimento em bens de capital e capacitação de servidores.

O município de Caucaia vive na expectativa de conclusão do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP. Notícias veiculadas na imprensa, como a da reportagem do Jornal Diário do Nordeste em janeiro de 2014, informavam que a expectativa é que, entre 2017 ou 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) de Caucaia seja o maior do Ceará. Há cinco anos a cidade tinha o sexto PIB do Estado e agora está em terceiro.

A falta de mão de obra qualificada também já foi tema de reportagem pelo mesmo jornal, em agosto de 2012, em uma matéria intitulada “Complexo do Pecém demanda 297,8 mil vagas até 2014”, alertando que a demanda de profissionais qualificados nas empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém já era maior que a oferta local e que a tendência era de que esta lacuna aumentasse rapidamente.

Diante dessa informação de que faltam profissionais qualificados para atuar no mercado e que o IFCE *Campus* Caucaia está, através de seus cursos, qualificando

⁷ Lei 11.195 (BRASIL, 2005) é considerada um marco histórico pelo fato de possibilitar, legalmente, a retomada da expansão da Rede Federal de Educação. Ela deu uma nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948 (BRASIL, 1994). Esse parágrafo orientava que o governo federal até poderia construir novas unidades de ensino, mas a manutenção deveria ser dos estados ou municípios. Como os estados e municípios não tiveram interesse, na prática esse parágrafo inviabilizava a expansão.

peças para atuar no mercado local, é pertinente uma pesquisa para avaliar e identificar a real situação vivenciada pelos alunos que estão diplomados como Técnicos em Petroquímica.

Atualmente exercendo a função de Chefe do Departamento de Administração e Planejamento do IFCE *Campus* Caucaia, lidamos de perto com os alunos do *campus*. Nessa posição, temos a oportunidade ímpar de observar claramente que se trata de pessoas que vivem numa situação bem precária. Após a conclusão do curso, visto a condição apontada, a coordenação de ensino do *campus*, bem como a Direção Geral se questiona a respeito do esforço despendido por toda a equipe em mudar a situação socioeconômica dos alunos, se isso de fato foi alcançado, já que esse é um dos objetivos propostos na Missão do IFCE que é “Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética”.

Nesse sentido, lançamos as seguintes questões: o curso Técnico em Petroquímica do IFCE *Campus* Caucaia está conseguindo atender aos objetivos pretendidos? No que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, como os estudantes têm enfrentado e percebido essa realidade? Quais os impactos sociais oriundos da formação? Quais os benefícios socioeconômicos decorrente da formação no curso? A qualificação obtida tem ajudado no enfrentamento à situação de pobreza vivenciada?

Portanto, justifica-se o tema proposto tendo em vista a necessidade de analisar se os recursos públicos destinados ao *Campus* Caucaia estão dando o retorno esperado para a sociedade no que concerne à possibilidade de ascensão socioeconômica dos discentes egressos. Essa pesquisa se torna necessária uma vez que o IFCE *Campus* Caucaia nada sabe, de forma oficial, sobre a inserção dos alunos egressos no mercado trabalho, uma vez que não existe nenhum estudo sistematizado sobre o assunto. Trata-se de uma informação importante, pois esse acompanhamento permite, entre outros benefícios, influenciar no planejamento institucional e promover ações que possam sanar os problemas que por ventura possam ser identificados.

1.2 OBJETIVOS

Para oferecer respostas às indagações levantadas, propomos os seguintes objetivos:

1.2.1 Geral

- Realizar uma análise dos impactos sociais e de inserção no mercado de trabalho dos egressos do curso Técnico em Petroquímica do IFCE *Campus* Caucaia.

1.2.2 Específicos:

- Verificar as mudanças sociais e econômicas na vida dos alunos que concluíram o curso Técnico em Petroquímica do IFCE *Campus* Caucaia;
- Conhecer as dificuldades/facilidades encontradas pelos jovens egressos do curso Técnico em Petroquímica do IFCE *Campus* Caucaia, no que se refere à sua inserção no mercado de trabalho;
- Identificar a avaliação dos alunos egressos com o curso Técnico em Petroquímica do IFCE *Campus* Caucaia.

1.3 METODOLOGIA

Por se tratar de uma pesquisa que almeja demonstrar a realidade de um fenômeno social de uma população específica sem, no entanto, interferir e nem modificar a realidade estudada foi feita uma pesquisa descritiva conforme definida por Gil (2008) dentro de uma abordagem qualitativa.

A pesquisa descritiva foi realizada na forma de Estudo de Caso que no entender de Godoy (1995) visa ao exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação particular. Amplamente usado em estudos de fenômenos sociais, tem se tornado a modalidade preferida daquelas que procuram saber como e porque os fenômenos acontecem ou dos que se dedicam a analisar eventos sobre os quais a

possibilidade de controle é reduzida, ou quando os fenômenos analisados são atuais e só fazem sentido dentro de um contexto específico.

A pesquisa foi iniciada no dia 11 de novembro de 2015 através do envio dos questionários por e-mail. Conforme informação repassada pela Coordenação de Controle Acadêmico do IFCE *Campus* Caucaia, desde o início do curso em 2012.1 até a data do início da pesquisa, 64 alunos concluíram o curso técnico concomitante em Petroquímica. O questionário foi enviado para todos os 64 egressos do curso. Durante um mês, à medida que íamos aguardando as respostas, entrávamos em contato por telefone com os ex-alunos para lembrá-los de responder ao questionário. Essa estratégia foi necessária, pois verificamos a pouca adesão dos pesquisados em nos responder. Além do uso do telefone, foi muito proveitoso o uso das redes sociais como *Facebook* e o aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp* para contato com os pesquisados. Em alguns casos, no momento em que enviávamos o questionário através da funcionalidade do bate-papo do *Facebook*, de pronto já recebíamos o questionário respondido.

Recebemos respostas de 32 egressos e foi com essa quantidade que trabalhamos na nossa pesquisa. Consideramos essa quantidade bem representativa, pois além de ser exatos 50% do total do nosso universo, estão divididos igualmente entre 16 pessoas do gênero masculino e 16 pessoas do gênero feminino. Buscamos também pesquisar alunos que terminaram o curso em diferentes épocas, ficando assim divididos:

Tabela 1 – Época de Conclusão do Curso

Época de conclusão do curso	Qtde de alunos
2013.2	08
2014.1	12
2014.2	07
2015.1	05
Total	32

Fonte: Pesquisa Direta, 2015.

O questionário, conforme o Apêndice A, foi elaborado com o intuito de visualizar a situação dos alunos egressos com foco nas seguintes variáveis: mercado de trabalho, situação educacional atual, vida social e perspectiva financeira. Além disso, pretendemos fazer a avaliação do curso Técnico em Petroquímica com base na percepção dos concludentes. Os pontos acima vão ao encontro do Objetivo Geral e dos Objetivos Específicos estipulados para essa dissertação.

1.4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Tendo em vista a complexidade da temática proposta, é de fundamental importância mostrar quais são os principais conceitos e definições que irão embasar essa pesquisa. Sendo assim, para facilitar o nosso entendimento, buscaremos entender o significado de três categorias: Trabalho, Educação Profissional e Ensino Técnico.

Já nos seus primórdios, a Sociologia tem se preocupado em estudar o *Trabalho* e seus efeitos na transformação da sociedade. Os autores clássicos da sociologia reforçaram a importância desse tema e das relações decorrentes a partir dele.

Para Marx (1983), o trabalho revela o modo como o homem lida com a natureza, o processo de produção pelo qual ele sustenta a sua vida e, assim, o modo de formação de suas relações sociais e das ideias que fluem destas. Para o autor, o trabalho é o centro das atividades especificamente humanas. Sob essa ótica, os homens relacionam-se com a natureza por intermédio do trabalho. Considera ainda que, "ao submetê-la aos seus próprios fins, o homem realiza, neste sentido, uma humanização da natureza". (p. 150)

Antunes (2009) compreende o trabalho como um processo que simultaneamente altera a natureza e autotransforma o próprio ser que trabalha. Segundo o autor, a natureza humana é também metamorfoseada a partir do processo laborativo. O trabalho, segundo ele, tem uma intenção ontologicamente voltada para o processo de humanização do homem em seu sentido mais amplo. Essa compreensão do autor vai ao encontro do objeto dessa pesquisa, pois concordamos com Antunes no sentido em que o trabalho pode proporcionar mudanças no ser. Um dos focos dessa pesquisa é identificar quais são essas mudanças e seus impactos.

Contribuindo com esse entendimento, Lessa (2000), apoiado nos pensamentos de Marx e Engel, nos faz compreender o Trabalho a partir de duas óticas: o trabalho abstrato e o trabalho concreto. O trabalho abstrato é uma atividade social assalariada, alienada pelo capital ao qual ele compreende como uma forma de submissão do homem ao mercado capitalista. Já o trabalho concreto, pelo contrário, seria essa atividade de transformação da natureza pelos homens, mas que promove também maior nível de sociabilidade entre eles.

Compreender as diferenças entre os conceitos de trabalho abstrato e trabalho concreto se torna imprescindível no desenvolvimento dessa pesquisa, uma vez que eles

serão analisados de forma conjunta. Sabe-se, e Lessa (2000) afirma, que quase todo trabalho tem hoje a forma de trabalho abstrato, ou seja, trabalha-se em troca de salários. Essa forma de trabalho será investigada, mas pretendemos compreender também a incidência do trabalho enquanto categoria fundante que cumpre a função social do desenvolvimento humano.

Aranha (1997, p.23) também contribui com essa reflexão quando relata que:

à medida que o trabalho muda o jeito de ser, de pensar e de agir de cada ser humano e de cada cultura, torna-se condição de humanização e instrumento da liberdade, porque é pelo trabalho que o homem viabiliza a realização de seus projetos (desejos) no mundo, ao mesmo tempo em que se torna propriamente humano.

É propício evidenciar aqui a definição dada por Borges e Tamayo (2001, p. 13): “O trabalho é rico de sentido individual e social. É o meio de produção da vida de cada um, criando sentidos existenciais ou contribuindo na estruturação da personalidade e da identidade”.

Vasconcelos e Oliveira (2004) enfatizam ainda que o trabalho, ao produzir no homem um sentido de inclusão social, revela o quanto a sociedade dá importância àquele que está produzindo, destacando o indivíduo que tem vínculo empregatício, salário fixo e estabilidade. Porém, o fato de não estar trabalhando leva o homem a enfrentar um processo de desvalorização social.

Como se percebe, os diversos autores convergem no sentido de que o trabalho pode propiciar uma mudança social significativa no indivíduo. Na sociedade do conhecimento em que vivemos hoje, para adentrar no mercado de trabalho, há exigência da qualificação. Nesse sentido, os entes governamentais apostam em política pública de educação profissional através da disponibilização de ensino técnico para mudar a realidade dos jovens em situação de vulnerabilidade social.

Nossa segunda categoria, a *Educação Profissional*, é um dos elementos fundamentais para o exercício do trabalho com qualidade, pois tem a capacidade de desenvolver a competência produtiva dos indivíduos e a expansão das potencialidades das pessoas. Uma vez que as pessoas passam por um processo de desenvolvimento através da educação e qualificação profissional, isso propiciará o desenvolvimento da região em que elas estão inseridas. (ALBUQUERQUE, 2006).

Considerando que a educação profissional desenvolvida no IFCE *Campus Caucaia* tem como foco disponibilizar pessoas qualificadas para o CIPP, remetemo-nos a Araújo (2001), que destaca que a Educação Profissional deve, além de garantir um

nível de qualificação, estipular um desenvolvimento de competência por parte dos indivíduos que estejam focados exclusivamente nas “demandas do mercado”.

Frigotto (2001), por sua vez, apresenta uma visão mais crítica sobre a Educação Profissional, mais precisamente daquela que é promovida pelo Governo Federal. A percepção dele, com base na organização, conteúdos explicitados na LDB (Brasil, 1996) e, em particular, nos pareceres e portarias que a regulamentam, visualiza a Educação profissional na perspectiva de adestramento e acomodação. Segundo o autor, trata-se de conformar um cidadão mínimo, que pense minimamente e que reaja minimamente.

Em contraponto a Frigotto (2001), Pacheco (2011) entende que a Educação Profissional deve dar aos jovens e adultos trabalhadores, na interação com a sociedade, os elementos necessários para discutir, além de entender, a ciência que move os processos produtivos e as relações sociais geradas com o sistema produtivo.

Esse pensamento de Pacheco (2001) é compartilhado com o departamento de ensino do *Campus* Caucaia, na medida em que resolveu integrar a educação técnica profissional ao ensino médio, através do curso técnico integral, dando possibilidade aos alunos de vivenciarem outros valores e saberes não limitados ao ensino tecnicista, com o contato com disciplinas como sociologia, história, filosofia etc.

Para Ciavatta e Ramos (2011), a integração entre o ensino médio e a educação profissional é algo mais amplo que relacionar processos formativos próprios em um mesmo currículo. O sentido atribuído pelas autoras compreende a integração como uma concepção de formação humana, que preconiza a integração de todas as dimensões da vida no processo formativo. Essa concepção de integração é baseada na concepção de trabalho como princípio educativo que, de acordo com Ciavatta e Ramos (2011, p. 31), visa:

Proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais considerada como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente, para a transformação das condições naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. Ao mesmo tempo, é pela apreensão dos conteúdos históricos do trabalho, determinados pelo modo de produção no qual este se realiza, que se pode compreender a relação social e, no interior dessas, as condições de exploração do trabalho humano, assim como de sua relação com o modo de ser da educação.

Finalmente, buscando-se uma maior compreensão do conceito de Educação Profissional, iremos focar o *Ensino Técnico*. Para conceituarmos o ensino técnico,

utilizamos o verbete elaborado por Ignácio (1999, p. 96), membro do grupo de Estudos e Pesquisas em História, Trabalho e Educação da Unicamp:

É um dos termos utilizados para designar o segmento da educação escolar brasileira, de nível médio (equivalente ao antigo 2º grau), destinado à qualificação para o exercício de atividades laborais nos diversos setores da economia (agrícola, industrial, comercial e de serviços), através de cursos técnicos.

Sobre o tema, Machado (1982) revela, em seus estudos, que esse tipo de ensino vem sendo produzido por necessidades econômicas, políticas e sociais, que se desvelam em seu devir. Essa feição tríade (econômica, política e social) exposta por Machado, embora ainda do início da década de 1980, reflete bem a visão do governo sobre cursos técnicos, ou seja, o governo qualifica mão de obra para as empresas, contribuindo para o desenvolvimento econômico, mas o faz em forma de política pública na perspectiva de desenvolvimento social.

Martins (2000) definiu o Ensino Técnico como uma integração do saber com o fazer, ou melhor, da unidade entre o ensino voltado à satisfação das necessidades prementes do processo produtivo e daqueles que ensejam a formação do indivíduo como sujeito do seu próprio destino histórico.

Ou seja, o ensino técnico não pode ser somente tecnicista⁸, ele deve ter um viés humanístico que propicie ao aluno o aprendizado do saber fazer, do manuseio, mas também formar técnicos questionadores e que possam ser, eles mesmos, responsáveis pelo seu futuro. Um olhar *an passant* pelas disciplinas dos cursos técnicos do IFCE *Campus Caucaia* leva à percepção de que a disciplina de Empreendedorismo trabalha muito essa questão.

Marques (1994), por sua vez, visualiza o ensino técnico como uma alternativa à via de ensino convencional que poderia levar a um aumento da escolarização, mantendo, no sistema educacional, jovens que o abandonariam se essa alternativa de ensino não existisse. No *Campus Caucaia*, desde 2015, o ensino técnico, que até então somente era oferecido na modalidade concomitante, mudou para a modalidade Técnica Integral, ou seja, ao contrário do entendimento de Marques, ele não é mais visto como uma alternativa à modalidade convencional, ele se torna parte dela.

⁸ O Tecnicismo tem como função a preparação de "recursos humanos" (mão de obra para indústria). A sociedade industrial e tecnológica estabelece metas econômicas, sociais e políticas; a educação treina nos alunos os comportamentos de ajustamento a essas metas. No tecnicismo, o essencial não é o conteúdo da realidade, mas as técnicas (forma) de descoberta e aplicação. (Libâneo, 1991).

O ensino técnico representa uma estratégia muitas vezes imperceptível para gestores e legisladores educacionais. Sua importância para os setores populares relativizam questões que, do ponto de vista teórico, representariam uma subordinação aos interesses do capital, mas que, por outro lado, representam um modo de fortalecer os jovens trabalhadores em sua emancipação e desenvolvimento pessoal e coletivo. (SIMÕES, 2007).

Simões (2007) nos faz refletir e questionar: o ensino técnico de forma geral beneficia quem? Ao mercado, na medida em que disponibiliza mão de obra qualificada para atingir o seu objetivo? Ou ao aluno que está se dedicando a um aprendizado em busca de melhoria de vida? Não pretendemos nesse momento responder a essa indagação, mas tão somente refletir sobre quem de fato está sendo beneficiado e quem deveria ser mais beneficiado.

A presente dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta um delineamento do tema. De forma concisa, fizemos um levantamento do desenvolvimento da educação profissionalizante brasileira nos últimos anos, reconhecendo o seu crescimento e importância. Delimitamos o nosso objeto de estudo através da apresentação do IFCE e das modalidades de ensino por ele apresentadas. Esse capítulo é o norteador das ações efetuadas. Para finalizar, nele apresentamos ao leitor as categorias que embasaram o nosso trabalho. Para isso buscamos os mais diversos teóricos que trabalham a questão do Trabalho, da Educação Profissional e do Ensino técnico.

No segundo capítulo, reconhecendo a relevância que a LDB nº 9394/96 imprimiu à educação profissional, dedicamo-nos a descrever os impactos que essa lei teve para a educação brasileira de uma forma geral, mas focando sempre na educação profissional. A atual LDB provocou grandes mudanças no ensino brasileiro e por essa razão será estudada a nova configuração dada à rede federal de ensino. Ainda nesse capítulo, abordamos como essa modalidade de ensino passou a ser trabalhada de forma planejada e de que forma, ela está inserida dentro do Plano Plurianual e do PNE. Por fim, apresentamos o papel do IFCE no Ceará, dando destaque para a sua atuação no estado ao longo de mais de um século, retratando o momento atual de expansão de suas unidades pelo interior do estado e suas consequências. Na oportunidade, explicamos o funcionamento do IFCE *Campus Caucaia*, *locus* escolhido para a realização dessa pesquisa.

Considerado que nosso público-alvo é a juventude, no terceiro capítulo nos dedicamos a fazer um paralelo entre a juventude e a educação profissional, ocasião em que discutimos a diferença entre os vocábulos *juventude* e *juventudes*, usado assim no plural. Os jovens são diferentes culturalmente, socialmente, emocionalmente etc., e o termo *juventudes* é muito utilizado por cientistas sociais para designar essas diferenças existentes nesse extrato social da sociedade.

Entendendo o significado do vocábulo *Juventudes*, pudemos conhecer as *juventudes* existentes no Instituto Federal através de dados estatísticos disponibilizados pela própria instituição. Nesse instante, avaliamos como se processa a educação técnica profissional do Instituto nas suas mais diversas modalidades. Ao final do capítulo, abordamos a educação profissional da instituição e seus impactos no que se refere à inclusão social e profissional dos seus discentes, enfatizando o ensino desenvolvido no IFCE *Campus* Caucaia, mais precisamente o curso técnico concomitante em Petroquímica. A escolha desse curso para a análise se deu pelo fato de ser o curso mais procurado pelos candidatos, além de ter sido o curso técnico mais prejudicado com a não vinda da Refinaria Premium da Petrobras, uma vez que esse curso foi escolhido para formar pessoas qualificadas para atuarem nessa refinaria.

O quarto capítulo traça um panorama da crise econômica e política pelo qual passa o país e que coincidiu com a época da realização da pesquisa. Consideramos importante contextualizar esse tema, uma vez que nossa pesquisa se propõe a analisar as condições sociais e financeiras dos egressos que certamente serão influenciadas por esse contexto. Ainda nesse capítulo, apresentamos os dados que foram obtidos junto aos egressos com a finalidade de atender aos objetivos desta dissertação.

2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL PÓS – LDB N° 9.394/96

Entender a política de Educação Profissional brasileira com base na LDB n° 9.394/96 é algo imprescindível para a realização dessa pesquisa. Essa LDB vigente, que foi aprovada em 20 de dezembro de 1996, possibilitou um pensar da educação profissional brasileira de forma planejada, com metas e objetivos a cumprir. Por isso, torna-se necessário entender como ocorreu esse planejamento, quais eram esses objetivos e metas que deveriam ser cumpridas.

É importante visualizar o que na prática realmente aconteceu após a lei ser sancionada, tendo em vista que essa pesquisa pretende fazer uma avaliação socioeconômica dos egressos de uma Instituição Federal, em consonância com o entendimento de Leite (1996) de que a qualificação se revela um importante instrumento tanto para a contratação como para a manutenção dos trabalhadores no mercado de trabalho.

A aprovação dessa nova LDB, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro trouxe significativas transformações no âmbito da educação profissional, a começar pelo entendimento explícito que essa lei faz sobre a modalidade de ensino através do Art. 39: “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

Notamos, portanto, que a Educação Profissional não deve ser vista de forma isolada, mas deve ser trabalhada de forma conjunta e contínua com outros saberes e conhecimentos. Percebe-se também que o foco principal dessa modalidade de ensino é qualificar o indivíduo para atuar no mercado produtivo. Ressaltando que as áreas de Ciência e Tecnologia são áreas que também devem ser avaliadas na perspectiva de um setor produtivo.

A lei 9.394/96 pontua qual seria o público-alvo da educação profissional no parágrafo único do artigo 39: “o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.” Percebemos, portanto, que existe uma abrangência de público que pode ser contemplado nessa modalidade de ensino.

A expressão “contará com a possibilidade”, descrita na lei, pode ser compreendida como “oferecer condições para que indivíduos que tenham a necessidade

de fazer um curso profissionalizante possam ingressar com facilidade”. Essa indução está ligada diretamente à responsabilidade do poder público em disponibilizar meios para que isso se concretize. Nesse sentido, criar políticas públicas que visem fomentar, estimular e facilitar o acesso das pessoas à Educação Profissional torna-se de extrema importância. Trata-se de uma previsão legal.

O próprio Estado brasileiro reconhece sua responsabilidade na atuação da Educação Profissional quando, no artigo 42, diz que as “escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, deverão oferecer cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível escolaridade.” (BRASIL, 1996)

Uma das novidades trazidas pela atual LDB foi a divisão da educação brasileira em dois níveis: Educação Básica⁹ e Educação Superior. A educação profissional não está em nenhuma das duas. Contudo, ela pode se fazer presente de forma concomitante tanto na Educação Básica, à exceção do Ensino Infantil, como na Educação Superior. A referida LDB também reformulou a educação profissionalizante em três níveis: básico, técnico e tecnológico.

Embora a redação da LDB supracitada não tenha de forma explícita a conceituação do nível básico da educação profissional, é possível inferir através da leitura da lei que esse nível está presente no Inciso I, §2 do artigo 39: são os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; eles são voltados a qualquer pessoa interessada, independente da escolaridade. Já a educação profissional técnica de nível médio é oferecida simultaneamente ao Ensino Médio ou após a conclusão deste e tem organização curricular própria. Por fim, o tecnológico se caracteriza como uma modalidade profissionalizante de nível superior equivalente ao bacharelado e à licenciatura, sendo assim, destinado exclusivamente para quem concluiu o ensino médio. Tendo em vista as finalidades dessa dissertação, enfatizamos a educação profissional de nível técnico.

Ressalte-se ainda que o art. 35 da LDB, no seu § 2º, mostra-se ambíguo, pois estabelece como objetivo da educação básica a “preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”. No entanto, a preparação para o trabalho, que é característica da educação profissional,

⁹ A educação Básica Brasileira compreende a Educação Infantil, Ensino Fundamental (da 1º a 9º série) e Ensino Médio (1º ao 3º ano).

constitui-se na própria LDB em um sistema paralelo e independente que poderá articular-se com o ensino regular ou desarticular-se dele completamente.

Como consequência desse novo enfoque dado à Educação Profissional através da nova LDB, surgiu o Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997), que teve por objetivo a regulamentação da educação profissional e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

O PROEP busca, precisamente, a ampla democratização da oferta de educação vinculada ao setor produtivo. Para tanto, conceitua a Educação Profissional através do Art. 22 da nova LDB ao afirmar que a educação básica tem por finalidade assegurar ao educando a formação comum indispensável para o exercício da cidadania. Essa formação comum tem como características o domínio do conhecimento básico e a capacidade de aprender a aprender, o que supõe, evidentemente, a capacidade de saber pensar. (BRASIL, 1997)

As ações decorrentes desse decreto que criou o PROEP ficaram conhecidas como “Reforma da Educação Profissional”. Tal reforma, de acordo com Souza (2002), está nitidamente influenciada pelas diretrizes do Banco Mundial e assegurada pelo financiamento conjunto do Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Teodoro (2006, p. 218) considera que os pontos centrais da Reforma da Educação Profissional para o ensino técnico são os seguintes:

Quadro 1 - Pontos da reforma da Educação Profissional

Desvinculação do Ensino Médio, mas articulação com este; isso quer dizer que a educação profissional não é mais parte diversificada do Ensino Médio, nem pode substituí-lo.
Complementação da Educação Básica – Em caráter intermitente ou concomitante.
Caracterização da escola técnica como centro de referência capaz de agregar trabalhadores, empregadores e todos os envolvidos no desenvolvimento da região.
Não definição de conteúdo mínimo curricular pelo Conselho Nacional de Educação, mas autonomia escolar para expressar e conduzir sua proposta pedagógica por meio do projeto pedagógico e plano de curso, obedecendo, no entanto, diretrizes nacionais para que se constitua uma escola caracterizada como referência na área de educação.
Compromisso da escola com o desenvolvimento do perfil profissional de conclusão, que significa de acordo com Ramos (2002): <ol style="list-style-type: none"> 1. Adoção da ideia de competência¹⁰ como norteadora do currículo e referência primordial; 2. Contato e intercâmbio com o mundo produtivo como principal regulador do

¹⁰ Entende-se o conceito de competência como “demonstração dentro de situações reais, de domínio de conhecimento e de habilidades, de condições de agir com eficácia [...] De um modo geral, designa a capacidade mobilizada pelos indivíduos ao buscar a realização de uma atividade ou a resolução de problemas. É o recurso que faz da subjetividade dos trabalhadores um elemento central e distintivo” (FIDALGO; MACHADO, 2000, p. 56-57).

- exercício profissional;
3. Apoio metodológico em projetos e resolução de problemas;
 4. Análise funcional como base para definir as 20 áreas profissionais e o perfil profissional resultante das competências listadas.

Fonte. Teodoro (2006, p.218). Elaboração própria

A desvinculação do ensino médio ao ensino técnico, trazida pelo Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997), ratificou a intenção do poder executivo de consagrar o sentido puramente propedêutico do ensino médio, e não se trata apenas de uma reforma educacional, mas de toda uma reorganização da cultura com base em propostas neoliberais homogeneizantes (DIÓGENES, 2007).

Então, na ótica da política neoliberal¹¹, a educação deixa de ser parte da área social e passa a ser pensada como um produto/mercadoria e deve funcionar para atender às expectativas do mercado; logo, a educação profissional deve ser voltada para atender às demandas do empresariado que deseja uma força de trabalho qualificada, competitiva. Essa educação tecnicista, na visão neoliberal, vai de encontro à filosofia propedêutica do ensino médio.

Um ano depois que essa lei foi sancionada, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei 9.649 (BRASIL, 1998), que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. No seu § 5º artigo 47 dizia:

A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

Na prática houve uma diminuição drástica de oferta de ensino profissionalizante no Brasil por parte da rede pública, pois, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), nesse período foram construídas apenas 11 novas escolas técnicas no Brasil.

No processo eleitoral de 2002 e, posteriormente, no período de transição entre o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e o primeiro do

¹¹ A política neoliberal traz de volta à cena o conjunto de teses econômicas conhecido como liberalismo. Na sua acepção geral, o termo liberalismo define ideias, teorias ou doutrinas que dão primazia à liberdade individual e rejeitam qualquer tipo de coerção do grupo ou do Estado sobre os indivíduos. No plano econômico, o liberalismo teve notável influência no desenvolvimento do capitalismo do século XIX. Um ponto central nessa doutrina era o repúdio a qualquer intervenção do Estado na área econômica. Os liberais entendiam que os fenômenos econômicos eram regidos por uma ordem natural, que tendia ao equilíbrio e à prosperidade. O mecanismo de garantia dessa ordem residia, para eles, na livre concorrência (Lakatos e Marconi, 1999).

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, há o recrudescimento da discussão acerca de um projeto societário para o país (MOURA, 2007).

Conforme Frigotto (2007), uma das cobranças imediatas da área de educação, mediada por suas organizações científicas, culturais e sindicais, era a revogação do Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997), por não considerá-lo como algo benéfico para a educação profissional. Em 2004 esse decreto foi revogado pelo Decreto nº 5.154 (BRASIL 2004).

A Lei 9.649 (BRASIL, 1998) também previa a expansão do ensino profissionalizante em parceria com a iniciativa privada. O principal objetivo da iniciativa privada é o lucro. A educação poderia sair de uma perspectiva de política social e passaria a ser uma estratégia mercadológica. O aluno seria um consumidor da educação. E quem poderia consumir esse serviço? Pela lógica do mercado, apenas quem pudesse pagar por ele. Lógica excludente.

Por conseguinte, o Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004) regulamentou o Capítulo III da LDB, que fala exclusivamente de educação profissional, bem como o parágrafo segundo do artigo 36 da mesma lei, a saber: “o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.”

Com a promulgação desse novo decreto, além do governo federal poder construir e manter novas escolas profissionalizantes, houve uma reorganização dos níveis e das modalidades da educação profissional previstos nessa LDB, que passaram a ser compreendidos da seguinte forma:

Quadro 2 – Modalidades da Educação Profissional

Formação inicial e continuada de trabalhadores, que consiste na oferta de cursos profissionalizantes voltados para trabalhadores jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental;
Educação profissional técnica de nível médio, que agora poderia ser ofertada de três formas: integral, concomitante e subsequente ¹² ;
Educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduações, como por exemplo, os mestrados profissionais.

Fonte. Decreto nº 5.154/1994. Elaboração própria.

Esse novo regramento, advindo do decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004), favoreceu um maior debate relacionado à integração da educação profissional com o ensino médio regular, possibilitando o desenvolvimento de um tipo de ensino médio que

¹² A forma Integrada é oferecida àqueles que terminaram o ensino fundamental. O aluno estuda, na mesma instituição, o ensino médio e o ensino técnico ao mesmo tempo. A forma concomitante é quando se estuda o ensino médio em uma instituição e o técnico em outra instituição. A subsequente é ofertada apenas para quem já terminou o ensino médio.

garantisse a integralidade da educação básica, ou seja, que contemplasse o aprofundamento dos conhecimentos científicos das disciplinas propedêuticas, como português, como também objetivos adicionais de formação profissional numa perspectiva da integração dessas duas realidades.

O Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004), além de manter as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes trazidas pelo Decreto nº. 2.208 (BRASIL, 1997), teve o mérito de revogar e de trazer de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio. Segundo Lodi (2006), o Decreto nº. 5.154 (BRASIL, 2004) surge na realidade educacional brasileira em um momento de profunda crise do ensino médio. Na época, essa etapa educacional só oferecia cerca de 50% das vagas necessárias.

Podemos observar essa afirmação de Lodi (2006) quando fazemos uma análise da distribuição de matrícula no ensino médio e na educação profissional técnica de nível médio no Brasil, em 2005.

Tabela 2 – Matrícula no Ensino Médio e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Brasil por Dependência Administrativa

Dependência administrativa	Ensino Médio (Regular)	Ensino Médio (EJA)		Ensino Médio (TOTAL)	Educação Profissional - Nível técnico
		Presencial	Semipresencial		
Brasil	9.169.357	1.157.593	551.460	10.878.410	676.093
Federal	67.652	316	0	67.968	82.293
Estadual	7.800.983	950.536	497.306	9.248.825	179.456
Municipal	189.331	37.894	17.993	245.218	21.642
Privada	1.111.391	168.847	36.161	1.316.399	392.702

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)/Censo Escolar, 2006.

Avaliando essa tabela, observa-se que, na época, o maior número de vagas no ensino médio regular estava concentrado na rede pública de ensino (88,8% das vagas), mas quando se tratava de cursos técnicos de nível médio, o maior número de matrículas ocorria através de instituições privadas (54,79%).

É visível que a LDB vigente possibilitou um novo panorama para a educação profissional. Mudanças puderam ser observadas principalmente a partir dos anos de 1990, quando o poder público buscou ampliar as oportunidades de acesso à educação e à qualificação profissional.

O PNE (BRASIL, 2014) define os macros-objetivos e as grandes prioridades nacionais para a educação, de todos os níveis e modalidades de ensino. As metas relativas à Educação Profissional, presentes no PNE, levam em consideração a

integração dessa modalidade de ensino à EJA, bem como a expansão das matrículas no ensino técnico profissionalizantes.

O PNE estipula vinte metas a serem alcançadas pelo país de 2014 a 2024. Do ponto de vista da Educação profissional, destacam-se os itens 10 e 11:

10. Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;

11. Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

Para a meta 10 foram definidas 11 estratégias: promover formação profissional inicial; aumentar o nível de escolaridade do trabalhador; atender a populações itinerantes, do campo, de comunidades indígenas e quilombolas; atender a pessoas com deficiência; reestruturar a rede física; estimular a diversificação curricular; fomentar a produção de material didático; oferecer assistência social, financeira e psicopedagógica; atender às pessoas privadas de liberdade; e implantar mecanismo de reconhecimento e saberes dos jovens.

Para a meta 11 foram definidas 14 estratégias, destacando-se: melhorar o acesso à rede federal e estadual de ensino; fomentar a educação profissionalizante a distância; estimular a expansão do estágio; ofertar matrículas gratuitas em entidades privadas; oferecer financiamento estudantil em educação profissionalizante superior; institucionalizar o programa de avaliação da educação profissional; atender à população do campo e às comunidades indígenas e quilombolas; aumentar o programa de assistência estudantil; reduzir a desigualdade; estruturar o sistema de informação profissional.

É possível inferir que a Educação Profissional também está presente na Meta 12, que trata da Educação Superior e tem como meta elevar a taxa bruta de matrícula nessa modalidade educacional para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

Embora não trate diretamente da Educação profissional e nem estabeleça estratégias específicas para ela, sabe-se que o nível tecnológico é uma modalidade de ensino superior e, portanto, está inserida nessa meta.

De acordo com dados do Censo Escolar¹³ da Educação Básica, a Educação Profissional concomitante e a subsequente ao ensino médio cresceram 7,4% nos últimos cinco anos, atingindo mais de um milhão de matrículas em 2013 (1.102.661). Com o ensino médio integrado, os números da educação profissional indicam um contingente de 1,4 milhão de alunos atendidos.

Essa modalidade de educação está sendo ofertada em estabelecimentos públicos e privados, que se caracterizam como escolas técnicas, agrotécnicas, centros de formação profissional, associações, escolas, entre outros. O Censo revela ainda que a participação da rede pública tem crescido anualmente e já representa 52,5% das matrículas.

Como se pode perceber, a rede pública tem se destacado de forma bastante significativa, a ponto de ser responsável por mais da metade das matrículas da educação profissional. Uma vez que nosso objeto de estudo está centrado numa instituição federal, no próximo tópico iremos entender a forma de atuação da rede federal de educação profissional e tecnológica.

2.1 A CONFIGURAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (2008-2015)

A denominação de Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem sido utilizada em referência a um conjunto de Instituições federais de ensino, voltadas para a educação profissional e tecnológica em nível médio e superior. Sua origem legal ocorreu em 29 de dezembro de 2008, data em que foi sancionada a lei nº 11.892 (BRASIL, 2008) que instituiu a Rede Federal de educação profissional, científica e tecnológica, bem como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia¹⁴.

¹³ O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país.

¹⁴ Essas instituições, em sua maioria, são originárias das antigas Escolas de Aprendizes e Artífices do início do século XX. Transformaram-se em Liceus Industriais; em seguida, passaram a se chamar Escolas Industriais e Técnicas; em 1959, passaram a se chamar Escolas Técnicas e, a partir dos anos 1980, gradualmente foram sendo denominadas de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). (PACHECO, 2011)

Além dos Institutos Federais, compõem a rede federal de educação profissional e tecnológica: a Universidade Federal Tecnológica do Paraná, o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) do Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais e todas as escolas técnicas ligadas às universidades federais.

Como princípio, em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais devem ofertar: educação básica, educação profissional técnica de nível médio, ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Trata-se, portanto, de uma instituição que oferece educação à comunidade de maneira singular, pois ao mesmo tempo em que atua oferecendo um doutorado, pode oferecer também um curso FIC, portanto, públicos díspares que se congregam no mesmo ambiente. Ainda que guarde semelhança a uma universidade que atua em ensino, pesquisa e extensão, os Institutos Federais incorporam toda cultura típica de escola de ensino básico; um exemplo disso: alunos do curso superior ainda têm intervalo para lanches e o término entre uma aula e outra é orientado pelo som de uma sirene.

O foco dos Institutos Federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e a geração de novas tecnologias. Essas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais (SILVA, 2009).

Os objetivos dos Institutos Federais de Educação são descritos no artigo 7º da lei nº 11.892 (BRASIL, 2008). No rol dos objetivos explícitos na lei, em primeiro lugar aparece: “Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”.

É possível fazer um paralelo entre esse primeiro objetivo exposto na lei e a LDB nº 9.394 (BRASIL, 1996), haja vista que o artigo 36-B afirma que a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida e articulada com o ensino médio, e o inciso I do artigo 36-C afirma que essa educação articulada deverá ser oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de

modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino.

O inciso II da lei nº 11.892 (BRASIL, 2008) determina como um dos objetivos dos Institutos Federais a oferta de cursos de formação inicial e continuada. Novamente, percebe-se uma vinculação com os dispositivos emanados da LDB vigente, já que a mesma prevê esse tipo de curso no inciso I do § 2º do artigo 39. A lei observa que tais cursos podem ser ofertados ao trabalhador, este entendido como cidadão pertencente à população economicamente ativa, apta a trabalhar. Ressalta também que essa formação possa se dar em qualquer dos campos de atuação da educação profissional e tecnológica. Em outras palavras: nos mais diversos setores econômicos.

É relevante o papel dos Institutos Federais na qualificação do trabalhador, principalmente o trabalhador de baixa renda, pois as condições econômicas dificultam o acesso dessas pessoas à qualificação por meio da iniciativa privada. É difícil encontrar instituição privada que ofereça cursos para essa parcela da população. É visível a promoção da justiça social que, como já foi dito anteriormente, é um dos focos dos Institutos Federais.

O inciso V da referida lei traz à luz uma questão muito importante para a educação profissional: geração de emprego e renda e emancipação do cidadão. Porém, é importante observar que o entendimento que a lei traz da educação profissional nesse inciso não é somente de qualificação para o mercado de trabalho, mas algo que vá além e que possibilite geração de renda e desenvolvimento, não apenas socioeconômico, ou do indivíduo, mas também da localidade em que ele atua.

O desenvolvimento, segundo Grabowski (2007), não se resume somente ao crescimento econômico, mas implica em melhorias das condições e da qualidade de vida de seus cidadãos, na redução das desigualdades sociais e regionais, superando a exclusão, a miséria material e intelectual, a pobreza e a opressão. Nesse sentido, é importante remeter a Pacheco (2011, p. 7) que diz:

Atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos Federais. Para tanto, é necessário um diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional, buscando a compreensão de seus aspectos essenciais, ou seja, do que existe de universal nessa realidade. Deve-se considerar que local e universal não existem como antítese, não expressam necessariamente oposição de ideias, um não existe em detrimento do outro, mas por vezes se justapõem, permeiam-se, complementam-se e separam-se.

A gestão do presidente Lula da Silva, iniciada em 2003, imprimiu à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica um novo e importante impulso na direção da sua expansão. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, vinculada diretamente ao MEC, anunciou planos bastante ambiciosos. Se durante quase um século (1909 a 2002), foram construídas 140 instituições de Educação Profissional e Tecnológica no país, de 2003 a 2010, o MEC se propôs a construir 214 novas unidades federais, o que significa uma ampliação de 150% num intervalo de oito anos (BRASIL/MEC, 2007).

A Fase I, lançada em 2005 (BRASIL/SETEC, 2010), anunciou a construção de 64 novas unidades. Nesse primeiro momento, estavam previstas 37 novas Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs, 9 novas autarquias, além da federalização de 18 novas escolas que não pertenciam à rede federal (BRASIL/SETEC, 2009). A Fase I tinha como objetivo:

Implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados ainda desprovidos destas instituições, além de outras unidades, preferencialmente, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, distantes de centros urbanos, em que os cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho. (BRASIL/SETEC, 2009).

A Fase II foi marcada pelo *slogan* “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país” (BRASIL/SETEC, 2009). Nessa etapa, lançada em 2007, previa-se a instalação de 150 novas unidades de ensino, que somadas a outras 64 já contabilizadas na Fase I, atingiriam o total de 214, conforme anunciado pelo governo Lula da Silva.

No lançamento da Fase II, contabilizava-se um total de 214 novas unidades de ensino até 2010 (Figura 1), que somadas às 140 Escolas Técnicas pré-existentes, atingiriam o número de 354 (BRASIL/SETEC, 2009). Entretanto, até fevereiro de 2012, a SETEC exibia em seu sítio na internet um total de 366 escolas entregues até 2010, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Cenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica até 2010



Fonte: BRASIL/MEC/SETEC, 2012.

Em agosto de 2011, dando sequência à expansão da Rede Federal, contudo agora já sob a gestão da presidenta Dilma Rousseff, anuncia-se a Fase III. Segundo o relatório de gestão da SETEC (BRASIL/SETEC, 2011c), referente ao ano de 2010, projetava-se para o primeiro ano da Fase III a implantação de 86 novos *campi* de Instituto Federal, dos quais 46 eram remanescentes da Fase II. Segundo esse documento, o prazo para a implantação desses *campi* era dezembro de 2011. De acordo com o relatório de gestão da SETEC, já mencionado, a totalidade da Fase III compreende ainda:

[...] a implantação de 60 novas unidades de ensino a cada ano, durante a vigência do próximo Plano Nacional de Educação (2011 a 2020), levando a Rede Federal à configuração de 1000 unidades até o final da década. Para tanto, seriam necessários investimentos anuais da ordem de R\$ 600 milhões para as ações de construção e aquisição de equipamentos, e de R\$ 200 milhões para despesas com pessoal. (MEC/SETEC, 2009)

A Fase III também foi marcada pela criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que vem sofrendo críticas por parte de políticos e profissionais da educação, sobretudo pela possibilidade de repasse de recursos públicos para a iniciativa privada.

Continuando nossas reflexões, daremos ênfase no próximo tópico à importância do Plano Plurianual na Educação Profissional Tecnológica.

2.1.1 A Educação Profissional e Tecnológica no Plano Plurianual

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 165, determina que o Poder Executivo deve instituir os planos plurianuais nos quais se estabelecerão “de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada” (BRASIL,1988). A Constituição estabeleceu também que a gestão pública deve se orientar por meio de três novos instrumentos: a Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) – que passou a consolidar o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento das Empresas Estatais.

O Plano Plurianual foi regulamentado pelo Decreto nº 2.829 (BRASIL, 1998) e trata-se de um instrumento de planejamento governamental de médio prazo. Ele estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para um período de quatro anos, organizando as ações do governo em programas que resultem em bens e serviços para a população. Nele constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, público-alvo, produtos a serem entregues à sociedade, etc.

Atualmente o PPA que está sendo executado no Brasil se refere ao período de 2012 a 2015 e foi construído a partir de três fontes: definição dos Programas Temáticos e realização de oficinas de trabalho com todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal; realização do Fórum Interconselhos, no qual foram ouvidos diversos organismos da sociedade; e o diálogo por região com estados e municípios.

Ao todo são 62 programas temáticos e cada programa possui objetivos específicos a serem atingidos até o final de 2015. Para atingir esses objetivos, o PPA estipula metas a serem alcançadas. Para facilitar o alcance dessas metas, o Plano elenca algumas iniciativas. É oportuno ressaltar que as metas e as iniciativas podem ser mudadas e/ou reavaliadas ao longo do tempo. No caso da EPT, foram definidos dois objetivos, ambos sob responsabilidade do Ministério de Educação. (BRASIL/MPOG, 2011)

Quadro 3 – Objetivos da EPT no PPA

Objetivo 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.
Objetivo 0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

Fonte: PPA (2012-2015). Elaboração Própria.

No caso do IFCE¹⁵ podemos considerar que o objetivo 0582 obteve êxito haja vista a quantidade de *campus* que foram inaugurados no interior do estado desde 2012. Além disso, a rede utiliza o sistema de cotas de cotas sociais, em atendimento à Lei Federal nº 12.711, beneficiando pretos, pardos, indígenas, alunos de escola pública e de baixa renda.

Quadro 4 – Metas para alcançar do objetivo 0582

Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional;
Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional, em consonância com o PNE 2011-2020.

Fonte: PPA (2012-2015). Elaboração Própria.

O Reconhecimento de Saberes e Competência (RSC) é o processo de seleção pelo qual são reconhecidos os conhecimentos e habilidades desenvolvidos a partir da experiência individual e profissional, bem como no exercício das atividades realizadas no âmbito acadêmico, para efeito do disposto no artigo 18 da Lei nº 12.772, de 2012.

Através da Resolução nº 31 de 30 de setembro de 2014 o IFCE regulou a avaliação e fluxo dos procedimentos para a concessão do RSC aos docentes pertencentes ao Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico Técnico e Tecnológico da instituição. Em 2015 todos os professores que cumprem os requisitos emanados nessa Resolução já recebem os benefícios pecuniários decorrentes dessa ação.

Quadro 5 – Iniciativas para o alcance das metas do objetivo 0582

Ampliação do acesso a cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo,
--

¹⁵ Nessa pesquisa quando houver referência apenas ao IFCE, será considerado o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia como um todo. Quando quisermos fazer referência a um campus específico será colocado a sigla IFCE mais o campus que se quer fazer referência.

indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes;
Formulação e avaliação de políticas, programas, diretrizes e referenciais da educação profissional e tecnológica.

Fonte: PPA (2012-2015). Elaboração Própria.

Algumas iniciativas elencadas nesse quadro já foram colocadas em práticas no IFCE Campus Caucaia tais como a ofertas de Cursos de Formação Inicial e Continuada Através do PRONATEC no ano de 2013. Os cursos eram voltados para os beneficiários dos programas de transferência de renda do governo Federal.

Quadro 6 – Metas para alcançar o objetivo 0588

Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional;
Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional, em consonância com o PNE 2011-2020.

Fonte: PPA (2012-2015). Elaboração Própria.

A meta 0588 faz referência a educação profissional para jovens e adultos. Existem 5 *campi* do IFCE que trabalham essa modalidade de ensino, são eles: *campus* Cedro com o curso de Eletrotécnica, *campus* Crato e *campus* Umirim que oferecem curso de Informática, *campus* Juazeiro do Norte com o curso de Mecânica Industrial e o *campus* Fortaleza com o curso de Refrigeração e Climatização,

Quadro 7 – Iniciativa para o alcance das Metas do objetivo 0588

Ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica articulada com a educação de jovens e adultos e de processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional, possibilitando inclusive recorte étnico-racial e de gênero e o atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.
--

Fonte: PPA (2012-2015). Elaboração Própria.

Percebe-se a correlação existente entre os objetivos do PPA 2011-2015 e o que tem acontecido na prática no estado do Ceará, como: a expansão e a interiorização da educação profissional, a democratização do acesso que ocorre, por exemplo, através das cotas¹⁶, o reconhecimento de saberes, que já é uma realidade dentro do IFCE como ferramenta de possibilidade de certificação, etc.

¹⁶ A Lei nº 12.711 (BRASIL, 2012), garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

O governo federal, atendendo à determinação legal que institui o PPA, faz um acompanhamento contínuo da Execução do Plano. A divulgação desse acompanhamento é anual, através do Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015. O último relatório disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é referente ao ano-base 2012.

Esse relatório contém a descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente. O relatório também auxilia a gestão no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade.

Mediante análise desse documento, é possível visualizar algumas ações do governo federal que, segundo o próprio governo, foram criadas com o fito de alcançar os objetivos estabelecidos no PPA 2012-2015. Nesse sentido, destaca-se o PRONATEC, criado pelo Governo Federal em 2011 através da lei 11.513 (BRASIL, 2011).

Analisando o inciso I do parágrafo único do artigo 1º da referida lei, observa-se que um dos objetivos do PRONATEC coincide com objetivo 0582 do PPA a saber:

Parágrafo único. São objetivos do Pronatec:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

Ainda em decorrência do planejamento para a educação profissional, oriundo do PPA, foi criado o programa “Mulheres Mil”, por meio da Portaria do MEC nº 1.015, no dia 21 julho de 2011. O objetivo do programa é oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero e tem como meta atender mulheres, chefes de família, de 16 a 70 anos, com baixos índices de escolaridade e em situação de vulnerabilidade social através do acesso à educação profissional, ao emprego e à renda. Segundo a Prestação de conta ordinária anual de 2011 do MEC, até dezembro de 2011, foram matriculadas 8.454 mulheres.

O documento destaca ainda o sistema “Rede e-Tec Brasil”, que visa à oferta de educação profissional e tecnológica à distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Em 2012, segundo o

relatório, foram matriculados mais de 134 mil estudantes e instalados 298 novos polos, totalizando 841 polos e-Tec.

Pensar a educação de forma planejada através do PPA tem se mostrado satisfatório, haja vista que alguns resultados já são visivelmente positivos. Mas o planejamento da educação não se limita ao PPA. Conforme vimos anteriormente, outra estratégia de planejamento do estado brasileiro ocorre através do PNE. No próximo tópico, analisaremos a situação específica da educação profissional com base nesse documento.

2.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM BASE NAS METAS DO PNE

Os dados aqui apresentados foram retirados do Observatório do PNE. Trata-se de uma plataforma online que tem como objetivo monitorar os indicadores referentes a cada uma das 20 metas do (PNE) e de suas respectivas estratégias. Além disso, a plataforma oferece análises sobre as políticas públicas educacionais já existentes e que serão implementadas ao longo dos dez anos de vigência do Plano. A ideia é que a ferramenta possa apoiar gestores públicos, educadores e pesquisadores, mas especialmente ser um instrumento à disposição da sociedade para que qualquer cidadão brasileiro possa acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas.

Será dada ênfase somente aos dados relativos às metas relacionadas à educação profissional, fazendo um paralelo entre a realidade brasileira e a do Ceará, dando um destaque para o município de Caucaia.

O último censo disponibilizado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2013 aponta que, em relação à Meta 10 - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional - a porcentagem de jovens matriculados no sistema de educação de jovens e adultos no ensino fundamental integrado à educação profissional foi de 0,8%, um índice ainda muito baixo, pois a meta do PNE para 2024 é de 25% dos jovens matriculados na EJA integrada à educação profissional.

A situação atual melhora um pouco quando se trata da porcentagem de matrículas na educação de jovens e adultos no ensino médio, integradas à educação

profissional. Em 2013 tínhamos 3,1% e a meta estipulada no PNE é chegar em 2024 a 25%.

No Ceará, o MEC só registra matrículas na EJA no Ensino Fundamental, integrados à educação profissional em 2008. Neste ano tivemos 33 matrículas. De acordo com o último censo de 2013, tivemos 5.514 alunos matriculados. A Rede Estadual é que mais disponibiliza vagas. Das 5.514 matrículas efetuadas em 2013, 4.715 foram realizadas pelo governo estadual. No Ceará a Rede Federal não oferece curso nessa modalidade.

Com relação às matrículas na EJA no Ensino Médio, integrados à educação profissional em 2007, tivemos 163 matrículas e em 2013 passamos para 1.243. Conforme pode ser visto na tabela abaixo, nesse caso é a rede federal de ensino que se destaca e o governo estadual é ausente.

Tabela 3 – Matrículas na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio, Integrados a Educação Profissional

Ano	Federal		Estadual		Municipal		Privada	
2007	100%	30	0%	31	0%	0	3,8%	102
2008	100%	245	0%	0	0%	0	6,6%	311
2009	100%	420	0%	0	0%	0	11,6%	502
2010	100%	517	0%	0	0%	0	7,3%	342
2011	100%	505	0%	0	0%	0	9%	443
2012	100%	382	0%	0	3,1%	205	13,3%	919
2013	100%	325	0%	0	0%	0	12,2%	918

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Com relação à educação profissional técnica com base na Meta 11 do PNE, o último censo de 2013 nos mostra que o total de matrículas nesse ano foi de 1.441.051; levando em consideração a meta estipulada no PNE em 2024, o Brasil teria que criar em 2024 4.323.153 vagas¹⁷. No caso específico do estado do Ceará, em 2007 tivemos 12.640 alunos matriculados no ensino técnico profissional, ao passo que em 2013 o número saltou para 60.571. A rede pública é a que mais oferece educação profissional no Ceará, conforme pode ser visto na tabela abaixo.

¹⁷ É importante observar que o número a ser triplicado é o correspondente ao ano de 2014 (ano em que o PNE foi sancionado). Como dados para este ano ainda não estão disponíveis, utilizamos o dado mais recente (2013).

Tabela 4 – Ofertas de Vagas na Educação Profissional do Ceará

Ano	Pública	Privada
2007	5.801	6.839
2008	10.514	10.228
2009	15.666	14.497
2010	22.416	15.713
2011	30.582	15.849
2012	35.433	17.472
2013	44.620	15.951

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escola. 2014

Nesse caso, observa-se que em 2007 havia certa paridade entre a oferta de vagas disponibilizadas pela rede pública e a privada, mas a diferença aumenta com o passar dos anos e em 2013 observa-se que uma diferença bem acentuada: mais de 70% das vagas disponibilizadas no ensino médio profissionalizante são através da rede pública de ensino.

Se fizermos um recorte dessa realidade para o município de Caucaia, observa-se que em 2007 o município possuía 51 alunos matriculados em educação profissional e em 2013 esse número passa para 1.209 alunos matriculados; 99,09% desse total, ou seja, 1.198 dessas vagas são provenientes da rede pública.

Com base nos dados expostos, foi possível visualizar aspectos da realidade da educação profissional do Ceará e do município de Caucaia e, diante deles faz-se necessário entender mais sobre a atuação do Instituto Federal do Ceará, tendo em vista a importância educacional que esse equipamento tem não só para o estado do Ceará, mas principalmente para o município de Caucaia.

2.2.1 O Instituto Federal do Ceará: Um Século de Ensino Técnico no Estado

Criado oficialmente no dia 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008), o Instituto Federal do Ceará congrega os extintos Centros Federais de Educação Tecnológica do Ceará e as Escolas Agrotécnicas Federais dos municípios de Crato e Iguatu.

Conforme o sítio oficial da instituição, as raízes do IFCE remontam ao começo do século XX, quando, pelo Decreto nº 7566 (BRASIL, 1909), instituiu-se a Escola de Aprendizes Artífices. A instituição teve sua denominação alterada, primeiro para Liceu Industrial do Ceará, em 1941; depois para Escola Técnica Federal do Ceará,

em 1968. No ano de 1994, a escola passou a chamar-se Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará, ocasião em que o ensino foi estendido ao nível superior e suas ações acadêmicas, acrescidas das atividades de pesquisa e extensão.

O IFCE tem hoje 27 unidades, distribuídas em todas as regiões do Estado, localizados nos municípios de Acaraú, Aracati, Baturité, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Guaramiranga, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Quixadá, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Quixadá, Sobral, Ubajara e Umirim.

Em agosto de 2011, o Ceará foi contemplado com mais 8 novos *campi* do instituto federal, a serem instalados entre os anos de 2016 e 2017 nos municípios de Acopiara, Boa Viagem, Horizonte, Jaguaruana, Maranguape, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Santa Quitéria, todos já em processo de implantação. Assim, o Estado chegará a 35 unidades. Os trabalhos de instalação dessas novas sedes se iniciam com a mobilização das respectivas prefeituras, com vistas a promover uma discussão acerca da demanda local por cursos superiores e técnicos, processo decisório que envolve igualmente toda a comunidade.

É muito oportuna essa estratégia de audiências públicas para a escolha dos cursos a serem ministrados nos novos IFCE's, pois levam em consideração a demanda da comunidade e a potencialidade dos municípios. Contudo, ainda não se sabe se a realidade tem se mostrado realmente eficaz. A título de exemplificação: o *Campus* Tauá realizou audiência pública antes iniciar suas atividades e nela foram escolhidos dois cursos: técnico em agronegócio e graduação tecnológica em telemática. Segundo a Comissão Coordenadora de Concurso do IFCE, foram oferecidas 35 vagas e só se inscreveram 12 pessoas. Para o curso superior, de acordo com informações repassadas pela Coordenação de Controle Acadêmico do referido *campus*, somente 17 pessoas optaram pelo curso de Telemática num total de 35 vagas disponibilizadas através do SISU. A julgar por esses números, paira a dúvida quanto à eficácia da escolha desses cursos.

Já o *Campus* Caucaia parece ter sido muito beneficiado com a escolha dos cursos feita na audiência pública, pois, em todos os processos seletivos que ocorreram, a demanda de candidatos sempre foi superior à oferta.

A ampliação da presença do IFCE no interior do Estado atende à meta do programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que definiu diretrizes com o objetivo de interiorizar a oferta de Educação

Profissional e Tecnológica (EPT) e ampliar o acesso para a parcela da população que vive em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Em função disso, os critérios que orientam a escolha dos municípios onde as unidades foram instaladas são: cidades-polo ou com mais de 50 mil habitantes; municípios populosos e com baixa receita *per capita*; universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras; municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais; municípios com arranjos produtivos locais identificados; entorno de grandes investimentos e municípios com elevado percentual de extrema pobreza. Além disso, é considerada também a própria natureza dos institutos federais, no que diz respeito à descentralização da oferta de qualificação profissional, cujos propósitos incluem o crescimento socioeconômico de cada região e a prevenção ao êxodo de jovens estudantes para a capital.

Esse crescimento estrutural do IFCE se refletiu no fortalecimento dos recursos humanos. Em dezembro de 2008, o Instituto possuía 862 servidores; já em janeiro de 2015, passou a ter 2.325 servidores; e a previsão é que até o final de 2015 sejam 2.675 servidores. Ou seja, em seis anos, o IFCE teve um aumento de 269% nos números de servidores.

Esse aumento no número de profissionais propiciou um melhor atendimento aos alunos, um reflexo disso pode ser visto no setor de assistência estudantil. Alguns *campi* do IFCE possuem o setor de assistência estudantil, que conta com assistente social, psicólogo, enfermeiros e nutricionista, mas nem todos os *campi* têm a equipe completa; é bastante comum a inexistência de nutricionistas em muitos *campi*, como em Caucaia e Camocim, por exemplo.

Outro destaque é o crescimento do ensino a distância, que foi dinamizado a partir da criação em 2007 da Diretoria de Educação a Distância (DEaD). Atualmente a Educação a distância (EAD)¹⁸ do IFCE conta com um grupo de mais de 100 colaboradores, oferta vagas em curso de graduação (tecnologia e licenciatura), especialização e cursos técnicos. Desde 2007 até hoje, foram ofertadas 2.820 vagas para graduações, 5.710 vagas para cursos técnicos e 1.148 vagas para especializações.

¹⁸ O Sistema UAB foi criado pelo Ministério da Educação no ano de 2005, em parceria com a ANDIFES e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior. Trata-se de uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância - DED/CAPES com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.

Embora os números sejam significativos, atuando como tutor da EAD no curso de graduação tecnológica em hotelaria, é possível vivenciar uma realidade não muito animadora. O que se percebe são alunos com um rendimento bem abaixo dos alunos que participam dos cursos presenciais e com alto índice de desistência, como é o caso do Polo de Meruoca que conta apenas com 13 alunos no 4º semestre do curso.

Tem-se observado também a expansão da pós-graduação. Em 2014 foram aprovados 3 cursos de mestrado presenciais pela Capes. Hoje o IFCE oferece 6 mestrados, a saber: Ensino de Ciências e Matemática (campus de Fortaleza); tecnologia em Alimentos (campus de Limoeiro do Norte); Tecnologia e Gestão Ambiental (campus de Fortaleza); Engenharia de Telecomunicações (campus de Fortaleza); Energias Renováveis (campi de Maracanaú e Fortaleza); Ciência da Computação (campi de Fortaleza e Maracanaú);

Adentrando no universo de nossa pesquisa, verificamos que o IFCE *Campus Caucaia* foi inaugurado no dia 27 de dezembro de 2010 e entregue oficialmente à comunidade de Caucaia no dia 26 de agosto de 2011. Surgiu em decorrência do plano de expansão da rede federal de educação tecnológica. Durante esse período, entre a inauguração e a entrega à comunidade, houve trabalhos internos dos professores e técnicos no planejamento do semestre e aquisição de material mínimo para o funcionamento.

O município de Caucaia foi escolhido tendo em vista sua proximidade geográfica com o CIPP. Nesse sentido, o *campus* torna-se peça-chave para atender às demandas de mão de obra do complexo industrial do Pecém através dos cursos Técnico em Eletroeletrônica, Técnico em Metalurgia e Técnico em Petroquímica. Em 2015, o *campus* parou de oferecer novos cursos técnicos aos ingressantes. Esses cursos foram transformados em Ensino Médio Integrado Integral¹⁹, mas os cursos técnicos oferecidos anteriormente nessas modalidades continuam os mesmos.

Havia também uma expectativa de que o *campus* pudesse disponibilizar mão de obra qualificada para a futura Refinaria Premium II que seria instalada no Complexo do Pecém. Essas expectativas foram frustradas no início do ano de 2015 com a declaração da Petrobras de que cancelaria a construção dessa refinaria. Esse

¹⁹ Nessa modalidade, o discente estuda no período da manhã (das 7h às 11h30m) o ensino médio convencional com as disciplinas propedêuticas, tem uma pausa para o almoço (das 11h30m às 13h30m) no próprio *campus* e no período da tarde (das 13h30m às 17h) tem aulas de um curso técnico com disciplinas específicas. É integrado, porque o ensino médio é junto com o técnico e é integral, pois o aluno fica no período de 7h até às 17h nos *campi*.

cancelamento, que decepcionou professores e alunos dos cursos, motivou a especificar essa pesquisa com os egressos do curso Técnico em Petroquímica, pois seria o curso mais beneficiado com a instalação dessa refinaria no Ceará.

Diante dos fatos expostos, em que foi possível compreender o funcionamento e a sistemática de atuação do Instituto Federal, bem como reconhecer a sua importância na área da educação profissional para o estado do Ceará, é chegado o momento de entender a principal razão de sua existência: a juventude. Como principal público-alvo, no próximo capítulo pretendemos analisar a juventude e sua relação com a educação profissional na atualidade, fazendo um paralelo com a juventude atendida pelo Instituto Federal do Ceará e a realidade percebida por eles do mercado de trabalho e dos impactos sociais advindos da educação.

3 JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Falar de juventude pode ser uma questão complexa, haja vista que se trata de um termo que caracteriza o período de vivência humana que vai do momento posterior à infância, perpassando pela adolescência e terminando no momento que se confunde com o início da fase adulta. Ou seja, um período de transição, de mudanças e de novos paradigmas. É, consoante Bourdieu (1983), um momento na vida em que se está mais aberto à apreensão de novos conhecimentos e posturas e à construção de novas relações sociais.

Embora a palavra faça uma limitação de tempo e faixa etária, ela se torna deficitária se levarmos os aspectos psicossociológicos dos atores envolvidos. Diante disso, é comum encontrar na literatura especializada o termo “Juventudes” no plural, pois denotaria a amplitude e os diferentes grupos que fazem parte desse estrato social. Tendo em vista a sua importância, o termo Juventudes será aprofundado no próximo tópico.

As juventudes que, como já vimos, possuem tantas características distintas possuem preocupações similares, tais como o desemprego. A pesquisa Agenda Juventude Brasil (BRASIL/SNJ, 2014) demonstrou ser esse um dos temas mais importantes para a vida dos jovens no Brasil.

De acordo com o Boletim “Juventude Informa”²⁰ de outubro de 2014, a questão do desemprego juvenil tem apresentado características singulares no Brasil. Depois de um período de elevação acentuada nos anos 1990, tendo chegado ao pico, com 17%, em 2005, tem caído sistematicamente, com uma pequena elevação em 2013 ficando em 13%. (BRASIL/ SNJ, 2014)

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada em 02 de setembro de 2015, o desemprego atinge mais fortemente as mulheres e os jovens no Brasil. No segundo trimestre de 2015, a taxa de desocupação foi estimada em 7,1 % para homens, ante 9,8% para mulheres. Já entre os jovens de 18 a 24 anos, a taxa ficou 18,6% maior que o dobro que a média total do país que ficou em 8,3%.

²⁰ Publicação do Participatório (Observatório Participativo da Juventude da SNJ) e do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), que tem como objetivo subsidiar o debate sobre as políticas públicas de juventude, evidenciando as transformações sociais, políticas e culturais das últimas décadas, o perfil dos jovens brasileiros, suas práticas e tendências de comportamento frente aos novos contextos, e que pretende contribuir para a elaboração e implementação de políticas públicas adequadas às necessidades e demandas da juventude brasileira contemporânea.

Conforme Barbosa e Deluiz (2008), entre os principais problemas com os quais a juventude se depara estão: o acesso restrito à educação de qualidade, as frágeis condições para permanência no sistema escolar, a dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho formal, a luta pelo primeiro emprego e a inadequada qualificação profissional. Segundo os autores, tais dificuldades reforçam a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para o aumento da escolaridade do jovem, a qualificação profissional, a participação social, a garantia do primeiro emprego – a fim de proporcionar-lhe experiência profissional –, além de uma política integrada de proteção social.

No Brasil, quando a Juventude é analisada em paralelo com as Políticas Públicas, identificam-se de forma fácil quais das Juventudes existentes se pretende atingir. Villela (2005), por exemplo, afirma que no Brasil a juventude só se torna objeto de uma política quando ligada a estereótipos negativos como a delinquência, uso de drogas ou violência.

Nessa mesma orientação, Novaes (2003) afirma que as políticas públicas para a juventude devem atender principalmente jovens das classes populares, que vivem à margem da sociedade e presenciam um alto nível de exclusão social através da baixa escolaridade, altos índices de desemprego e violência, ausência e/ou ineficácia dos aparatos estatais como creches, postos de saúde, escolas, áreas de estímulo à cultura etc.

Ora, se as políticas públicas surgem da necessidade da resolução de problemas e as situações adversas identificadas dessa juventude são ocasionadas pela desigualdade social e a pobreza, é natural utilizar a política de educação profissionalizante como elemento propulsor de mudança, afinal a qualificação profissional, subtende-se, facilitará a inserção do jovem no mercado de trabalho, possibilitando ganhos financeiros que atenuarão a pobreza e a desigualdade social.

A trajetória dos jovens, desde o início de sua educação até a obtenção de um trabalho decente, vem sendo determinada por sua opção de estudo e trabalho e pelas condições nas quais o trabalho se desenvolve. (OIT, 2010)

Associar a educação profissional à juventude menos favorecida e como forma de prevenir a criminalidade é algo histórico e cultural no Brasil. Na primeira década do século XX, a criação das Escolas de Aprendizizes e Artífices, através do decreto nº 7.566 (Brasil, 1909), traz no seu preâmbulo um texto que confirma essa assertiva:

[...] se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à nação.

Das primeiras décadas do século XX até as últimas décadas do século XXI, o que se observa no Brasil é um crescimento dos problemas sociais ligados à juventude, como doença, violência, aumento no consumo de drogas e desemprego. Paralelamente, ações para combater essas mazelas foram realçadas pelos entes federativos ao longo dos anos.

Essa situação favoreceu a criação de uma política nacional de trabalho e emprego com foco na juventude. Em outubro de 2003, através da Lei nº 10.748 (BRASIL, 2003), o governo federal lançou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego de Jovens (PNPE), tendo como principais objetivos: a criação de postos de trabalho para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda; e a qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social.

O Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), com o objetivo de estimular a abertura de novos postos de trabalho destinados a esse público, criou a subvenção econômica, onde o empresário que contratasse um jovem com o perfil do PNPE, selecionado nas unidades executoras²¹ do programa, receberia um estímulo financeiro de seis parcelas de R\$ 250,00 por vaga, durante um ano. Foi criado também o selo de responsabilidade social para aquelas empresas que preferissem aderir dispensando o auxílio financeiro.

O PNPE, embora tenha tido algum êxito na inserção do jovem no mercado do trabalho, se desvirtuou um pouco de seus outros objetivos como, por exemplo, a criação de novos postos de trabalho para jovens e prepará-los para o mercado de trabalho. No programa não havia ações que objetivassem a criação de novos postos de trabalho, muito menos qualquer estímulo à educação profissional que elevasse a qualificação dos jovens atendidos.

Esse fato merecia uma análise mais aprofundada, pois é possível estimar que a entrada do jovem no mercado de trabalho, se não for acompanhada de um

²¹ Agências do Sistema Nacional de Emprego (SINE), delegacias regionais do trabalho (DRT) e os consórcios Sociais da Juventude (CSJ).

estímulo à educação, pode significar o seu afastamento da escola, ocasionando dificuldades para se manter empregado ou conseguir outra ocupação futuramente.

Segundo Ramos (2005), o PNPE seria uma estratégia correta para facilitar inserção dos jovens de baixa renda no mercado de trabalho se as empresas estivessem privilegiando o trabalhador adulto em razão do custo elevado para contratação dos jovens. De acordo com o autor, uma opção “seria tornar a transição entre a escola e o mundo do trabalho menos onerosa”. (p. 45)

A medida provisória 411 de 2007 promoveu uma mudança no PNPE. Ele se unificou com outros programas para a juventude vigentes na época: Agente Jovem, Pró-Jovem, Saberes da terra, Consórcio Social da Juventude (CSJ's) e Juventude Cidadã, e Escola de fábrica e se transformou no ProJovem Trabalhador, que foi definido pelo governo da seguinte forma:

o ProJovem Trabalhador é uma política de qualificação social e profissional de caráter compensatório, que será desenvolvida em parceria com os estados, municípios e sociedade civil, visando preparar e intermediar essa mão de obra para o mercado de trabalho formal e fomentar novas oportunidades de geração de renda e visão empreendedora desses jovens (BRASIL, 2008).

Esse programa, que está vigente até hoje, muito se assemelha à logística do PNPE, mas com adaptações e melhorias, principalmente relacionadas à qualificação profissional que foi executada de forma bem mais incisiva. Os jovens engajados nesse programa recebem uma qualificação profissional com carga horária de 350 horas e auxílio mensal de R\$ 100,00 (cem reais) durante seis meses.

Como consequência dessas políticas vigentes na época em 2009, através da portaria nº 2.143 de 22 de outubro de 2009, foi aprovado o Termo de Referência para o Consórcio Social da Juventude – CSJ, da modalidade ProJovem Trabalhador, do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem.

Os CSJ's tinham como público-alvo jovens de 18 a 29 anos que estavam em situação de desemprego e que tinham membros de famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo, que, em virtude de suas condições socioeconômicas, tivessem maior dificuldade de inserção na atividade produtiva. Era necessário que estivessem cursando ou tivessem concluído o ensino fundamental; ou estivessem cursando ou tivessem concluído o ensino médio; e não estivessem cursando nem tivessem concluído o ensino superior.

Os CSJ's têm como proposta qualificar profissionalmente jovens com idade entre 16 e 24 anos, de baixa renda, em situação de risco e vulnerabilidade social, com

renda per capita familiar de até meio salário mínimo. Eles são realizados por meio da parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego e entidades da sociedade civil, que devem fazer a qualificação, captar vagas e inserir, obrigatoriamente, 30% dos jovens no mercado de trabalho.

O desemprego dos jovens é um dos mais graves problemas da atualidade, pois faltam postos de trabalho e as dificuldades de acesso a todos os benefícios transformam a fase da juventude em uma etapa de incerteza. A preparação dos jovens para o mercado de trabalho constituiu-se o objetivo central das políticas de qualificação profissional. Dentro dessa filosofia, algumas políticas merecem destaque: o Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor) e o Programa Nacional de Qualificação (PNQ).

O Planfor foi implementado no país em 1996, sob a direção do MTE, e contou com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. O objetivo geral do Planfor foi apresentar oferta de educação profissional suficiente para qualificar ou requalificar, anualmente, a partir de 1999, pelo menos 20% da PEA. Como se pode perceber, essa política pública se iniciou no Governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e foi dada continuidade na gestão do ex-presidente Lula.

Embora o plano não tivesse como foco exclusivo a juventude, ela fora muito beneficiada, uma vez que ele pretendia democratizar o acesso dos trabalhadores à qualificação profissional, principalmente daqueles em situação mais vulnerável e, como pode ser comprovado na tabela abaixo, naquela época, assim como hoje, os jovens eram os que estavam em situação mais precária.

Tabela 5 – Taxa de Desemprego Aberto Segundo os Atributos Pessoais

Brasil: Taxa de Desemprego Aberto segundo Atributos Pessoais - Idade e Escolaridade; Regiões Metropolitanas ^a: 1991 - 2002
(Média Anual)

Ano	Faixa Etária (anos)			Grau de Instrução (anos)			
	15-17	40-49	>65	0-4	5-8	9-11	≥12
1991	11,7	2,2	0,6	3,9	7,1	5,4	2,6
1992	14,1	2,7	1,0	4,6	8,7	6,5	2,6
1993	12,4	2,6	0,8	4,3	7,4	6,2	2,6
1994	12,1	2,5	0,8	4,0	7,0	6,0	2,4
1995	10,9	2,1	0,9	3,6	6,5	5,6	2,2
1996	13,1	2,9	1,2	4,2	7,3	6,6	2,9
1997	13,9	3,0	1,2	4,5	7,7	6,8	2,7
1998	18,1	4,3	1,3	6,1	9,6	9,1	4,0
1999	17,9	4,5	1,9	5,9	9,3	9,4	4,0
2000	16,9	4,3	1,6	5,4	8,4	9,2	3,8
2001	13,4	3,6	1,1	4,7	7,3	8,2	3,1
2002 ^b	13,4	3,6	0,9	4,6	7,4	8,3	3,1

Fonte: PME / IBGE

^(a) Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador

^(b) Janeiro / Setembro

partir de agosto de 2003, o governo brasileiro, agora sob o comando do ex-presidente

Lula, transformou o Planfor no Plano Nacional de Qualificação (PNQ); na prática, ele só foi implementado em 2004.

O PNQ manteve objetivos em relação aos quais o Planfor foi bem-sucedido, estabelecendo, ainda, preferência de acesso às pessoas mais vulneráveis economicamente e socialmente, como os trabalhadores com baixa renda e baixa escolaridade e a juventude.

Um dos objetivos do PNQ era aumentar e potencializar a elevação da escolaridade dos trabalhadores, por meio da articulação com as políticas públicas de educação, em particular com a educação de jovens e adultos.

Como se pode perceber, a Educação profissional no Brasil passou por uma série de transformações desde a sua criação até os dias atuais. Essas modificações se devem, principalmente, às mudanças políticas, econômicas e sociais.

A partir do que foi dito, percebe-se então que, no âmbito da política para juventude, muita importância tem sido dada pelo governo federal ao tema trabalho e ações de qualificação, principalmente para aqueles jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social. O aumento do acesso à qualificação profissional constitui um grande desafio para os governantes e a juventude, que provavelmente só poderá ser enfrentado pelo governo federal, por meio de uma ampla articulação com Estados, municípios, iniciativa privada e sociedade organizada.

3.1 JUVENTUDES E AS JUVENTUDES DO IFCE

Para Pais (2003, p. 37), “a juventude é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de circunstâncias econômicas, sociais e políticas particulares e, portanto, uma categoria sujeita a modificar-se ao longo do tempo”. Embora seja considerada geralmente como um todo, como um conjunto social cujo principal atributo é a faixa etária, deve ser tomada como um conjunto social diversificado, perfilando-se diferentes tipos de juventudes, em função de seu pertencimento de classe social, sua situação econômica, seus interesses e oportunidades ocupacionais e educacionais.

Já Bourdieu (1984), num sentido muito próximo, afirma que seria um abuso de linguagem referir-se a uma juventude, quando os universos culturais de distintos

jovens são tão diferentes. Os jovens, na verdade, são como uma espécie de terra dos homens e das mulheres, adultos para algumas coisas e crianças para outras.

Percebe-se que, para os dois autores, não se pode visualizar a juventude como um simples agrupamento de pessoas que têm em comum apenas uma específica faixa etária. Nesse sentido nos remetemos a Abramovay e Castro (2002) que indicam que definir juventude implica muito mais do que cortes cronológicos, implica vivência e oportunidades e uma série de relações sociais como trabalho, educação, comunicações, participações, consumo, gênero etc.

Muito contribuem para esse debate Margulis e Urresti (1996), indicando que se vivencia a condição juvenil de diferentes maneiras, em função das diferenças sociais e de parâmetros concretos, como o dinheiro, a educação, o trabalho, o lugar de moradia, o tempo livre etc. Logo, a definição da categoria juventude em hipótese alguma pode ser a mesma para todos aqueles que nela estão enquadrados.

Percebe-se que os três autores reforçam a necessidade de atentar que a juventude se apresenta de forma desigual, conforme fatores diversos. Não se constitui, portanto, uma definição fechada. Contudo, ressaltam que assim como não se deve se considerar apenas a questão da idade para definir juventude, não se pode também levar em conta apenas os critérios sociais.

É esse sentido de *Juventudes* que iremos trabalhar esse capítulo, fazendo um paralelo com as juventudes atendidas pelo Instituto Federal do Ceará que, por sua vez, não podem ser trabalhadas como uma juventude homogênea, haja vista que nesse pequeno universo é possível visualizar formas diferentes de juventude, diferença que pode ser social, cronológica, cultura, religiosa etc.

A Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008), que criou os Institutos Federais, concedeu-lhes uma peculiaridade: no artigo 2º foi dada a autorização para que essas instituições trabalhassem com a educação superior, a educação básica e a profissionalizante, orientando ainda que se especializassem em educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Portanto, diferente de uma universidade, onde todos os alunos são no mínimo universitários; diferente de uma escola convencional de ensino médio, onde os alunos estão se preparando para entrar no ensino superior; e diferente de uma escola profissional, onde só se concebem cursos profissionalizantes, os Institutos federais estão, ao mesmo tempo, inseridos em todas essas modalidades.

Não obstante, é comum encontrar projetos de extensão da instituição, em que o público vai desde alunos do ensino fundamental, a exemplo do projeto Pró-médio que ocorre no *Campus* Caucaia e que prepara alunos para o processo seletivo de novos alunos para cursar o ensino médio na instituição, até as mães beneficiárias do programa bolsa-família com o projeto “Mulheres mil”, programa que busca possibilitar o acesso exclusivo de mulheres historicamente em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade à educação profissional.

É comum encontrar nas áreas de passeios do *Campus* Fortaleza, por exemplo, um aluno de doutorado do lado de um aluno do ensino médio. Isso reflete um pouco a cultura educacional do Instituto Federal do Ceará. Um exemplo forte é o uso de sirenes delimitando um fim de uma aula para o começo de outra, muito comum em escolas de ensino fundamental, mas que são amplamente utilizadas nos cursos de graduação. No *Campus* Caucaia, por ter apenas cursos técnicos de nível médio, não observamos essas disparidades no aspecto da cultura escolar.

Nesse capítulo, busca-se compreender e visualizar essas juventudes tão diversas que estão presentes no Instituto Federal do Ceará; para isso, utilizamos o anuário estatístico da instituição. O último disponível no sítio da instituição foi o de 2014, ano base de 2013. Criado para registrar, em documento único, os números do IFCE, o anuário apresenta uma síntese do trabalho desenvolvido pela Instituição nas estâncias do ensino, da extensão, da pesquisa e da gestão. Esse anuário é feito com base em tabelas disponibilizadas pelo MEC/SISTEC, bem como através de questionários aplicados em todos os *campi*.

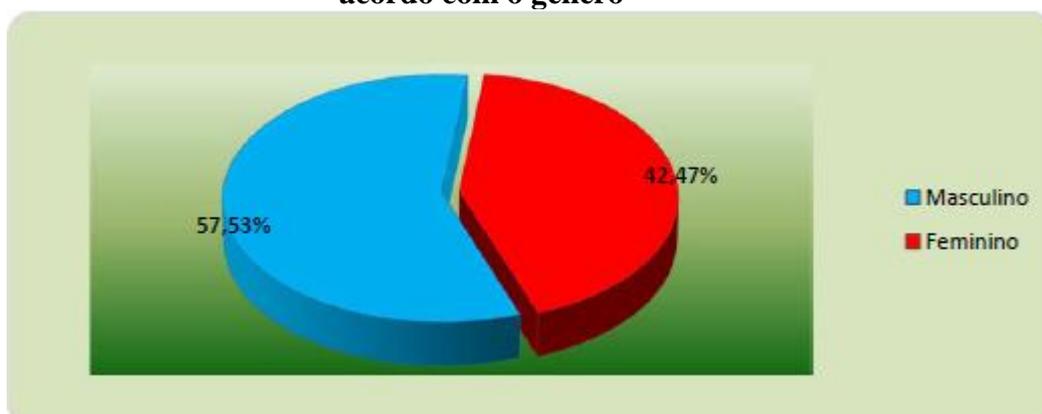
Em 2013 se candidataram a entrar nos cursos do IFCE 143.003 pessoas, seja por meio de seleções próprias, organizadas pelo IFCE, seja através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu)²², sendo que dessas 71.346 eram do gênero feminino e 71.657 do gênero masculino. Portanto, uma pequena predominância no número de homens. Essa predominância se visualiza com maior amplitude no *Campus* Caucaia, pois nesse mesmo ano houve 575 candidatos contra 470 candidatas.

No entanto, essa diferença entre gênero se acentua quando analisamos os discentes já matriculados. Dos 16.994 matriculados no IFCE, 9.976 eram do sexo masculino e 7.218 do sexo feminino (Gráfico 2). Em Caucaia a diferença entre gênero

²² Criado através da Portaria Ministerial nº 21 (BRASIL, 2012), o Sisu é um sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).

se mantém, pois são 241 discentes do sexo masculino e 132 do feminino. Com relação à Etnia autodeclarada, 5.523 dos rapazes se declararam pardos, 2.795 brancos, 917 negros e 162 indígenas. Já entre as meninas, 4.278 se declararam pardas, 1.931 brancas, 557 negras e 95 indígenas. Chama a atenção os números de discentes do *Campus Caucaia*; mesmo sendo de uma cidade que nasceu a partir de um assentamento indígena, somente seis alunos se autodeclararam índios.

Gráfico 2 - Distribuição percentual dos alunos matriculados no IFCE em 2013 de acordo com o gênero



Fonte: MEC/Sistec. 2014

Dos discentes do IFCE matriculados em 2013, 8.066 fizeram todo o ensino fundamental em escola municipal e 2.921 estudaram todo o ensino fundamental em escola estadual; temos, portanto, um total de 10.987 alunos que fizeram todo o ensino fundamental em escola pública e, em contrapartida, 6.007 alunos que fizeram o ensino fundamental em escolas particulares.

Com relação ao ensino médio, 1.132 alunos são provenientes de escolas municipais, 8.729 são de escolas estaduais, 4.004 de escolas particulares e 1.773 provenientes de escolas federais. O pequeno número de alunos provenientes de escolas municipais e federais é causado pela diminuta quantidade dessas instituições no estado do Ceará que oferecem ensino médio, haja vista que a LDB (Brasil, 1996) delimitou a atuação de cada ente federativo no que concerne à educação. No caso, o ensino médio ficou sobre responsabilidade dos Estados.

Duas juventudes díspares são observadas, a de estudantes de escolas públicas e privadas, que se unem em um local só. É sabido que juventude da escola particular possui vivências sociais, culturais e econômicas diferentes da juventude da escola pública, inclusive relacionadas à qualidade do ensino.

As diferenças existentes nas juventudes que estudam no IFCE são facilmente percebidas quando fazemos uma análise na faixa etária dos discentes. Em 2013, havia 157 alunos com até 14 anos de idade, 2.217 alunos entre 15 a 17 anos, 3.561 alunos entre 18 e 19 anos; 5.914 alunos de 20 a 24 anos e 2.813 entre 25 a 29 anos. É possível encontrar alunos com mais idade, contudo iremos nos limitar aos que possuem 29 anos, conforme dispõe o parágrafo 1º do artigo primeiro da Lei nº 12.852 (BRASIL, 2013), que classifica os jovens como pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

No que concerne ao nível socioeconômico, 10.516 discentes do ano de 2013 não trabalhavam e, dentre os demais, 1.828 trabalhavam na área comercial, 1.216 na área industrial, 912 eram autônomos e 2.522 eram servidores públicos. Note-se que a maioria dos estudantes está desempregada, mas o número de empregados é bem considerável se levarmos em consideração que se trata de estudantes.

Nesse sentido, é oportuno ressaltar a importância da disciplina de Estágio Supervisionado que muitas vezes é a primeira oportunidade do discente de vivenciar as rotinas do mercado de trabalho, ocasião em que será possível aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula. No ano de 2013, o IFCE firmou parceria com 413 instituições para viabilizar os estágios com os alunos. As consequências disso foram 1.839 alunos estagiando em 2013 e 246 alunos fazendo estágio extracurricular, aquele em que aluno faz com o intuito de aprendizagem ou para melhorar a renda pessoal, sem atrapalhar a dedicação aos estudos.

O *Campus* Caucaia não firmou nenhuma parceria com instituições que facilite a integração do aluno em Estágios. Nesse sentido, cabe ao próprio discente a responsabilidade de estagiar para conseguir a sua titulação de técnico. Mas o próprio *campus* anualmente disponibiliza edital com vagas para os alunos estagiarem nos laboratórios dos respectivos cursos. Trata-se de estágio de 4h e não remunerado.

Com relação à renda familiar dos alunos, foi verificado que 2.443 alunos tinham uma renda familiar de até ½ salário mínimo (SM), 4.189 estão na faixa que vai de ½ a 1 SM, 4.488 alunos possuíam uma renda familiar que ia de mais de 1 a 1,5 SM, 2.812 estavam nos que possuíam renda familiar com mais de 1,5 a 2,5 SM, 1.422 alunos situavam-se nas faixas dos que ganhavam mais de 2,5 a 3 SM e 1.597 alunos possuíam uma renda familiar acima de 03 salários mínimos.

O IFCE se preocupou em saber dessas juventudes quais os seus planos ao concluir o curso, e o resultado foi o seguinte: 4.684 pretendiam continuar os estudos,

1.778 pretendiam procurar um emprego, 1.155 pretendiam trabalhar por conta própria, 8.651 pretendiam continuar os estudos, mas trabalhando.

Com base nas informações do Anuário Estatístico do IFCE de 2014, podemos inferir que o público do IFCE é formado em sua maioria por uma juventude que veio da classe média baixa, conseqüentemente, oriunda de escola pública, com idade entre 18 e 24 anos. Observa-se, nos dados disponibilizados no Anuário, que existe uma maioria parda e desempregada. No entanto, esse agrupamento convive harmonicamente com uma minoria de jovens provenientes de escolas particulares. Desse modo, o que “existem são histórias de juventude e, sobretudo, jovens inseridos em uma teia de relações sociais específicas e vinculados a contextos e momentos históricos distintos”. (CAMACHO, 2000, p. 23-24).

A condição de desempregado, num primeiro momento, pode parecer algo negativo, mas considerando que se trata de estudantes em idade escolar, significa que eles têm mais tempo para se dedicar aos estudos, aliás, eles estão numa fase em que deveriam somente estudar, ou seja, não estar trabalhando nesse momento seria algo socialmente benéfico.

Segundo Pochmann (2007), ingressar precariamente no mercado de trabalho, sem ter completado o ensino regular, desfavorece o desempenho da pessoa ao longo de sua trajetória profissional. O mercado de trabalho reproduz a desigualdade verificada no sistema educacional, estabelecendo os melhores postos de empregos aos melhores qualificados, ou seja, aos filhos de ricos que obtiveram a sua inatividade financiada pelos pais.

A multiplicidade de jovens no IFCE é refletida nas diversas áreas possíveis de atuação e engajamento. Por exemplo, no *Campus Caucaia*, há os que se identificam com o esporte – os próprios alunos se unem e utilizam os espaços esportivos do *campus* –, e há os que se identificam com artes – estes têm a oportunidade de participar de corais, grupos de danças e grupos de teatro.

Para esses jovens, destituídos de experiências sociais que lhes impõem uma identidade subalterna, o grupo cultural é um dos poucos espaços de construção de uma autoestima, possibilitando-lhes identidades positivas (DAYRELL & GOMES, 2002; 2003).

Há ainda oportunidade para os jovens que se identificam com a questão da religiosidade, pois existem vários grupos que se reúnem para momentos de oração. Essas atividades são comuns a todos os *campi*.

É possível notar que existem alunos que se interessam por política partidária; embora inexistentem dados oficiais, é notória a participação em partidos políticos principalmente de esquerda, haja vista os símbolos dos partidos nas camisas ou no conteúdo das palestras que eles mesmos organizam para outros alunos.

Os jovens ligados a esses partidos atuam principalmente nos inúmeros centros acadêmicos, diretórios acadêmicos, grêmios estudantis e no Diretório Central dos Estudantes, órgão máximo de representação dos estudantes do IFCE, que, embora tenha sede no *Campus* Fortaleza, dá assistência aos estudantes de todos os *campi*.

Damasceno (2000, p.78) acredita que os diversos espaços da escola possibilitam momentos de troca, de criação e recriação, de fortalecimento das amizades, dos laços de solidariedade. Os espaços de lazer dos *campi* do IFCE proporcionam essa interação, esse encontro das múltiplas juventudes. Contudo, nem todos os *campi* possuem espaços adequados para atender à demanda dessa juventude. O *Campus* Caucaia, por exemplo, possui como espaço de lazer/interação apenas um ginásio poliesportivo. Esse mesmo ginásio é utilizado para aula de técnicas de soldagem do curso técnico em Metalurgia. Essa realidade é percebida em outros *campi* do Instituto Federal do Ceará.

Ainda que não possuam espaços adequados para que essa juventude possa se expressar em toda a sua magnitude, há um apoio institucional do IFCE no desenvolvimento dessas atividades. É muito comum o setor de assistência estudantil tomar para si a responsabilidade de lidar com esses múltiplos jovens. No *Campus* Caucaia, a psicóloga e o assistente social têm promovido atividades extraclasse, a exemplo de apresentações artísticas, filmes ligados à temática de juventude, etc.

Conforme Peregrino (2007, p. 1), podemos compreender as diversas maneiras de ser jovem nos espaços escolares, que os diferenciam uns dos outros nas maneiras de se expressar e apreciar a vida em meio às múltiplas possibilidades que caracterizam o termo juventude: roqueiros, funkeiros, forrozeiros, punks, pagodeiros; revolucionários, conformistas, “rebeldes sem causa”, militantes; “aviões”, trabalhadores, estudantes, estagiários; tatuados, modernos, *clubbers*, *darks*; “mauricinhos”, “patricinhas”, “favelados”, “manos”, “minas”, “sanguês”. Inúmeras expressões de inúmeras condições de vida.

3.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA E AS JUVENTUDES DO IFCE

Compreender a Educação Profissional Técnica brasileira desde a sua origem é importante para que possamos ter uma visão holística do assunto que pretendemos analisar e assim entender a situação em que ela se encontra atualmente.

De acordo com Moura (2007), a educação profissional no Brasil tem sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contraordem dos bons costumes.

Embora as perspectivas sobre o ensino técnico de hoje não sejam as mesmas, é possível visualizar reflexos desse pensamento até hoje. O Instituto Federal do Ceará, embora ofereça cursos de bacharelado e licenciatura, se caracteriza e se destaca por ser uma instituição de educação técnica. Não por acaso, como foi visto no tópico anterior, boa parte dos seus alunos estão em condição de desempregado e pertencem a famílias de baixa renda. Trata-se de um exemplo da vinculação até hoje existente entre a educação técnica e as pessoas de baixa renda, corroborando com o pensamento de Moura (2007). Ou seja, a reprodução das classes sociais ainda continua e, ao que parece, os cursos técnicos do Instituto Federal não se mostram atraentes aos filhos da elite.

Dando continuidade à perspectiva histórica da educação profissional técnica, em 1941 vigorou uma série de leis conhecidas como “Reforma Capanema”²³, que remodelou todo o ensino no país: uma das principais medidas foi que o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio – o primeiro compreendia os cursos básicos industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria; o segundo ciclo

²³ Nome dado às transformações projetadas no sistema educacional brasileiro em 1942, durante a Era Vargas, liderada pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que ficou conhecido pelas grandes reformas que promoveu, dentre elas, a do ensino secundário e o grande projeto da reforma universitária, que resultou na criação da Universidade do Brasil, hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro. (BOMENY, 1984)

correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendia várias especialidades.

Como bem sabemos, as escolas industriais se transformaram, com o passar dos anos, nos Institutos Federais. Até hoje é prática no Instituto Federal a necessidade de submissão a um processo seletivo, que pode ser através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para os cursos superiores, ou por processo seletivo organizado pelo próprio IFCE para os cursos técnicos de nível médio. Contudo, com a expansão dos últimos anos, alguns *campi* do interior têm sentido dificuldade em continuar com essa prática. Como exemplo disso, os *campi* Umirim e Camocim aboliram recentemente o sistema de exame de seleção, pois não estavam conseguindo atrair as juventudes da cidade para as inscrições no processo seletivo. A seleção nesses *campi* está sendo feita por análise do histórico escolar.

De acordo com a avaliação dos diretores dos *campi*, em reunião ocorrida no dia 19 de maio de 2015, dois fatores estariam influenciando o desinteresse da juventude pelos cursos técnicos: o valor da taxa de inscrição e a cultura de não fazer cursos técnicos por parte dos jovens. A Reitoria, por sua vez, elencou outro fator como causa dessa baixa procura: a falta de uma propaganda mais eficiente que atingisse o público pretendido.

Essa afirmação é questionável, uma vez que, através do processo de isenção, é possível que o candidato possa participar do processo seletivo mesmo que não possua recurso financeiro para custear a inscrição. Além disso, não há um estudo oficial que confirme que o setor de comunicação social tem falhado no que se refere à divulgação do processo seletivo do IFCE. Trata-se, portanto, de informações empíricas.

No Decreto 5.154 (BRASIL, 2004) a Educação Profissional e Tecnológica abrange os cursos de: I - formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio; e III - Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação. Neste capítulo, iremos nos ater à Educação Profissional Técnica de Nível médio.

Depresbiteris (2001) explica que a educação profissional técnica é aquela que caminha paralelamente ao Ensino Médio, uma vez que a obtenção do diploma de técnico está vinculada à conclusão desse nível de ensino.

Segundo a LDB (BRASIL, 1996) é através dessa modalidade de educação que é possível a habilitação profissional de técnico de nível médio, a qual exige a comprovação de conclusão do ensino médio para obtenção do diploma (§ 4º do Art. 8º).

Ela contempla as qualificações iniciais e intermediárias (§ 1º, 2º, 3º do Art. 8º) e os módulos ou cursos posteriormente desenvolvidos, complementarmente, de especialização, aperfeiçoamento e atualização (Inciso III do Art. 1º).

A Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Essas diretrizes podem ser entendidas como o conjunto articulado de princípios e critérios a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições de ensino públicas e privadas, na organização e no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive fazendo uso da certificação profissional de cursos.

Essa Resolução ordenou, no seu artigo 3º, § 2º, que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio fossem organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, observadas as normas do respectivo sistema de ensino para a modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Em maio de 2009 foi realizada uma Audiência Pública com as autoridades representativas do Executivo e Legislativo do Município, Diretores e Professores de Escolas Municipais, Agentes Territoriais, Líderes Comunitários, bem como a sociedade caucaense em geral, para apresentação das propostas de cursos profissionalizantes do IFCE *campus* Caucaia. Foram escolhidos somente cursos técnicos concomitantes. Contudo, essa modalidade sempre foi motivo de críticas por parte do corpo docente que alegava que os jovens que adentravam no *campus* não possuíam a base educacional necessária para fazer cursos com disciplinas tão complexas como são os cursos de Metalurgia, Petroquímica e Eletroeletrônica.

Baseado nisso, foi aprovado no ano de 2015 que os referidos cursos concomitantes seriam transformados em cursos técnicos integrados. A ideia é que o próprio IFCE daria essa base com as disciplinas propedêuticas. Essa decisão gerou muitas expectativas por parte do corpo docente, pedagógico e da assistência estudantil, pois um novo tipo de juventude iria entrar no *campus*. Adolescentes recém-saídos do ensino fundamental, com demandas diferentes e às quais o *campus* teria que se adaptar.

Atualmente o *Campus* Caucaia trabalha com os dois tipos de cursos, o concomitante com alunos que ingressaram na instituição até o ano de 2014 e o integrado com os alunos que ingressaram a partir de 2015. Existe uma meta para o ano de 2016

para que a Instituição passe a oferecer cursos técnicos à noite, mas na modalidade subsequente; teríamos aí outro público, uma vez que esse curso é para quem já terminou ensino médio.

Essa é a realidade de todos os *campi* da rede: cursos de modalidades diversas atingindo públicos diversos, mas sempre com foco nas juventudes. Sabendo que o seu público é composto em sua maioria por essas diversas juventudes, existe todo um esforço dos *campi* para atender às diversas demandas que surgem e uma das estratégias é a realização de programas voltados para a juventude, a exemplo do "Juventude em Movimento", realizado pelo *Campus* Maracanaú.

Realizado anualmente o programa “Juventudes em Movimento” é uma ação integrada, promovida por uma equipe técnica interdisciplinar do IFCE de Maracanaú e formada por assistentes sociais, pedagogas, psicóloga, enfermeira e pelo nutricionista da unidade.

Os temas trabalhados nesse programa são de abrangência social, como pluralismo cultural, prevenção ao uso de drogas, entre outros assuntos. A ação, segundo informações disponíveis no sítio do *Campus* Maracanaú, tem como objetivo criar espaços de reflexão e interação, que agreguem saberes à formação dos jovens que vão além do currículo tradicional já visto em sala de aula.

Na edição de 2015 do programa, foram abordadas as seguintes temáticas: orientação profissional e projeto de vida. No evento ocorreram duas palestras. A primeira, com o escultor Edson Magalhães, que falou aos estudantes do *campus* e de escolas públicas convidadas sobre trajetória profissional, desafios e perspectivas. A segunda abordou a temática da orientação para o trabalho, sendo ministrada pelo gerente da Unidade do SINE/IDT do município de Horizonte, Marcos Antônio Lopes de Sousa. O evento contou ainda com uma oficina sobre orientação profissional. Os estudantes também tiveram a oportunidade de fazer o cadastro no sistema SINE/IDT.

Saindo da região metropolitana e adentrando no sertão central, encontraremos o “Projeto Juventude e Cooperação Agrícola”, também voltado para a juventude da área rural que possui demandas diferentes da juventude da capital e da região metropolitana.

O objetivo geral desse projeto é capacitar a juventude do campo através das tecnologias de informação e conhecimento, visando à interdisciplinaridade e à melhoria na gestão e comercialização da agricultura familiar dos assentamentos e/ou comunidades rurais da área de atuação do Fórum Microrregional pela Vida no

Semiárido de Iguatu/Ceará. Com foco nesse objetivo geral, o projeto pretende atingir os seguintes objetivos específicos:

Quadro 8 – Objetivos específicos do “Projeto Juventude e Cooperação Agrícola”

Realizar mapeamento (pesquisa por amostragem) da realidade socioeconômica das áreas de reforma agrária com foco na juventude rural (construção do perfil), tendo como principal interlocutor o Fórum Microrregional pela Vida no Semiárido de Iguatu;
Habilitar e orientar a juventude rural na aplicação das ferramentas das TICs com o foco na organização da produção agrícola;
Incentivar a cooperação agrícola (produção, gestão e comercialização) junto aos jovens participantes do projeto;
Fomentar a construção de uma rede de jovens rurais na região, possibilitando trocas de experiências e potencialização das ações de produção e comercialização;
Promover a inserção de estudantes do IFCE em ações no âmbito da realidade brasileira relacionado à questão agrária.

Fonte: IFCE *Campus* Iguatu

Esses são apenas dois exemplos de ações do Instituto Federal do Ceará em que trabalha o tema juventude com a participação ativa dos jovens realizadas para eles e com eles. No entanto, trata-se de ações isoladas surgidas da iniciativa dos próprios *campi*. Sendo assim, encontramos *campi* em que a juventude se limita a frequentar a sala de aula, um cotidiano que muitas vezes se torna enfadonho.

Essa situação de ausência institucional de ações extracurriculares com o fito de promover uma socialização entre as juventudes da instituição possibilita que os próprios jovens tenham a necessidade de criarem ações para suprir essa lacuna. Como exemplo disso, encontramos no IFCE de Caucaia, jovens que se unem e promovem espetáculos de dança, musicais, grupos de oração, entre outras ações. Vemos processo semelhante no IFCE de Fortaleza, quando o Diretório Central dos Estudantes promove *workshop* com o tema Juventude e Trabalho, voltado para os alunos.

É o que Dubet (2007) chama de “desinstitucionalização do social”. Segundo ele, as instituições têm sofrido esse processo, pois **sua** ação socializadora passa a ser considerada tarefa dos jovens, sendo eles responsáveis pelo seu próprio processo de socialização. Assim, a escola, se não estiver aberta, se transformará em instituição de dominação do cotidiano escolar.

Spósito (2007), ao analisar a escola através de uma perspectiva da sociologia não escolar, identifica a importância de compreendermos as dimensões não escolares desses sujeitos que estão inseridos na escola, uma vez que os jovens são sujeitos que se apropriam do social e adquirem redes de sociabilidade e interações que

se distanciam das referências institucionais, trazendo para o interior da escola particularidades únicas de cada jovem aluno, adquiridas no seu convívio social.

Portanto, faz-se necessário um repensar do Instituto Federal do Ceará no que concerne à forma de se lidar com essas juventudes tão diversas que compõem o seu corpo discente. Visualizar esses jovens apenas como alunos com matrícula, não levando em consideração principalmente as suas demandas sociais e suas expectativas para futuro, pode ocasionar um processo de ensinagem incompleto e desmotivante para esses jovens.

3.3 AS JUVENTUDES DO IFCE E SUA INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA

Para ajudar a nossa compreensão sobre o tema proposto, é necessário entender como se processa a inclusão social. Dentre outros significados, o termo “incluir” quer dizer: estar incluído ou compreendido, fazer parte (HOLANDA, 1993). É por esse significado que buscamos traçar a importância da inclusão junto ao aspecto da qualificação para o trabalho, em meio às políticas públicas voltadas para a camada da população desfavorecida socialmente.

No documento intitulado *Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica* (Brasil, 2004, p. 6), é notório o entendimento de que a educação profissionalizante figura como um elemento capaz de operar mudanças na estrutura socioeconômica, ao nortear a educação profissional como:

Compromisso com a redução das desigualdades sociais, o desenvolvimento socioeconômico, a vinculação à educação básica e a uma escola pública de qualidade [...] esta educação está alicerçada com alguns pressupostos como: integração ao mundo do trabalho, interação com outras políticas públicas [...]

Segundo Paiva (2001), a responsabilidade da escola no processo de inclusão social guarda o sentido da integração. Ela deve proporcionar as mesmas oportunidades de acesso ao conhecimento e às habilidades requeridas pela sociedade contemporânea (globalizada, informacional, do conhecimento, que requer a preparação para o trabalho caracterizado pela flexibilização e precariedade, a ética do respeito à diversidade, entre outras habilidades e estruturas da formação moral), além da competência psicológica para saber lidar com as novas relações de trabalho e suas consequências.

A inclusão social e econômica, além de ser um conceito presente nos documentos do Ministério da Educação, também está presente no Instituto Federal do

Ceará. Isso pode ser percebido quando analisamos a Missão do IFCE - “Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética”.

Segundo Chiavenato (1999, p. 49), a missão funciona como orientadora para as atividades da organização. Ela tem por finalidade clarificar e comunicar os objetivos, os valores e a estratégia adotada pela organização. Sendo assim, é natural esperar dessa instituição que todas suas ações, projetos e políticas públicas na área educacional tenham o viés da inserção social como elemento a ser considerado.

Para podermos compreender como esse tema é trabalhado dentro do IFCE de forma eficiente e didática, devemos abordá-lo sob duas óticas: a das juventudes como sujeitos ativos, ou seja, aqueles alunos que promovem a prática de inclusão social, e por outro lado, as juventudes como sujeitos passivos, aqueles que são beneficiados por ações de inserção social da instituição com a finalidade de atender à sua missão.

Uma clara exemplificação de que a juventude do IFCE atua ativamente como promotora de inclusão social pode ser observada através da disciplina de Projeto Social, que passou a ser obrigatória na matriz curricular de todos os cursos superiores. A disciplina, que geralmente é oferecida ou no último ou no penúltimo semestre, estimula os alunos a desenvolverem projetos em sua área de estudo e repassarem-nos para sociedade que está em situação de vulnerabilidade social. Como ações dessa disciplina, os alunos já promoveram projetos, tais como os indicados abaixo:

Quadro 9 – Projetos desenvolvidos por alunos do IFCE

Pré-Vestibular da Aerolândia e do Pirambu, onde os alunos ministram aulas preparatórias para o vestibular e o ENEM aos jovens da comunidade;
Amor Seguro: em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, promove ações de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez na adolescência e ao uso indevido de drogas, alertando outros alunos do IFCE para os riscos a que estão expostos;
Inclusão social pelo desporto handebol: Projeto focado na prática do handebol, destinado a crianças em situação de vulnerabilidade social, na faixa etária de 10 a 14 anos;
Associação Maria Mãe da Vida: em parceria com a Associação Maria Mãe da Vida, desde julho de 2011, oferece a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social curso de informática básica.

Fonte: Pró-reitora de Ensino do IFCE

Como sujeitos passivos de políticas de inclusão social, ainda que não seja o discente do IFCE, a juventude já é beneficiada pelo sistema de cotas instituído pelo governo federal através da Lei nº 12.711 (BRASIL, 2012). Através desse sistema,

metade do total de vagas dos cursos ofertadas pelo IFCE é preenchida por estudantes provenientes de escolas públicas. Isso inclui os cursos técnicos, em todas as modalidades, e os superiores, sendo aplicado também aos da EAD. A outra metade das vagas ofertadas pela instituição permanece para ampla concorrência.

Do total de vagas destinadas aos cotistas, 50% é reservado para alunos que estudaram em escolas públicas durante todo o ensino fundamental (no caso dos cursos técnicos) ou o ensino médio (para os cursos superiores). As vagas reservadas são divididas igualmente em duas categorias: renda familiar per capita de até 1,5 do salário mínimo e sem renda declarada ou com ganhos acima desse valor. Cada uma dessas frações tem ainda quatro subdivisões proporcionais aos índices do último censo do IBGE, voltadas para os públicos de pretos, pardos e indígenas, que somados representam 66,75%, e para outras etnias, na medida de 33,25%.

Dentro do planejamento instituído pelo governo federal para a adequação das instituições federais de ensino superior à referida Lei, estipulou-se um prazo de quatro anos para implantar progressivamente o percentual de reserva de vagas. Entretanto, no IFCE, por meio de resolução do Conselho Superior do órgão, a adesão às cotas se deu de pronto, na totalidade do limite mínimo estipulado pela lei, já estando em efetiva aplicação.

A realidade do *Campus* Caucaia, conforme pode ser percebida no Anuário Estático do IFCE 2014, 82,99% dos alunos do sexo masculino não trabalham e esse percentual aumenta para 92,42%, quando se trata dos alunos do sexo feminino; 74,94% dos alunos do sexo masculino possuem renda familiar de até 1,5 salário mínimo, percentual similar aos alunos do sexo feminino 78,79%.

Ou seja, podemos perceber que as juventudes do IFCE de Caucaia, em termos gerais, são compostas por estudantes desempregados e oriundos de famílias pobres. Nesse sentido, falar em inserção social desses jovens é pensar em estratégias que façam com que eles saiam dessa condição de vulnerabilidade social em que se encontram.

Na visão de Pacheco (2011), a educação profissional é considerada uma “estratégia de ação política e de transformação social” não somente como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para o fortalecimento de inserção cidadã de milhões de brasileiros.

Delors (1998 p.12), por sua vez, apresenta a educação como o mecanismo a que os pobres têm acesso para minimização da pobreza e da marginalidade, para fazer

“frutificar os seus talentos e potencialidades criativas, o que implica, por parte de cada um, a capacidade de se responsabilizar pela realização do seu projeto pessoal”.

Este trabalho se estrutura concordando com esse pensamento de Delors (1998). Entendendo que a educação profissional pode ser elemento propulsor de mudanças sociais e econômicas, avaliamos os impactos que essa educação recebida no IFCE *Campus Caucaia* têm propiciado para melhorar a situação socioeconômica dos egressos, com foco na atuação para o mercado de trabalho.

O ano de 2015 está se caracterizando pela volta do desemprego. Segundo os dados do IBGE, a taxa de desemprego ficou em 8% no trimestre que vai de fevereiro a abril. É a maior taxa para o trimestre desde o início da pesquisa, em 2012. No mesmo trimestre de 2014, o índice foi de 7,1%; no trimestre encerrado em janeiro deste ano, foi de 6,8%.

Laranjeira, Teixeira e Bourdon (2007) constatarem significativas alterações nos conteúdos do trabalho e nas exigências por perfis profissionais, enquanto cresce o número de trabalhadores qualificados desempregados. Ampliam-se as exigências por trabalhadores mais qualificados. Ainda segundo os autores, a qualificação profissional deixou de implicar garantias de inserções sociais, ascensão e estabilidade socioprofissional.

É nesse cenário de desaceleração econômica e de desemprego que se realiza esta pesquisa, tendo como foco os alunos do curso técnico concomitante em Petroquímica. A escolha desse curso está diretamente associada à perspectiva de aumento no número de emprego para a região, principalmente por conta da Refinaria Premiú II, que havia sido prometida. No entanto, no começo do ano de 2015, a Petrobras, envolvida em escândalos de corrupção e queda em seus lucros, anunciou o cancelamento dessa Refinaria para o estado do Ceará, deixando os alunos que se preparam para atuar nessa área numa situação de desconforto.

4 A PESQUISA NO CONTEXTO DA CRISE ECONÔMICA

A economia brasileira está passando por um momento em que o próprio governo, através de declarações na mídia, classifica como uma situação de crise. Essa crise econômica pode ser mais bem visualizada através dos dados que o IBGE publica mensalmente. Por exemplo, no ano de 2015, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado do ano foi de 10,67%, o maior desde 2012, mais que o dobro da média estipulada pelo governo, que é de 4,5%. Paralelo a isso, ainda de acordo com o IBGE, o rendimento habitual do brasileiro caiu de R\$ 2.400,00 em janeiro de 2015 para R\$ 2.177,20 em novembro do mesmo ano.

Há uma forte correlação negativa entre a queda do rendimento real e o aumento da taxa de desemprego, ou seja, à medida que o poder de compra da sociedade cai, faz com que diminua a produção; diminuindo a produção, há demissões nas indústrias, refletindo no comércio e nos serviços. No ano de 2015, vimos mês a mês a taxa de desocupação aumentar. Em janeiro a taxa estava em 5,3%, subindo para 7,5 % no mês de novembro, mês em que foi feita essa pesquisa.

Essa queda no ritmo de expansão da economia brasileira ocasionando desemprego é acompanhada da degradação de parte dos postos de trabalho existentes, sobretudo no setor privado. Em virtude disso, parcela dos trabalhadores desempregados tende a desenvolver atividades com objetivo de obter algum rendimento para a sobrevivência, geralmente por meio de ocupações precárias.

A crise econômica aumenta a rotatividade da força de trabalho. Sobre isso, Rehder (2009) ponderou que, entre outubro de 2007 e março de 2008, a rotatividade chegou a afetar 23,4% dos 29,4 milhões de trabalhadores formais do setor privado brasileiro. O aumento da rotatividade da força de trabalho brasileira se deve à expansão do seu exército global de reserva e à maior flexibilidade de contratações e demissões, fatores que estão permitindo que as empresas dispensem parte de seus funcionários para contratar nova força de trabalho com um salário mais baixo. Conforme Rehder (2009), para cada trabalhador com remuneração de até três salários mínimos demitido, eram contratados outros 25 com salários menores, reduzindo-se os custos com trabalho.

Esses dados confirmam a tendência de empobrecimento relativo da classe trabalhadora, que Marx (1987) já tinha percebido ainda no século XIX, como sendo o resultado do emprego de uma proporção cada vez mais elevada de máquinas, e, relativamente, cada vez menor de trabalhadores, ao longo do tempo, pelo capital,

fazendo com que os salários, embora cresçam em termos absolutos, caiam em termos relativos. Ou seja, apesar de haver um aumento salarial é cada vez menor o número de trabalhadores que recebem esse salário.

O reflexo dessa situação econômica também pôde ser sentido no estado do Ceará: as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego da região metropolitana de Fortaleza (PED-RMF) mostram que a taxa de desemprego total cresceu ligeiramente na região, ao passar de 6,9%, em dezembro do ano passado, para os atuais 7,1% da força laboral. Em novembro, essa taxa passou para 9,2%.

A juventude brasileira, e conseqüentemente a cearense, tem sofrido as conseqüências desse processo recessivo. Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio (IPDC)²⁴ revela que, na região metropolitana de Fortaleza, o medo do desemprego da população, com idade superior a 18 anos, mostrou-se alto desde junho de 2015, quando o índice começou a registrar valores acima de 100,0 pontos, atingindo valor máximo no mês de novembro (112,0). Em dezembro, o índice recuou um pouco (108,6), mas manteve a mesma classificação.

O mesmo levantamento destaca que o medo do desemprego é alto entre os jovens de 18 a 24 anos, os de escolaridade média e aqueles com renda familiar mensal inferior a cinco salários mínimos. O desemprego no Ceará contempla 135 mil jovens de 18 a 24 anos (37,1%) e 141 mil de 25 a 39 anos (38,7%), os maiores valores desde 2012. Portanto, quatro de cada dez desempregados cearenses têm de 18 a 24 anos de idade.

Saliente-se que esses são os segmentos que possuem as taxas de desemprego mais expressivas no mercado de trabalho cearense. Inúmeros estudos, nacionais ou internacionais, têm revelado que, historicamente, dentre os segmentos mais penalizados pelo desemprego, destacam-se os jovens, devido a características muito particulares, momentos de vida bem específicos, notadamente nos mercados de trabalho menos estruturados, como o cearense.

Paralelo ao debate de desemprego e recessão, o estado do Ceará, ao longo dos anos, tem procurado meios para atenuar a situação de desemprego e pobreza. O Complexo Industrial Porto do Pecém, idealizado desde a década de 1980, foi umas das estratégias pensadas pelo governo com o objetivo de gerar emprego e renda para o

²⁴ Índice de Medo do Desemprego da População de Fortaleza – IPDC – Dezembro de 2015. In: http://www.fecomercio-ce.org.br/site/wpcontent/uploads/2013/04/12_2015_Fortaleza_Indice-de-Medo-do-Desemprego.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2016.

estado. Hoje o CIPP é realidade. Suas operações comerciais foram iniciadas em novembro de 2001 e a inauguração ocorreu em março de 2002.

Localizado no interstício do município de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, desde a sua fase de implantação, tendo como pontapé inicial a construção do Porto do Pecém e as infraestruturas básicas para seu funcionamento, tem atraído um número significativo de mão de obra para sua construção.

O complexo industrial do Pecém encontra-se ainda em fase de consolidação. Algumas indústrias já estão instaladas e em funcionamento, outras ainda estão em processo de implantação. São indústrias que demandam, em seu processo de implantação, uma grande quantidade de mão de obra. No entanto, a refinaria da Petrobras, que seria a mais importante planta industrial do complexo, não irá ser mais instalada, conforme anúncio da estatal em janeiro de 2015.

Essa refinaria era vista pelo governo, empresários e sociedade como um divisor de águas para a economia cearense; dentre os impactos econômicos advindos da atividade do refino, destacam-se: o aumento do PIB local, o aumento na renda, a movimentação do comércio local e o efeito multiplicador via renda dos funcionários, ou seja, se a maior parte da mão de obra for contratada no local, os salários deverão ser gastos na própria economia da região. Isso terá um efeito multiplicador, induzindo o surgimento de toda uma gama de prestação de serviços, comércio e indústria (mercearias, farmácias, supermercados, transportes etc.) e, principalmente, o aumento na geração de emprego.

Com o anúncio do projeto, o fluxo de pessoas em busca de oportunidades cresceu significativamente, segundo o gerente da unidade do SINE no Pecém, Francisco Carlos Pereira Costa. De acordo com ele, a previsão era de que fossem criadas 90 mil vagas, o que gerou na unidade uma média de 300 atendimentos diários.

Ele conta em entrevista ao Jornal O Globo, no dia 03 de junho de 2015, que a frustração com o cancelamento do empreendimento da Petrobras na região atingiu tanto os trabalhadores quanto os investidores: “Toda esta mão de obra que foi atraída para cá investiu em qualificação, que não é barata, principalmente na área de petróleo e gás. Já os investidores, muitos construíram pousadas, restaurantes, entre outros negócios”.

A vinda dessa refinaria motivou a criação dos cursos do IFCE *Campus* Caucaia, principalmente o curso Técnico em Petroquímica. A atividade do refino é importante porque, no entorno das refinarias, localizam-se complexos petroquímicos e

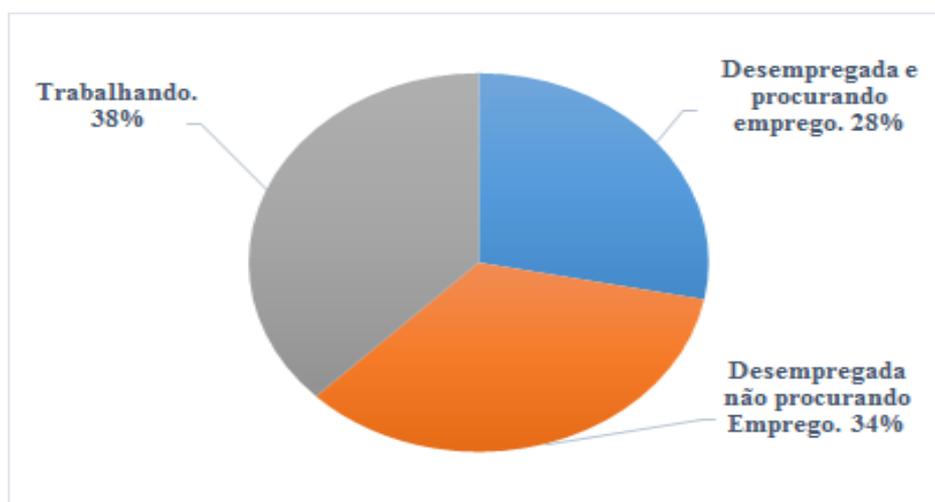
químicos, os quais são estreitamente ligados, pois utilizam elementos comuns, como manutenção e segurança industrial, utilidades como vapor, água e energia elétrica, etc. Assim sendo, as refinarias funcionam como polos de desenvolvimento industrial (GONÇALVES, 2001).

A expectativa da chegada dessa refinaria e a possibilidade de ganhos financeiros para os futuros profissionais que atuariam nela explicam porque o curso Técnico em Petroquímica sempre foi o mais concorrido dos cursos do IFCE *Campus* Caucaia. Por várias vezes, ouvimos dos participantes da pesquisa que o que os motivou na escolha do curso foi a vinda da Refinaria ao Porto do Pecém.

4.1 O MERCADO DE TRABALHO E AS PERSPECTIVAS SOCIAIS E FINANCEIRAS

Com base nas respostas obtidas junto aos 32 egressos do curso de petroquímica sobre o tema “situação dos egressos no mercado de trabalho”, dividimos os pesquisados em três categorias: desempregado e procurando emprego; desempregado e não procurando emprego; Trabalhando. A situação verificada está disposta no gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Situação dos Egressos no Mercado de Trabalho



Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

Dos 32 pesquisados, nove estão desempregados e em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho. Outros onze alunos, embora estejam na situação

de desempregado, não estão em busca de inserção no mercado. Por fim, doze alunos estão trabalhando, conforme indicado no gráfico acima.

Dos nove egressos que estão na situação de desempregado e procurando emprego, somente um não está estudando. Dos oito que estão estudando, sete estão fazendo graduação e um está fazendo um curso técnico em outra área. Dos sete que estão fazendo curso superior, três estão fazendo graduação na área de química; dos quatro restantes, dois fazem o curso de Engenharia Agrícola e Ambiental, um faz o curso de Licenciatura em Física e o outro Bacharelado em Administração.

Tabela 6 – Situação dos Egressos desempregados e procurando emprego

Situação dos Egressos desempregado e procurando emprego	Quantidade de alunos	Nível de escolaridade		Graduação na área de Química	Graduação fora da área de Química
		Graduação	Curso Técnico		
Estudando	8	7	1	3	4
Não está estudando	1	-	-	-	-

Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

Dos onze egressos na situação de desempregado, mas não procurando emprego, nove estão fazendo outra graduação, sendo que desses nove, cinco estão se graduando na área de Química. Os quatro restantes estão fazendo os seguintes cursos: Farmácia, Ciência Biológica, Geografia e Engenharia Ambiental e Sanitária. Dos dois que não estão fazendo curso de graduação, um está se dedicando a estudar para concurso e o outro simplesmente não se identificou com área de petroquímica, não quer atuar na área e não está estudando.

Tabela 7 – Situação dos Egressos desempregados, mas não procurando emprego

Situação dos egressos desempregados, mas NÃO procurando emprego.	Quantidade de alunos	Graduação	
		Na área	Fora da área
Fazendo outra graduação	9	5	4
Estudando para concurso	1	-	-
Não está estudando	1	-	-

Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

Dos doze que estão trabalhando, cinco estão fazendo um curso de graduação e dois estão fazendo cursos técnicos em outra área (Técnico em Logística/Técnico em edificações). Cinco egressos não estão estudando. Dos cinco que estão fazendo um curso de graduação, quatro fazem curso na área de Química e um egresso faz o curso de

Engenharia Mecânica. De uma forma geral, a situação escolar dos egressos se apresenta da seguinte forma:

Tabela 8 – Situação Geral Escolar dos Egressos

Situação Geral	Quantidade	%
Não estão estudando	8	25%
Fazendo graduação na área de química	12	38%
Fazendo graduação em outra área	9	28%
Fazendo curso Técnico	3	9%
Total	32	

Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

Consideramos muito satisfatória a quantidade de alunos que continuaram estudando após a conclusão do curso. Foi identificado que, dos oito que não estão estudando dentro de uma modalidade formal de ensino, três deles estão estudando para concurso, uma está fazendo curso de inglês e dois já são formados, ou seja, já entraram no curso Técnico em Petroquímica com um curso de graduação concluído. Sendo assim, apenas dois alunos estão totalmente parados sem estarem estudando.

Outro dado interessante que podemos perceber é que 37,5% (12 egressos) optaram por fazer um curso superior na mesma área do curso que concluíram no IFCE. Quando cruzamos essa informação com a relacionada aos impactos sociais decorrentes da conclusão do curso técnico, oito deles responderam que o curso influenciou na escolha do curso de graduação. Sendo assim, podemos inferir que o curso técnico do IFCE exerce influência sobre a futura vida acadêmica dos alunos.

Trata-se de um aspecto muito positivo do curso. Quando esses alunos escolheram o curso Técnico em Petroquímica, ainda estavam no primeiro ano do ensino médio, fase da vida em que se inicia o processo de escolha da futura profissão, a ser concluído no terceiro ano do ensino médio, no momento em que eles possivelmente farão a opção por um curso de graduação. O curso técnico de Petroquímica, nesse caso, funciona como um catalizador de opiniões. O aluno terá a oportunidade de saber se aquela profissão condiz ou não com suas aptidões pessoais, perspectivas sociais e financeiras.

Dados semelhantes encontramos em Oliveira (2001), em estudo conduzido junto a universitários do último ano de graduação, onde apurou que os motivos da escolha do curso de graduação estão relacionados à compatibilidade com a atual

ocupação profissional (30%), à aquisição de novos conhecimentos para melhorar a capacitação (26%), ao gosto pela área e identificação pessoal com o curso (17%), e à necessidade em função do seu contexto profissional (16%).

Nota-se que o estudo de Oliveira (2011) demonstra que a escolha do curso de graduação é muito influenciada pela questão profissional. Considerando que o curso técnico é voltado para formar profissionais, podemos constatar que ele atua na confirmação do futuro profissional dos seus alunos.

Dos egressos que estão procurando emprego, foram identificadas as seguintes dificuldades para ingressar no mercado de trabalho:

Gráfico 4 - Dificuldades apontadas pelos egressos que estão buscando oportunidade no mercado de trabalho



Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

Das dificuldades apontadas, como se pode observar, as duas maiores foram: Falta de experiência profissional e Mercado de trabalho enxuto. De certa forma, observa-se que a falta de experiência profissional pode ser decorrente do mercado de trabalho ser enxuto e não conseguir atender todos os egressos. Além disso, um aluno ainda ponderou a não existência de um mercado específico para o petroquímico. No questionário, ele ainda colocou que existe um pouco de mercado para o Técnico em Química, mas não há nenhum para o Petroquímico especificamente.

Nesse sentido, podemos concluir que, dos nove egressos que estão à procura de emprego, sete deles indicam que essa situação decorre da realidade atual do mercado

de trabalho. A Direção do *campus* informou que tão logo a disciplina de estágio começou a ser disponibilizada para os alunos, foi identificada a dificuldade deles em conseguirem estágio na área de petroquímica; os poucos que conseguiram estagiar fizeram-no em laboratório de química. Ciente disso, a Direção Geral, juntamente com o Departamento de Ensino, criou edital para estágio, onde os alunos puderam atuar como bolsistas no laboratório de petroquímica do próprio IFCE de Caucaia.

A falta de postos de trabalhos para esses alunos estagiarem e garantirem assim uma experiência prática no mercado foi manifestada nas respostas deles quando perguntamos se o egresso já havia exercido alguma atividade remunerada entre o período de conclusão do curso e até o momento da entrevista. Quinze deles responderam que a única experiência remunerada foi como bolsista no próprio IFCE, nove responderam que não tiveram nenhuma experiência remunerada no mercado, limitando as suas atuações práticas através de um programa de bolsistas voluntários nos laboratórios do IFCE. Conforme a Direção de ensino, esse programa foi criado principalmente para que os alunos pudessem concluir a disciplina de estágio exigido no curso.

Conforme já afirma Kunz (1999, p.45): “o estágio é um elo entre a vida universitária e o mercado de trabalho, é o rito principal da iniciação profissional de introdução ao mercado de trabalho”. Consideramos esse posicionamento da Direção do *Campus* Caucaia acertado, pois o mundo contemporâneo exige profissionais capacitados e as instituições de ensino têm um grande compromisso com a formação de seus alunos; essa bolsa/estágio contribui fortemente para isso. Assim o “estágio é, na vida do estudante, o período que antecede a estreia na profissão, devendo ser uma fase de experiência acadêmico-profissional que proporcione aplicação de teorias na prática” (SILVA, 1999, p. 19)

Por fim, somente sete alunos alegaram que estagiaram em empresas, com destaque para Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), onde quatro deles estagiaram.

Os dois egressos que apontaram incompatibilidade no horário justificaram-se através do fato de que, embora estejam em busca de uma oportunidade de trabalho, estão fazendo um curso de graduação. Eles apontam dificuldade de conseguir um emprego que compatibilize com o horário do curso.

Outra dificuldade apontada e que merece uma análise é que a “Matriz curricular não atende à demanda do mercado”. Veremos que essa informação vai ao encontro de informações obtidas nos gráficos 11 e 12, que serão apresentados

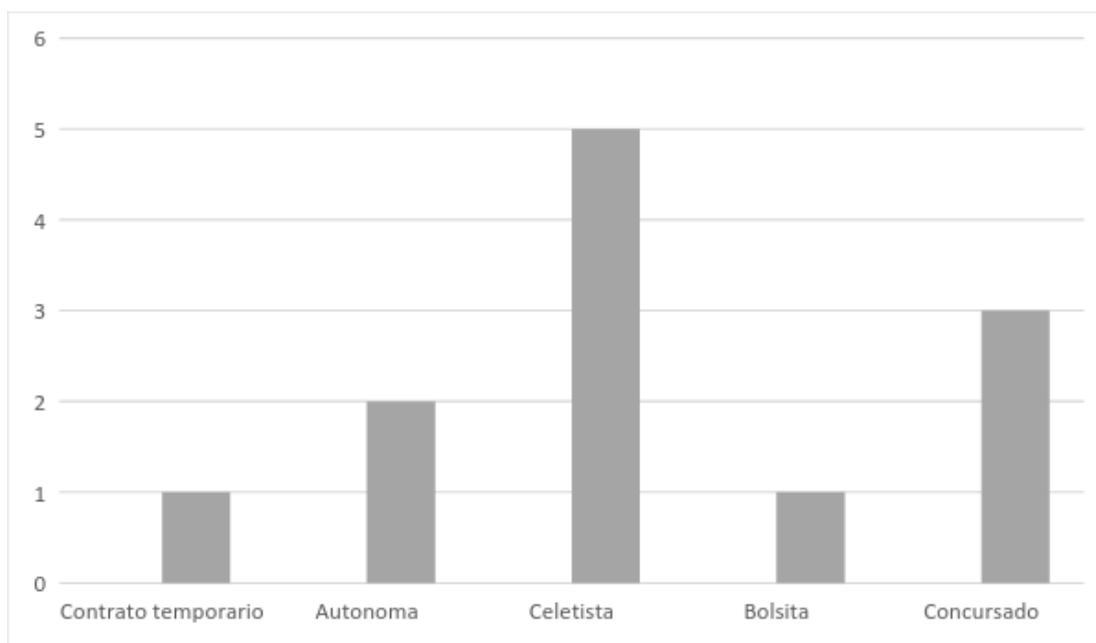
posteriormente, onde a percepção de 72% dos egressos é de que o curso não atende à demanda do mercado e a sua maioria acredita que isso se dá por falta de mercado para o Petroquímico.

Dos onze egressos que não estão procurando emprego, dez deles optaram por essa situação para poderem se dedicar ao curso de graduação. Apenas um relatou que não tem interesse de atuar na área de Petroquímica.

Visualizamos essa situação de forma bastante positiva, pois estamos vivendo no entender de Duarte (2003) na chamada “Sociedade do Conhecimento”, onde quanto mais se obtém conhecimento, mais o mercado capitalista se interessa. Nesse sentido, nos remetemos a Pochmann (2007), que fala que a sociedade do conhecimento exige uma maior qualificação e saber. Segundo ele, somente a postergação do ingresso do jovem no mercado de trabalho é condizente com os desafios da sociedade do conhecimento.

Dos doze egressos que estão trabalhando, oito deles não estão trabalhando na área de petroquímica e apenas quatro estão atuando na área. Contudo, todos os quatro que estão atuando na área creditam à formação no curso Técnico em Petroquímica o principal fator para essa situação. Tivemos a preocupação em saber de que forma esses ex-alunos estão atuando no mercado, no que concerne ao vínculo empregatício. O resultado pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 5 - Vínculo empregatício



Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

Percebe-se que a iniciativa privada é a que mais tem empregado esses alunos. O Complexo do Pecém, que é composto apenas por empresas privadas, torna-se muito atrativo para esses jovens. Logo em seguida, vem o serviço público; e o próprio Instituto Federal possui duas egressas do curso de Petroquímica em seu quadro de servidores, uma atuando no *Campus* Caucaia e outra atuando no *Campus* Tianguá.

Com relação aos que não estão trabalhando na área, os três fatores que foram apontados para essa situação estão dispostos no gráfico 6.

Novamente o discurso de poucas vagas no mercado para o petroquímico se repete. Trata-se de alunos que, embora tenham estudado e tenham obtido uma qualificação, aventuraram-se em outras áreas em busca, principalmente, de um apoio financeiro que garanta a sua sobrevivência e ajuda familiar.

Gráfico 6 - Motivos apontados como justificativa para não estarem atuando na área de petroquímica



Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

Ao analisar as respostas dos questionários, deparamo-nos, algumas vezes, com o seguinte discurso: “a não vinda da Refinaria para o município do Pecém contribuiu para termos pouca disponibilidade de emprego na nossa área”. A falta de mercado para o petroquímico foi apontada por cinco dos nove egressos como motivo de não estarem atuando na área. Percebe-se que existia uma expectativa muito grande por parte dos alunos para a vida dessa refinaria. No imaginário deles, a desistência da

Petrobras em trazer essa Refinaria para o Ceará é responsável pelo desemprego em que por ventura alguns se encontram.

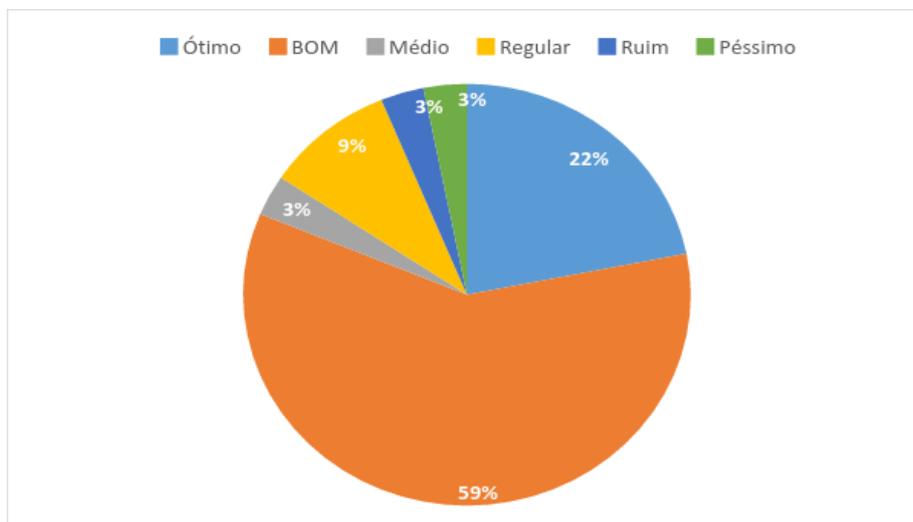
4.2 AVALIAÇÃO DO CURSO NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS

A parte final de nossa pesquisa busca fazer um diagnóstico da percepção qualitativa dos egressos em relação ao curso Técnico em Petroquímica do IFCE *Campus Caucaia*.

Um fator importante na avaliação feita pelo egresso é a questão da maturidade, uma vez que depois que sai da instituição não tem a mesma visão de quando era estudante, amadurece, esquece um pouco os vínculos afetivos, consegue refletir sobre o que passou e acaba dando a devida importância à avaliação do curso e da Instituição. (LOUSADA, MARTINS, 2005).

Considerando o percentual de egressos que classificaram o curso como “ótimo” e “bom”, temos 82%. Trata-se de um percentual bem significativo. Apenas 6%, e isso equivale a apenas dois alunos, consideraram o curso “ruim” ou “péssimo”. Verificamos que esses dois alunos entraram no curso com a perspectiva de ganhos financeiros e, ao terminarem o curso, não conseguiram atender a essa demanda. O resultado completo pode ser analisado no gráfico abaixo:

Gráfico 7 - Avaliação do curso de Petroquímica



Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

Apesar da boa avaliação do curso, alguns aspectos foram apontados como necessários de melhorias. O laboratório foi apontado como o mais crítico por mais de 83% dos pesquisados. A Coordenação do curso de Petroquímica está ciente desse ponto fraco. Atualmente só existe um laboratório para o curso e, ao que parece, não atende às necessidades. Já está em construção outro laboratório de petroquímica com previsão para término no final de abril de 2016.

Outro aspecto apontado refere-se às aulas práticas que, por sua vez, estão estritamente ligadas aos laboratórios. Dois pontos merecem destaque: o primeiro é que, em nenhum momento, o corpo docente foi citado como algo que deve ser melhorado; o outro diz respeito às limitações no mercado de trabalho trazidas pelo nome do curso como “Técnico em Petroquímica”. Esse termo é pouco conhecido pelo mercado que prefere contratar quem é Técnico em Química.

Atualmente o corpo docente do curso de Petroquímica é formado por oito professores, sendo que seis são doutores, um é mestre e um é especialista. Comparando-se o curso de Petroquímica com os outros dois, Eletroeletrônica e Metalurgia, o curso de Petroquímica é o que detém maior quantidade de doutores no *campus*.

Essa informação é muito relevante, pois entendemos que a qualificação do professor influencia fortemente no aprendizado do aluno. O trabalho docente exige uma qualificação que vai além das capacidades e conhecimentos dos outros trabalhadores, tendo em vista que o professor é corresponsável pelo cotidiano da sala de aula, onde conhecimento, saber pedagógico e compromisso com o processo de ensino-aprendizagem são a tônica do seu trabalho. (AZZI, 2009).

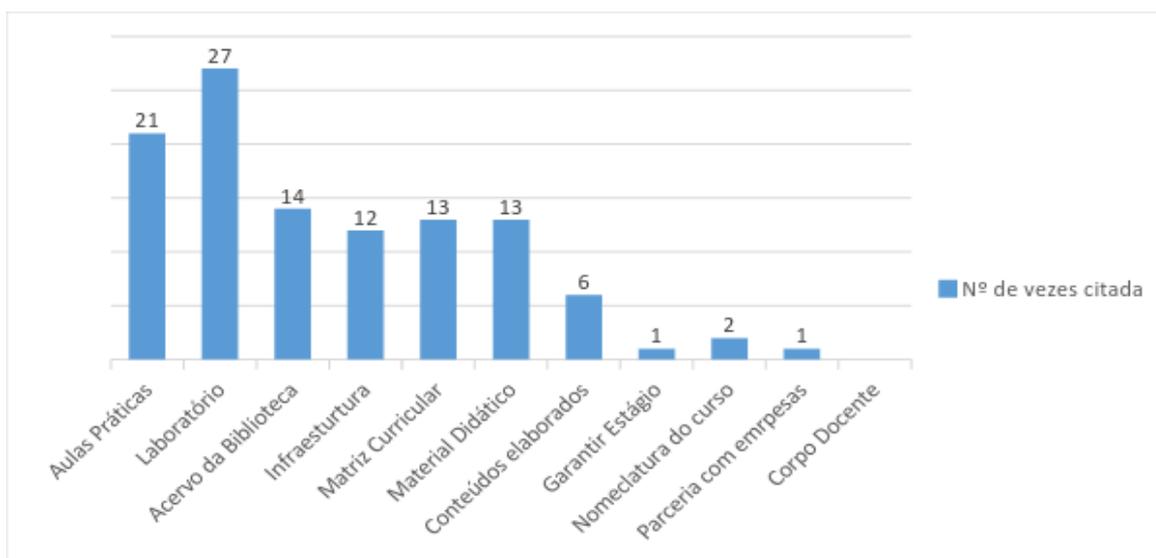
Partindo desse entendimento, encontramos aproximações com o pensamento de Tardif (2008, p.39) quando estabelece que o

professor ideal é quem conhece sua matéria, sua disciplina e seu programa, além disso, apresenta conhecimentos relativos a ciências da educação e da pedagogia, e acaba desenvolvendo um saber prático tendo como referência a sua experiência cotidiana com os alunos.

Conforme informamos, alguns alunos consideraram que o nome do curso “Técnico em Petroquímica” é limitador de sua atuação no mercado de trabalho, embora isso tenha sido citado apenas por apenas dois dos pesquisados nessa parte do questionário. Uma das egressas que indicou esse quesito como melhoria, atualmente é servidora efetiva do IFCE *Campus* Tianguá como Técnica em laboratório de Química.

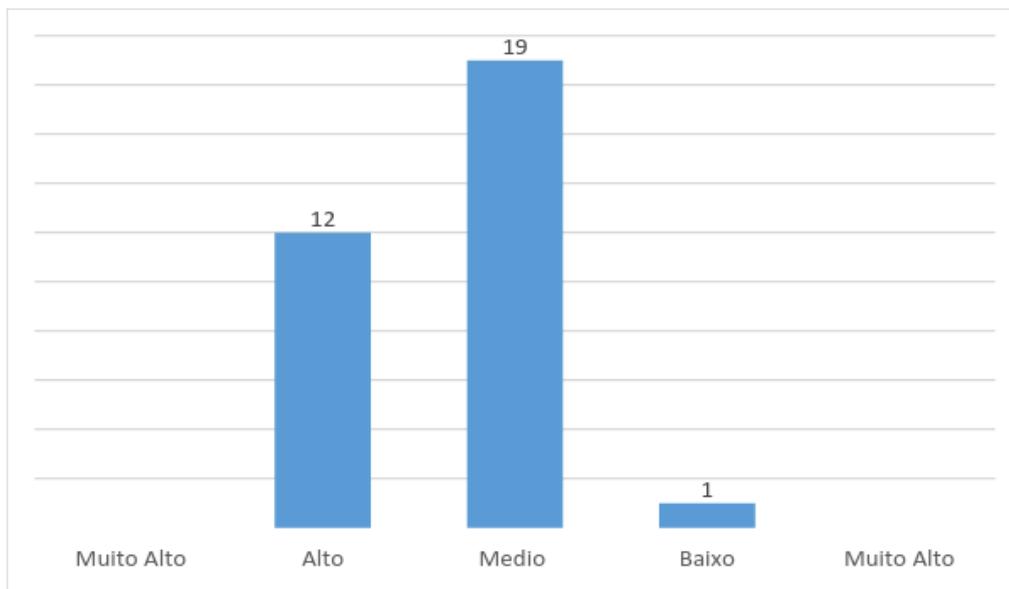
Ela relata que sua nomeação foi questionada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas que aventou a possibilidade de sua eliminação nos cursos. Ainda sobre esse tema, foi dito por um egresso que as empresas dão preferência para contratar Técnicos em Química em detrimento ao Técnico em Petroquímica. Segundo ele, há um receio, por conta do desconhecimento da matriz curricular, em contratar esses profissionais.

Gráfico 8 - Aspectos do curso de petroquímica que devem ser melhorados



Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

A forma como o aprendizado foi percebido pelos egressos foi outro tema abordado e vai ao encontro da percepção deles com relação à qualidade do curso. Apenas um aluno considera que obteve um baixo aprendizado com o curso. Os demais consideram que o curso foi “ótimo” ou “bom”, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo.

Gráfico 09 - Nível de aprendizado dos alunos

Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

Quanto ao atendimento das expectativas dos alunos em relação ao curso, embora mais da metade dos pesquisados tenha dito que o curso atendeu às expectativas, consideramos que o percentual de 31%, referente àqueles cujas expectativas o curso não atendeu, é muito alto.

Verificamos que os egressos que alegaram que o curso não atendeu às expectativas foram os mesmos que escolheram o curso na perspectiva de uma inserção no mercado de trabalho e que atualmente se encontram na situação de desemprego. Ao contrário, os que responderam que o curso superou as expectativas encontram-se na situação de empregados. É possível concluir, portanto, que a superação ou não da expectativa dos egressos em relação ao curso está diretamente ligada à situação financeira proporcionada ou não pelo curso.

A satisfação do aluno com a instituição e o curso está ligada ao quanto esse aluno sente-se orgulhoso do curso feito e o quanto acredita que se desenvolveu (BOLLIGER, 2004). Existem evidências de que os alunos mais satisfeitos também seriam aqueles com melhor desempenho profissional quando egressos (BUTLER, 2007).

A relação entre satisfação dos estudantes e desempenho profissional chamou muito a atenção dos pesquisadores na década de 1970, destacando-se o estudo de Link (1975) nessa temática na época.

Link (1975) considerou o desempenho profissional como os ganhos financeiros do aluno depois de formado. Em seu estudo, um dos primeiros que analisou a relação entre satisfação dos estudantes e desempenho, Link analisou os efeitos da satisfação do aluno (com a qualidade do curso, aliada à percepção de desenvolvimento de suas habilidades) sobre seus ganhos financeiros depois de formado. O resultado do seu estudo foi que a satisfação do aluno com a qualidade das instituições de ensino e com o curso estava ligada a maiores ganhos financeiros depois de formado. Os resultados obtidos pelo autor já mostravam alguma ligação entre a satisfação do aluno com a escola e o seu desempenho profissional, conforme podemos verificar nessa pesquisa.

Gráfico 10 - Expectativa dos alunos em relação ao curso



Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

Os pesquisados foram questionados em relação a outra expectativa, dessa vez a do mercado em relação ao curso. A grande maioria, vinte e três egressos, considera que o curso não atende ao mercado. Somente nove disseram que o curso atende ao mercado. Cada um dos nove apontou motivos diferentes para isso, conforme podemos perceber no quadro abaixo. Ressaltando-se que um aluno optou por não responder o motivo pelo qual o curso atende às necessidades do mercado.

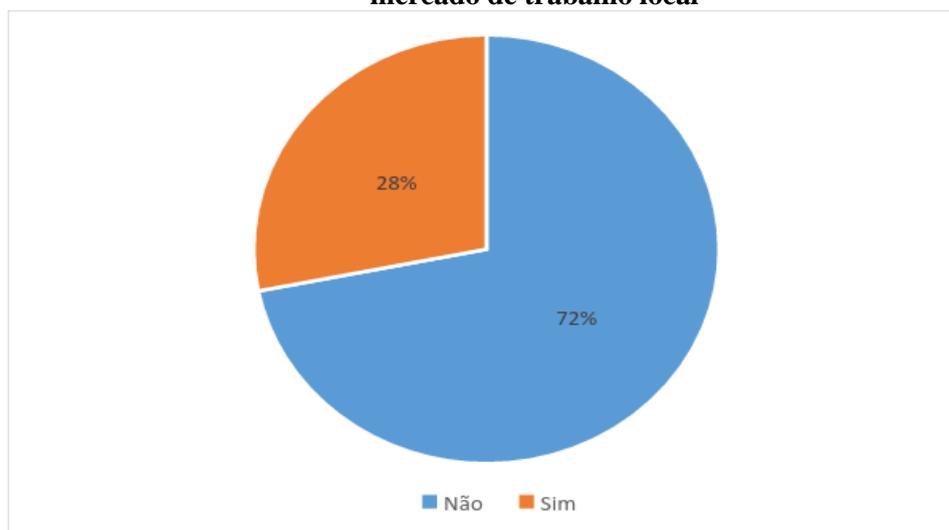
Quadro 10 – Atributos pelos quais o curso atende as expectativa do mercado na percepção dos egressos

Qualidade dos docentes
Peso da instituição (citada por dois alunos)
Única instituição no estado a oferecer o curso
O que se ensina no curso é o que as empresas precisam (citado por dois alunos)
Apesar de estar focado em Petroquímica, abrande a área de química, onde existe muito mercado.
Empresas estão se instalando na região e precisam de profissionais com essa titulação.

Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

Nota-se que há uma diversidade de opiniões. Considerando que o curso Técnico em Petroquímica possui uma quantidade significativa de mestres e doutores que são reconhecidos pelo mercado, é natural que os alunos percebam isso como um diferencial. Merece destaque também o reconhecimento do IFCE como uma instituição de peso, haja vista se tratar de um órgão centenário, inclusive com bastante expertise na área de química.

Gráfico 11 - Percepção dos egressos em relação ao atendimento do curso ao mercado de trabalho local



Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

Dos 23 egressos que afirmaram que o curso não atende à demanda do mercado, oito deles disseram que não existe mercado para ser atendido e três até acreditam que o mercado existe, mas que é muito pequeno. Chamou atenção novamente o discurso da nomenclatura do curso. Em vários momentos da pesquisa, a nomenclatura do curso é apresentada como algo negativo e, um instante específico um pesquisado sugere inclusive que o nome do curso seja mudado para Técnico em Química e que haja

uma alteração da matriz curricular, pois somente dessa forma terá a demanda do mercado atendida. Vejamos os resultados:

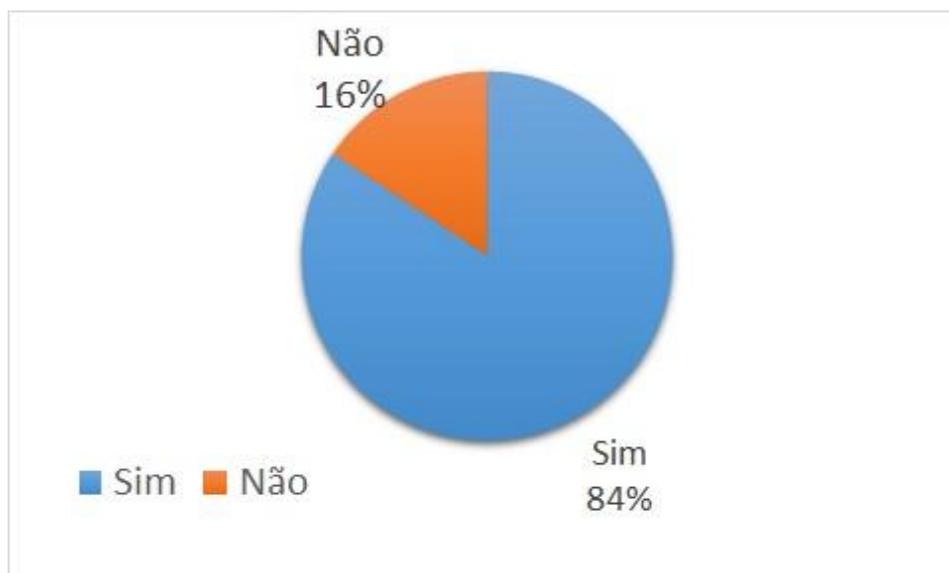
Gráfico 12 - Motivos pelos quais o curso não atende ao mercado e trabalho local na percepção dos egressos



Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

Uma das partes mais importantes da pesquisa foi visualizar a percepção dos alunos com relação ao impacto que a conclusão do curso Técnico em Petroquímica proporcionou na vida deles, com um foco sob duas perspectivas: a social e a financeira, entendendo social como a dos aspectos relacionados às variáveis educação, saúde, cultura, lazer, habitação, família, qualidade de vida, desenvolvimento social e cidadania.

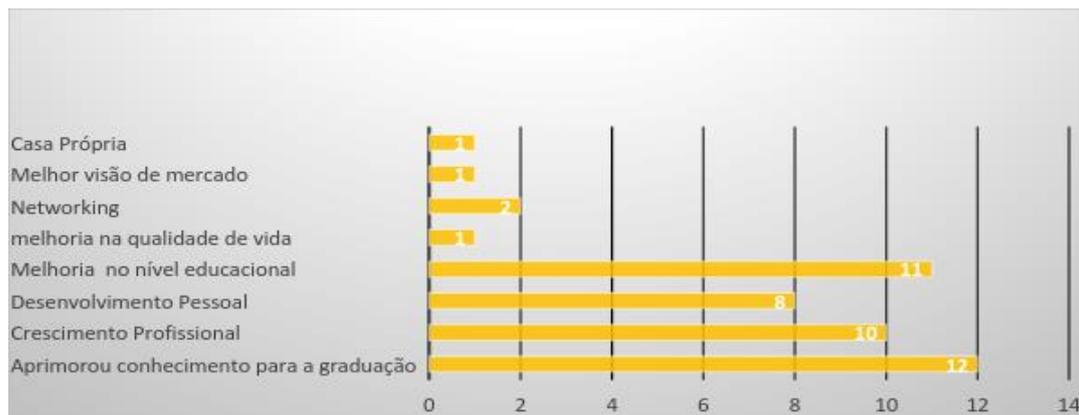
Observando o gráfico abaixo, percebemos que 84% consideraram que a conclusão do curso propiciou mudanças sociais nas suas vidas. É um número bastante significativo, o que nos faz concluir que, pelo menos nesse quesito, o curso mostrou-se eficaz e efetivo.

Gráfico 13 – Impacto social decorrente da formação no curso

Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

Os motivos apontados como geradores de mudanças sociais são diversos. Os dois principais motivos estão relacionados à educação. Além da melhoria no nível educacional, o curso Técnico em Petroquímica ajudou os alunos a aprimorarem o conhecimento na graduação. Outros fatores que ficaram perceptíveis foram a profissionalização, pois citaram o crescimento profissional, e um melhor entendimento de como atuar dentro de uma empresa. Apesar de apenas um egresso ter citado a Casa Própria como consequência de mudança social, consideramos um feito bastante significativo.

Somente três pesquisados entenderam que a conclusão do curso não proporcionou mudança na vida social. Os demais fatores apresentados como fatores geradores de mudança na perspectiva social podem ser visualizados no gráfico abaixo.

Gráfico 14 – Fatores de mudanças sociais

Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

É importante compreender essa percepção de mudança social por parte desses alunos, principalmente pelo fato deles, em sua maioria, serem oriundos de famílias pobres e que vivem numa realidade de vulnerabilidade social, conforme pudemos observar na análise do perfil social dos alunos do IFCE *Campus* Caucaia.

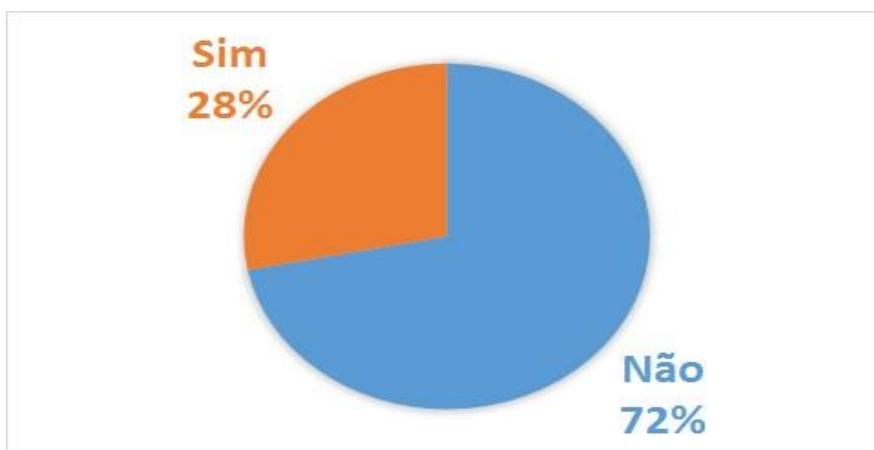
Para esses alunos, a mobilidade social torna-se ainda mais complicada mesmo que eles tenham acesso à educação. Sobre isso, Bourdieu (1988), através de suas pesquisas, afirma que os filhos dos detentores de maior capital econômico ou cultural tendem a reproduzir essas heranças; ao contrário, os filhos dos possuidores de menor capital têm menores chances de aumentarem seu capital, seja social ou econômico. Para esse autor, os filhos das elites direcionam-se, em sua maioria, para carreiras universitárias e para o gerenciamento dos negócios da família, enquanto os filhos de trabalhadores pouco qualificados direcionam suas aspirações profissionais para carreiras que requerem menor qualificação. Em outros termos, segundo ele, a posição social do indivíduo condiciona, em grande medida, suas disposições; as trajetórias profissionais individuais tendem a ser trajetórias de classe.

Os egressos do *Campus* Caucaia, tendem a ir de encontro ao pensamento de Bourdieu (1988). No entanto, é oportuno ressaltar que, segundo o autor, o fato de alguns indivíduos se afastarem de suas trajetórias de classe não chega a ofuscar essas trajetórias coletivas, posto que, mesmo os desviantes seguem, em certos aspectos, marcados por hábitos de sua classe de origem, por um destino coletivo.

Finalizamos essa pesquisa perguntando aos concludentes sobre de que forma o diploma de Técnico em Petroquímica proporcionou mudança de ordem

financeira. Conforme pode ser observado no gráfico 15, é nítido que, para a maioria, não houve melhorias financeiras.

Gráfico 15 – Impactos Financeiros

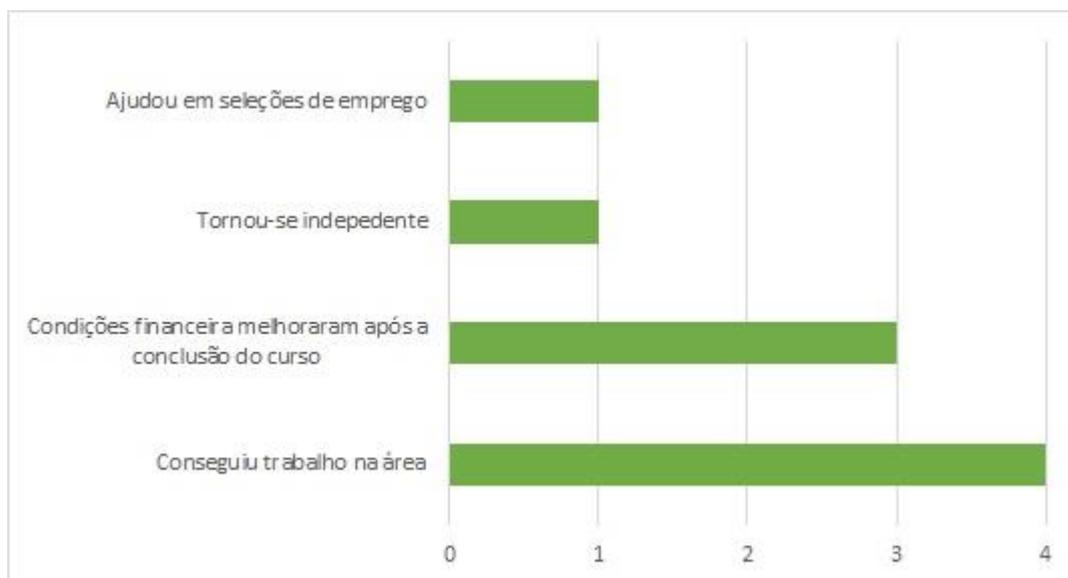


Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

Somente nove egressos consideraram que tiveram a situação financeira melhorada por conta da conclusão do curso. Todos eles estão trabalhando. Lembrando que, na nossa amostra, treze egressos estão trabalhando, mas nem todos consideram que isso representa melhoria na vida financeira. Até porque, dos treze que estão trabalhando, dois já trabalhavam em outra área e não consideram que o curso proporcionou mudança nesse sentido. Os outros dois, embora trabalhando, não consideram que houve melhorias.

Destaque-se que seis alunos alegaram que a não melhoria financeira se dá por uma questão pessoal. Sendo que quatro optaram por não buscar melhoria nessa área, mas se dedicar aos estudos; dois, como já dissemos, estavam financeiramente estabilizados e um simplesmente não se identificou com a área e nunca buscou emprego.

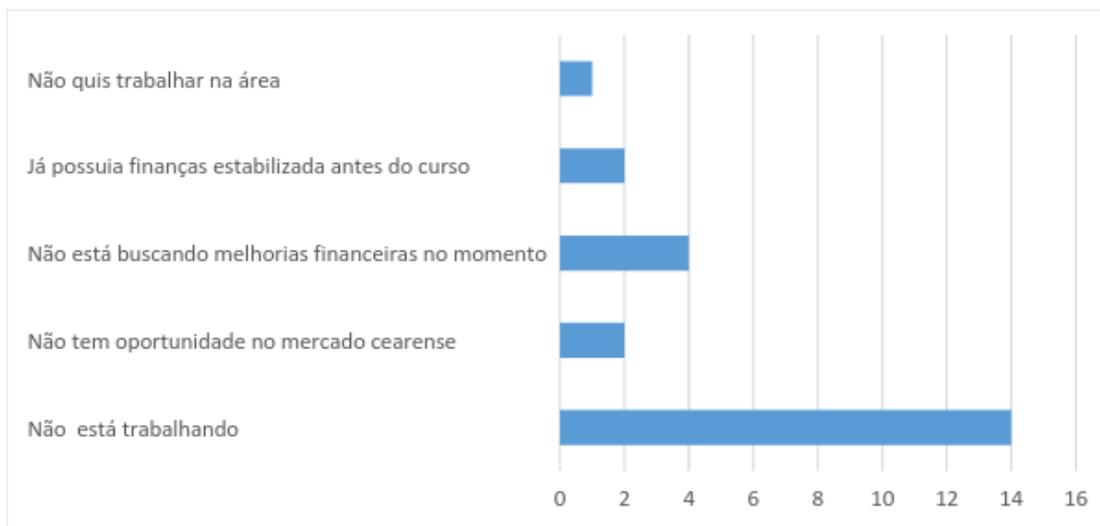
A grande maioria, 23 alunos, considera que não houve mudanças financeiras, conforme revelado no gráfico 16.

Gráfico 16 – Fatores percebidos como motivo para não mudança da perspectiva financeira

Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

Percebemos que, dos vinte e três alunos que atribuíram não ter havido mudança no aspecto financeiro, sete deles optaram por não haver essa mudança; sendo assim, não podemos considerar que se trata de uma falha do curso profissionalizante. A grande maioria, dezesseis alunos, não teve a possibilidade de ascender financeiramente por falta de oportunidade no mercado de trabalho ou por encontrar dificuldade de inserção.

O gráfico 17 mostra justamente o oposto: os fatores que levaram esses jovens a ascenderem financeiramente, embora tenhamos identificado quatro respostas diferentes, convergem para a questão do emprego, de estar empregado, a que eles atribuem como consequência do término no curso.

Gráfico 17 – Fatores que contribuíram para que não houvesse impactos financeiros

Fonte - Pesquisa Direta, 2015.

Através da realização dessa pesquisa, percebemos um legado que o curso de Petroquímica está proporcionando aos seus alunos: a percepção, por parte deles, da necessidade de continuar os estudos. A maioria deu continuidade aos estudos e, muitos inclusive, na área de química. Percebemos também que, embora semestralmente, 40 novos alunos estejam ingressando no curso, não há mercado que absorva todo esse quantitativo.

O quantitativo de egressos desempregados que alegam falta de oportunidade para poderem atuar é bem considerável e a perda da Refinaria é apontada como principal causa para essa situação.

Por fim, urge ao Departamento de Ensino do IFCE *Campus* Caucaia fazer uma reavaliação no que concerne à oferta de vagas para o curso de Petroquímica, considerando que, conforme pesquisa com os egressos, boa parte deles não está inserida no mercado e que os mesmos indicam que a mudança do curso para Técnico em Química seria mais vantajoso em termos de empregabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização desse trabalho, foi possível perceber que, com o advento da nova LDB nº 9.394/96, a Educação Profissional passou a ter mais importância em termos de políticas públicas educacionais para a juventude. Os valores dos recursos orçamentários têm aumentado a cada ano, bem como o número de matrículas de alunos que tem crescido exponencialmente.

Nas últimas décadas, os três entes federativos do país – União, Estados e Municípios – têm trabalhado de forma conjunta e alinhada, buscando dar uma prioridade para a educação profissional. Pode se afirmar isso quando se verifica que existe uma matriz de responsabilidade para cada ente e quando se cria O PNE, onde se trabalha a educação com metas a serem alcançadas em longo prazo.

Sabemos que o grande foco da educação profissional é disponibilizar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. A visão governamental é que, dessa forma, após a conclusão do curso, o egresso possa garantir o seu sustento e propiciar a melhoria na sua qualidade vida e da comunidade em que vive. Por outro lado, com essa mesma estratégia, o governo se mostraria eficaz no que concerne ao índice de ocupação da população economicamente ativa, também conhecida como taxa de desemprego. Nota-se, portanto, que essa política pública pretende atingir tanto um cenário de cunho social como econômico.

O Instituto Federal do Ceará é uma instituição centenária e pelo seu tempo de atuação e a sua abrangência, presente em todas as regiões do todas as macrorregiões do estado²⁵, pode ser considerada como o principal braço do governo no estado no que se refere a políticas públicas de educação profissional para a juventude.

Embora a educação profissional abranja um público diverso, independente de gênero, raça, faixa etária e nível social, há sim um apelo maior para a juventude que vive em situação de vulnerabilidade social. A juventude, por sua vez, não é uniforme e padronizada, ela é múltipla e plural; daí porque os doutrinadores da área trabalham com o termo Juventudes.

²⁵ De acordo com a Secretaria de Planejamento do Governo do Estado, o Ceará possui 14 macrorregiões: Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu, Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão dos Crateús, Sertão dos Inhamuns, Sertão de Sobral e Vale do Jaguaribe.

Verificamos que, nos diversos *campi* do Instituto Federal do Ceará, essas juventudes com histórias, culturas e anseios díspares convergem em algo: a busca de educação profissional pública e com fama de qualidade. Embora o IFCE possua juventudes de diversos matizes, constatamos que há predominância de uma juventude pobre, parda e da periferia, público que sempre foi o principal alvo da política pública de educação profissional.

No IFCE *Campus* de Caucaia, o público é menos heterogêneo, o nível de pessoas consideradas de baixa renda é maior que a média do IFCE como um todo, como foi verificado no Anuário Estatístico da instituição, e isso tem sido considerado um desafio, haja vista que a pobreza está diretamente ligada à dificuldade de aprendizado, já que de acordo com Gentili (2005, p1 11).

Crianças vindas de famílias pobres são, em geral, as que têm menos êxito, se avaliadas através dos procedimentos convencionais de medida e as mais difíceis de serem ensinadas através dos métodos tradicionais. Elas são as que têm menos poder na escola, são as menos capazes de fazer valer suas reivindicações ou de insistir para que suas necessidades sejam satisfeitas, mas são, por outro lado, as que mais dependem da escola para obter sua educação.

Essa pesquisa foi realizada com alunos egressos de um curso Técnico em Petroquímica em que a conclusão do curso e a tentativa de inserção no mercado de trabalho coincidiram com uma crise econômica e política que assolou o país. Essa crise afetou diretamente o mercado de trabalho do petroquímico na medida em que a maior empresa do Brasil, a Petrobras, envolvida em escândalos de corrupção e perdendo valor de mercado, cancelou a vinda da Refinaria Premium II ao estado.

Na mesma medida em que ouvimos que a escolha do curso se deu pela possibilidade de atuar na refinaria, percebemos que os egressos atribuem a não vinda da refinaria à situação de desemprego em que se encontram. A expectativa se transformou em frustração.

Outra consequência não muito boa dessa situação é que, por se tratar de um curso novo no mercado, o curso de Petroquímica não é muito bem visto pelas empresas locais. Em uma refinaria, o Técnico em Petroquímica é um profissional primordial para o desenvolvimento das atividades; para as demais indústrias, prefere-se o Técnico em Química.

Ainda que haja um esforço por parte do corpo docente do curso de Petroquímica em conscientizar o empresariado local sobre a atuação do Petroquímico e que esse trabalho tenha rendido alguns frutos com possibilidade de estágio em empresa

como a *Wobben Windpower Ind e Com* e a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), notamos que os egressos têm sentido algumas dificuldades em atuar no mercado de trabalho por causa da nomenclatura do curso. Inclusive alguns sugeriram que a Matriz Curricular seja mudada para que os egressos tenham mais opções para ingressarem no mercado de trabalho.

Foi possível perceber também que, mesmo diante dessa situação de crise e da inexistência da Refinaria, um terço dos alunos pesquisados lograram êxito e hoje são profissionais liberais, servidores públicos federais e celetistas, e o mais interessante é o reconhecimento, por parte deles, do papel do IFCE *Campus Caucaia* como responsável por essa mudança.

Um grande impacto social percebido foi que o curso influenciou ativamente a inserção dos alunos no ambiente acadêmico, pois muitos dos pesquisados decidiram dar continuidade aos estudos na modalidade de educação superior. Alguns inclusive na mesma área.

Verificamos que, de uma maneira geral, na percepção dos egressos, o curso Técnico em Petroquímica é bem avaliado, sendo considerando um bom curso, destacamos a avaliação positiva dos docentes que em nenhuma parte da pesquisa foi citado de forma negativa. Ressaltamos que é o curso com o maior nível de qualificação acadêmica entre os cursos, contando com seis são doutores, um é mestre e um é especialista, mas existem críticas principalmente em relação à falta de experiência prática, laboratórios e até ao nome do curso, fatores foram apontados como vieses que deveriam ser melhorados.

Tendo como base as reflexões construídas nesta dissertação, pode-se concluir que à revelia dos esforços do governo federal, da gestão e do corpo docente do IFCE *Campus Caucaia*, não se pode inferir que há um êxito na transformação social e econômica na vida desses egressos. No entanto, essa ineficácia percebida muito se deve a fatores externos, principalmente relacionados à crise econômica que afeta principalmente os jovens, ocasionando a falta de vagas no mercado de trabalho.

É forçoso reconhecer também que, mesmo diante dessas agruras, alguns egressos obtiveram êxitos decorrentes da sua formação, galgando melhorias sociais/financeiras e, considerando que o curso e o corpo docente foram bem avaliados por esses discentes, pode-se reconhecer a potencialidade de atuação e poder de transformação que existe no *Campus Caucaia* que, mesmo com menos de cinco anos de existência, tem colaborado para modificar a vida da juventude local.

Diante de todo o esforço despendido ao longo desses dois anos trabalhando nessa pesquisa, podemos concluir que os objetivos específicos pretendidos foram alcançados de forma exitosa, fazendo com o nosso objetivo geral tenha sido atingido.

Por fim, salientamos que esta pesquisa não esgota as possibilidades de reflexão sobre a educabilidade das juventudes como instrumento de redução das desigualdades, mas que traz elementos relevantes para a continuação das discussões aqui levantadas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C. C. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. 1. ed. Brasília: UNESCO, 2002. v. 1. 192p
- ALBUQUERQUE, F. Notas Acerca del enfoque del desarrollo econômico territorial para o emprego. In: VERGANA, Patrício; ALBUQUERQUE, Francisco (Coord.) **Desarrollo econômico territorial: respuestas sistêmicas a los desafios de o emprego**. Fortaleza: Gráfica Nacional, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2014 – ANO BASE 2013. Fortaleza: **Instituto Federal do Ceará**, 2014. 134 p.
- ARANHA, Antônia Vitória Soares. **O conhecimento tácito e a qualificação do trabalhador**. Trabalho e Educação, Belo Horizonte: UFMG, n. 1, p. 23. 1997.
- ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Desenvolvimento de Competências Profissionais: as incoerências de um discurso**. 2001. 218 f. Tese (Doutorado em educação) - Programa de Pós-graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2001.
- ARROYO, M. Trabalho, Educação e Teoria Pedagógica. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- AZZI, Sandra. **Trabalho docente: autonomia didática e construção do saber pedagógico**. Saberes pedagógicos e atividade docente / textos de Edson Nascimento Campos [et al.] ; Selma Garido Pimenta (Organização) – 7. Ed. – São Paulo: Cortez. 2009.
- BABBIE, Earl. **Metodos de pesquisas de Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2003. 2ª reimpressão. 519p. Coleção Aprender. ISBN 85-7041-175-8.
- BARBOSA, C. S.; DELUIZ, N. **Juventude, Trabalho e Educação Profissional: o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego em discussão**. In: 31 Reunião Anual da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2008, Caxambu - MG. 31 Reunião Anual da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 2008.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. p.30
- BOLLIGER, D. U. Key Factors for Determining Student Satisfaction in Online Courses. **International Journal on E-Learning**, v. 3, n. 1, p. 7, 2004.
- BOMENY, Helena . **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

BORGES, Livia de Oliveira; TAMAYO, A. **A estrutura cognitiva do significado do trabalho**. Psicologia (Florianópolis) (Cessou em 2008. Cont. ISSN 1984-6657 Revista Psicologia: Organizações e Trabalho), Florianópolis, v. 1, n.2, p. 11-44. 2001

BOURDIEU, Pierre. “**A juventude é apenas uma palavra**”. In: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Questions de Sociologie**. Paris, Les Éditions Minuit, 1984.

_____. **La distincion**. Madrid: Taurus, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1997. p. 7.760.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Educacenso. Censo Escolar 2006: caderno de instrução. 2006. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/925483/Caderno-de-Instrucoes-para-Censo-Escolar-1204?page=12>>. Acesso em 31 jul. 2015.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 20 dez. 1996.

_____. **Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 mai. 1998.

_____. **Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2012**. Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, acrescenta dispositivo à Lei no 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.748.htm >. Acesso em: 11 out. 2015.

_____. Estatuto da Juventude: **Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm> Acesso em:31/07/2014.

_____. **Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005**. Dá nova redação ao § 5o do art. 3o da Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm>. Acesso em: 11 out. 2015.

_____. **Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1, 30/12/2008.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm >. Acesso em: 11 out. 2015.

_____. **Lei nº 12.777, de 28 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm >. Acesso em: 10 mai. 2016.

_____. Leis, Decretos. **Decreto 5.154**, de 23 de julho de 2004

_____. Leis, Decretos. **Decreto 7.566**, de 23 de setembro de 1909

_____. Ministério da Educação. **Educação Profissional Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**, Documento Base. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acessado em: 14 agosto de 2015. SETEC, Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003-2010.** Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/painelsetorial/palestras/Luiz_Augusto_Caldas_Pereira_Concepcoes_Diretrizes.PDF> Acesso em: 25 mai. 2015.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : Relatório Anual da avaliação : ano base 2012** / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI. - Brasília :MP/SPI, 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório técnico: CGCSJ/DPJ/SPPE/TEM nº. 01/2005.** Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <www.juventudeetrabalho.org.br>. Acessado em: 07 mai. 2015.

_____. **Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação.** Brasília, DF: INEP, 2014.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2014.** Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/noticias/arquivos/pesquisa-atualizada-16-01.2014> Acesso em: 07 out. 2015.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Agenda Juventude Brasil: Quem são..Como vivem...O que pensam e propõem os jovens brasileiro?** – Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2014.

BUTLER, A. B. Job Characteristics and College Performance and Attitudes: A Model of Work-School Conflict and Facilitation. **Journal of Applied Psychology** , v. 92, n. 2, p. 500, 2007.

CAMACHO, Luiza M.Y. **Violência e indisciplina nas práticas escolares de adolescentes**: um estudo das realidades de duas escolas semelhantes e diferentes entre si. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2000.

CARRANO, Paulo C. Rodrigues. **Identidades juvenis e escola**. Alfabetização e Cidadania, São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil (RAAAB), n.10, p.16, nov. 2000.

CATTANI, Antônio David. **Trabalho e autonomia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil**: Dualidade e Fragmentação. In: Revista Retratos da Escola, Brasília, v.5, n.8, p.27-41, jan./jun.2011.

COSTA, M. B. **As diferentes manifestações da juventude na escola**: uma visão dos impasses e das perspectivas. Conjectura: Filosofia e Educação (UCS), Universidade de Caxias do Sul, v. 15, p. 93 - 105.

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à administração geral**. 2.ed. São Paulo: ABDR 1999.

DAYRELL, Juarez; GOMES, N.L. **Juventude, práticas culturais e identidade negra**. Palmares em Ação, Brasília, DF, n. 2, p. 18-23, 2002.

_____. Juarez ; SILVA, Aurea Carolina de Freitas e ; SOUZA, Rosana Machado de. **Formação de agentes culturais juvenis: uma experiência sócio-educativa**. In: 2o. Congresso Brasileiro de Extensão Universitária/3o. Encontro Nacional de Avaliação Institucional de Extensão Universitária, 2004, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2004. p. 1-7.

DAMASCENO, Maria Nobre; THERRIEN, Jaques. (Org). **Artesãos de um outro ofício**: múltiplos saberes e práticas no cotidiano escolar. São Paulo, SP: Annablume, 2000.

DELORS, Jacques. **Educação**: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

DEPRESBITERIS, Lea. **Concepções atuais de educação profissional**. 3 ed. Brasília: SENAI/DN, 2001.

DIÓGENES, E. M. N. **A Política do Ensino Médio sob o Imperativo da Crise do Capital** In: Anais... III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2007. São Luís, MA, 28 a 30 de agosto 2007.

DOURADO, L. F; SANTOS, C. A; OLIVEIRA, J. F. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. Série Documental (INEP), Brasília, v. 24, n.22, p. 05-34, 2007

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?**: quatro ensaios críticodialéticos em filosofia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

DUBET, François. **El declive e las mutaciones de la institución**. Revista de Antropologia Social, 2007, nº 16. Pág. 39 a 66. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/RASO/article/viewFile/RASO0707110039A/9122>> Acesso: 30 jul. 2015.

FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. Educação & Sociedade, v. 28, n.100, p. 1129-1152, out. 2007

_____. **Educação e trabalho: Bases para debater a educação profissional emancipadora**. Perspectiva (Florianópolis), Florianópolis, v. 19, 2001.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. 1. ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. v. 1. 36p.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Plataforma Mosaico Orçamentário**. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/mosaico/mosaic_f/2016>. Acesso em 06 abr.2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo. Atlas, 1999.

GRABOWSKI, G. Desenvolvimento Local e Regional & Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. In: BRASIL/MEC - **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: Integrar para quê?** Brasília: Secretaria de Educação Básica, p.67-84, 2007.

GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão: Neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Ed. 6ª. S. Paulo: Civilização Brasileira, 1998.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29, Mai./Jun. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf> >. Acesso em 06 jul.2015.

GONÇALVES, D. I. F. Pesquisas de marketing pela internet: As percepções sob a ótica dos entrevistados. Revista de Administração Mackenzie, V. 9, N. 7, Nov/Dez 2008.

GONÇALVES, M. E. **O Cluster da Fruticultura no Norte de Minas Gerais: interpretação de uma alternativa de desenvolvimento regional**. Dissertação de Mestrado. Belo HorizonteMG:Cedeplar/UFMG. 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 25ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p.175

IGNÁCIO, Paulo César S. **A Reforma da Educação Profissional: um (des)ajuste do sistema**. Universidade e Sociedade (Brasília), v. 9, p. 95-97, 1999.

Índice de Medo do Desemprego da População de Fortaleza – IPDC – Dezembro de 2015. In: http://www.feocomercio-ce.org.br/site/wpcontent/uploads/2013/04/12_2015_Fortaleza_Indice-de-Medo-do-Desemprego.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (2015)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 07 mai. 2015.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais INEP [on line]. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>

KAZTMAN, R. **Vulnerabilidad y Exclusión social**: una propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares. Chile: CEPAL, 2005.p.42.

KUNZ, I. **Modalidades distintas na relação universidade empresa/empresa e suas características específica no Brasil**. Monografias premiadas: Tema: as dimensões econômicas, sociais e pedagógicas do estágio. Curitiba: IPARDES IEL-PR, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Degradação social, globalização e neoliberalismo**. São Paulo: Atlas, 1999.

LARANJEIRA, D. H. P; TEIXEIRA, Ana Maria Freitas; BOURDON, S. **Juventude, trabalho, educação**: os jovens são o futuro do brasil?. Caderno CRH (ufba. Impresso), v. 20, p. 95-105, 2007.

LAVOR, Thais. Cancelamento de refinaria frustra expectativa no ‘Eldorado’ do Ceará: Sem Premium II, preço de imóveis despencou e comércio começa a demitir. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro. Economia 03 jun.2015

LEITE, Elenice. Restruturação produtiva, trabalho e qualificação no Brasil. In: BRUNO, Lucia. (Org). **Educação e trabalho no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 1996.

LESSA, S. **Mundo dos Homens**. 3a. edição. São Paulo: Instituto Lukács, 2000.

LIBÂNIO, José C. . **A didática e as tendências pedagógicas**. Revista Idéia, São Paulo, p. 28-38, 1991.

LINK, C.R. Graduate Education, School Quality, Experience, Student Ability, and Earnings. **Journal of Business**, 1975, vol. 48, issue 4, pages 477-91.

LODI, Lúcia Helena. Ensino Médio integrado: uma alternativa de educação inclusiva. In: **Ensino Médio Integrado à educação profissional: Integrar para quê?** Secretaria de Educação Básica, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica,2006.

LOUSADA, A. C. Z.; MARTINS, G. de A. **Egressos como fonte de informação à gestão dos curso de ciências contábeis**. Revista Contabilidade Financeira – USP, São Paulo, n.37,p73- 84, jan/abr.2005.

- MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. São Paulo: Cortez, 1982.
- MARCHELLI, P. S. **Expansão e qualidade da Educação Básica no Brasil**. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 40, p. 561-585, 2010
- MARGULIS, M.; URRESTI, M. **La Juventud es Más que una Palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- MARQUES, Maria Margarida. **A Decisão Política em Educação. O Partenariado Sócio-Educativo como modelo Decisional**. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- MARTINS, Marcos Francisco. **Ensino Técnico e Globalização: Cidadania ou submissão?** – Campinas, SP: Autores associados, 2000.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e outros textos escolhidos**. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. 2 vol
- MEC. Ministério da Educação. **Educação Profissional Legislação Básica**. Brasília,DF, 2001.
- _____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília. 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf>. Acessado em 04 jun. 2015.
- _____. Portaria Ministerial nº 21 de 11 de novembro de 2011. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada – Sisu. Brasília, 2012. Disponível em <http://su.ufob.edu.br/index.php/sisu/legislacao-sobre-o-sisu>. Acesso em 06 jun. 2015.
- MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. In: 30ª reunião Anual da ANPED, 2007, Caxambu. Anais da 30ª reunião Anual da ANPED. CAXAMBU: ANPED, 2006.
- NOVAES, R. C. R. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: Maria Virgínia de Freitas; Fernanda de Carvalho Papa. (Org.). **Políticas Públicas - Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez Editora, 2003, p. 121-142.
- NETTO, João Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. **O Ensino na Sociedade Moderna**. Porto: Edições ASA, 1989.
- OIT. **Trabajo decente y juventud en América Latina**. Lima, 2010.

- OLIVEIRA, Luciana R. **Estudo do projeto de vida profissional de alunos universitário do curso de pedagogia**. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas – SP, 2001.
- PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.
- _____. **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**: proposta de Diretrizes Curriculares. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério de Educação – SETEC/MEC. São Paulo, Editora Moderna, 2012.
- PAIS, José. Machado. **Culturas Juvenis**. 3. ed. Lisboa: IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA SA (INCM), 2003.
- PAIVA, V. Qualificação, Crise do Trabalho Assalariado e Exclusão Social. In: Pablo Gentili; G. Frigotto. (Org.). **La Ciudadanía Negada. Políticas de exclusión en la educación y el trabajo**. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 49-64.
- PEREGRINO, Mônica. **Múltiplas identidades e escola/identidades juvenis**. 2007. Disponível em: http://www.multirio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=1020. Acesso em: 18 jul. 2015.
- POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego**: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro. 2. ed. São Paulo: Publisher, 2007.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. 5.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- RAMOS, C.A.; Carneiro, FG. Problema Certo, resposta errada. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. Disponível em : <<http://www.unb.br/acs/acsweb/noticiasdaunb/idex.htm>> . Acessado em 7 mai.2015.
- REHDER, M. Rotatividade sobe e achata salários. O Estado de São Paulo, Economia e Negócio, 25 maio 2009. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,rotatividade-sobe-e-achata-salarios,376277>> . Acessado em 20 jan. 2016.
- ROCHA, Belchior de Oliveira et al. **Egressos do CEFET/RN**: avaliação da formação, inserção no mundo do trabalho e perspectiva de requalificação. Revista Holos [online], Natal/RN, v.3, 2005. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/80/85>> Acesso em: 07 Jul. 2015.
- SILVA, C. J. R.; VIDOR, A. M.; PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C. **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008**: Comentários e Reflexões. 1. ed. Natal/RN: Editora IFRN, 2009.
- SILVA. P, C, T. **Integração universidade/empresa - encontro pragmático entre o saber e o fazer**. Monografias premiadas: Tema: as dimensões econômicas, sociais e pedagógicas do estágio. Curitiba: IPARDES IEL-PR, 1999.

SIMÕES, Carlos Artexes. **Juventude e Educação Técnica**: a experiência na formação de jovens trabalhadores da Escola Estadual Prof. Horácio Macedo/CEFET-RJ. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 2007.

SOUZA, Paulo Renato. **O que são empregos e salários**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SOUZA; D.B. **Dinâmicas de complexificação e simplificação do trabalho em meio ao processo de reestruturação produtiva no Brasil**: possíveis impactos na formação/educação profissional. Boletim Técnico do SENAC. São Paulo, SENAC, v. 28, n. 2, 2002.

SPÓSITO, Marília Pontes; Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. In: PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir. **Sociologia da educação**: pesquisa e realidade. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 19.

TARDIF, Maurice; **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

TEODORO, Elinilze Guedes . Limites e Possibilidades da Educação Profissional no Ensino Técnico. In: Enéas Arraes neto; Elenilce Gomes de Oliveira; Carlos Magno Gurgel; Tânia Serra Azul Machado Bezerra; Márcia Gardenia Lustosa Pires. (Org.). **Educação e Modernização Conservadora**. Fortaleza: Edições UFC, 2006, v. , p. 211-226.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Ática, 1987

UNESCO. **Educação: Ensino Médio e educação profissional**. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br/programas/>> Acessado em 09 jul. 2015.

VASCONCELOS, Z. B. & Oliveira, I. D. (Orgs.). **Orientação vocacional**: alguns aspectos teóricos, técnicos e práticos. São Paulo: Vetor, 2004.

VILLELA, Milú. **Políticas Públicas para jovens já**. Adital: Notícias da América Latina e Caribe, Fortaleza. 2005. Disponível em < <http://www.adital.com.br/?n=vvx> > Acessado em 15 de abr. 2015

www.ifce.edu.br

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE

Aluno: Paulo Cícero Sousa

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade

Prezado(a)

O questionário abaixo faz parte de minha pesquisa de mestrado que tem como finalidade verificar a situação dos alunos concludentes do curso técnico em Petroquímica no que concerne à sua inserção no mercado de trabalho e os impactos sociais decorrentes da conclusão do curso. Além disso pretendemos fazer um levantamento do grau de satisfação dos alunos com o referido curso.

Informamos aos participantes que as respostas deste questionário serão usadas somente para a pesquisa acadêmica da instituição mencionada, e que será resguardado e garantido o anonimato. Desde já agradecemos sua contribuição.

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Nome:

1.2 Ano/semestre em que terminou o curso:

1.3 Está estudando no momento? () Sim () Não.

1.3.1 Em caso positivo, informe o curso _____

1.4 Você já exerceu alguma atividade remunerada entre o período de conclusão do curso do IFCE e atualmente?

Se sim, qual atividade? Técnica de Laboratório numa Indústria

1.5. Está trabalhando no momento? () Sim () Não.

1.6 Caso não esteja trabalhando, você está procurando emprego?

() sim

() não. Porque? _____

1.7 Caso esteja procurando emprego, quais as dificuldades encontradas ?

II – TRABALHO (somente devem ser respondidas, caso esteja trabalhando atualmente)

2.1 Sua inserção no atual trabalho ocorreu depois da conclusão do curso técnico?

sim não

2.2 Trabalha na área do curso técnico realizado no IFCe?

Sim

Não.

A que você atribui esse fato? _____

2.3 Qual o seu vínculo empregatício?

emprego com carteira assinada funcionário público concursado Autônomo

Em contrato temporário Negócio Próprio

Outros, especificar _____

2.4 Está trabalhando na área de Petroquímica?

Sim

Não.

A que você atribui esse fato: _____

2.5 Caso esteja trabalhando na área de Petroquímica, você sentiu dificuldade em se inserir no mercado de trabalho?

Sim

Não

2.6 Caso tenha sentido dificuldades, gentileza apontá-las.

III – Avaliação do curso Técnico de Petroquímica

3.1 Qual a sua avaliação do CURSO TÉCNICO em Petroquímica

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

3.2 Em quais quesitos o curso deveria melhorar

- Infraestrutura Aulas práticas Laboratórios Corpo docente
 Conteúdos abordados Matriz Curricular Material didático
 Acervo da biblioteca
 Outro: Especificar _____

3.3 Na sua opinião, como foi o seu APRENDIZADO durante o curso ?

- Muito Alto Alto Médio Baixo Muito baixo

3.4 Por que você escolheu o curso de Petroquímica?

Como já tinha formação superior em Química, escolhi o Técnico em Petroquímica para complementar.

3.5 Como foi o seu curso técnico em relação às suas EXPECTATIVAS?

- Superou as expectativas Atendeu as expectativas Não atendeu as expectativas
 Não sabe/Não opinou

3.6 Você considera que o curso de Petroquímica atende as necessidades do mercado de trabalho local?

- sim
 Não.

A que você atribui esse fato: Em decorrência do título do curso, limita aos concludentes o acesso ao mercado de trabalho, pois as empresas não conhecem a grade curricular e associam o nome do curso a algo restrito a indústria petroquímica

3.7 A sua formação no curso técnico em Petroquímica proporcionou mudanças na sua vida em termos sociais (*considere SOCIAL como mudanças na área de: educação, saúde, cultura, lazer, habitação, família, qualidade de vida, desenvolvimento pessoal, cidadania*)

- Sim. Justifique: _____

- Não. Justifique _____

3.8 Sua formação no curso técnico em Petroquímica proporcionou mudanças na sua vida em termos econômico-financeiros? (

() Sim. Justifique: Consegui meu emprego primeiro porque já tinha formação superior, porém o curso técnico fortaleceu a decisão do meu superior no momento da seleção.

() Não. Justifique _____

